28.501.664 GABRIEL ERIC MONTEIRO ELVAS

Certificado da Condição de Microempreendedor Individual



Empresário(a)

Nome Civil

GABRIEL ERIC MONTEIRO ELVAS

CPF

264.451.568-86

CNPJ

28.501.664/0001-53

Data de Abertura

25/08/2017

Nome Empresarial

28,501,664 GABRIEL ERIC MONTEIRO ELVAS

Capital Social

25.000,00

Situação Cadastral Vigente

ATIVA

Data da Situação Cadastral

25/08/2017

Endereço Comercial

CEP

Logradouro

NIA OFFICIE

Número

Complemento

85601-040

RUA SERGIPE

1589

CASA

Bairro

ALVORADA

Munícipio

FRANCISCO BELTRAO

UF PR

Situação Atual

Enquadrado na condição de MEI

Períodos de Enquadramento como MEI

Período

Início

Fim

1º período

25/08/2017

Atividades

Forma de Atuação

Internet

Ocupação Principal

Cantor(a)/músico(a) independente

Atividade Principal (CNAE)

9001-9/02 - Produção musical

Ocupações Secundárias

Locador(a) de instrumentos musicais, independente

Promotor(a) de eventos, independente

Promotor(a) de turismo local independente

Comerciante independente de instrumentos musicais e acessórios

Instrutor(a) de arte e cultura em geral, independente

Atividades Secundárias (CNAE)

7729-2/02 - Aluguel de móveis, utensílios e aparelhos de uso doméstico e pessoal; instrumentos musicais

8230-0/01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas

7990-2/00 - Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente

4756-3/00 - Comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios

8592-9/99 - Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente

B -052



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 28.501.664/0001-53 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSC CADAS	CRIÇÃO E DE SITUAÇÃO STRAL	DATA DE ABERTURA 25/08/2017		
NOME EMPRESARIAL 28.501.664 GABRIEL ER	RIC MONTEIRO ELVAS				
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO	O (NOME DE FANTASIA)		PORTE ME		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATI 90.01-9-02 - Produção r	VIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL musical				
77.29-2-02 - Aluguel de 59.12-0-99 - Atividades anteriormente 85.92-9-99 - Ensino de a 79.90-2-00 - Serviços de 47.56-3-00 - Comércio v	TUREZA JURÍDICA	vídeos e de programas de televo ormente no não especificados anteriorme os musicais e acessórios	visão não especificadas		
LOGRADOURO R SERGIPE		NÚMERO COMPLEMENTO CASA			
CEP 85.601-040	BAIRRO/DISTRITO ALVORADA	MUNICÍPIO FRANCISCO BELTRAO	UF PR		
ENDEREÇO ELETRÔNICO GABRIEL.ELVAS@ICLOUD.COM		TELEFONE (46) 9124-7372			
ENTE FEDERATIVO RESPONSA	AVEL (EFR)				
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			NTA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 5/08/2017		
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADAS	TRAL				
SITUAÇÃO ESPECIAL			NTA DA SITUAÇÃO ESPECIAL		

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 28/10/2024 às 09:26:30 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Técnico(a) de sonorização e de iluminação independente

Instrutor(a) de música, independente

Editor(a) de vídeo, independente

9001-9/06 - Atividades de sonorização e de iluminação

8592-9/03 - Ensino de música

5912-0/99 - Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente

1063

1.1-11

6 1064

Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de <u>Dispensa de Alvará e Licença de</u> Funcionamento

Declaro, sob as penas da lei, que conheço e atendo aos requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município para a dispensa da emissão do Alvará e Licença de Funcionamento, compreendidos os aspectos sanitários, ambientais, tributários, de segurança pública, uso e ocupação do solo, atividades domiciliares e restrições ao uso de espaços públicos; autorizo a realização de inspeção e fiscalização no local de exercício das atividades para fins de verificação da observância dos referidos requisitos; e declaro, sob as penas da lei, ter ciência de que o não atendimento dos requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município poderão acarretar o cancelamento deste Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento.*

* Declaração prestada pelo empreendedor no ato de registro da empresa.

Este Certificado comprova as inscrições, alvará, licenças e a situação de enquadramento do empresário na condição de Microempreendedor Individual. A sua aceitação está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço: https://mei.receita.economia.gov.br/certificado. Certificado emitido com base na Resolução nº 59, de 12 de agosto de 2020, do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – CGSIM.

ATENÇÃO: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ Secretaria do Ofício Distribuidor e Anexos de FRANCISCO BELTRÃO CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO - FINS GERAIS - CÍVEIS - FALÊNCIA - NEGATIVA

Certifico que revendo os livros, sistemas e arquivos de distribuição CÍVEIS, especificamente: FALÊNCIA, CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL desta Secretaria, verifiquei NÃO CONSTAR nenhum registro em andamento contra:

GABRIEL ERIC MONTEIRO ELVAS

CNPJ: 28.501.664/0001-53

Local da Sede:

Orientações:

Esta certidão NÃO APONTA ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome pesquisado figura como Autor(a). São apontados os feitos em tramitação cadastrados no Sistema Informatizado referente à comarca de FRANCISCO BELTRÃO Não existe qualquer conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais.

Considera-se NEGATIVA a certidão que aponta somente homônimos não qualificados, nos termos do art. 8º, §2º da Resolução CNJ 121/2010.

A presente certidão menciona somente o registro de distribuição, para dados complementares do procedimento, deve-se dirigir até a Secretaria para onde foi distribuído e solicitar uma CERTIDÃO DE OBJETO E PÉ.

A Busca de MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL e EMPRESÁRIO INDIVIDUAL abrange também a pessoa física.

FRANCISCO BELTRÃO, 28 de outubro de 2024



Alessandra Marta Fischborn Abreu Distribuidor

de

CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS) 1ª e 2ª Instâncias

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações de falências e recuperações judiciais disponíveis até 28/10/2024, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

GABRIEL ERIC MONTEIRO ELVAS 26445156886

28.501.664/0001-53

OBSERVAÇÕES:

 a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.

b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador. c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder

Judiciário. (artigo 80, § 20 da Resolução 121/CNJ).

d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.

e) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.

f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 28/10/2024 Selo digital de segurança: **2024.CTD.MRTE.YPAF.RIHB.U0W6.WB4K** *** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***

28/10/2024 09:38:45



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: 28.501.664 GABRIEL ERIC MONTEIRO ELVAS

CNPJ: 28.501.664/0001-53

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços http://rfb.gov.br ou http://www.pgfn.gov.br.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 09:45:50 do dia 28/10/2024 <hora e data de Brasília>. Válida até 26/04/2025.

Código de controle da certidão: **2FEB.33BB.BDA5.F0CC**Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Estado do Paraná Secretaria de Estado da Fazenda Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual Nº 035080542-03

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: 28.501.664/0001-53 Nome: 28.501.664 GABRIEL ERIC MONTEIRO ELVAS

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 25/02/2025 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet www.fazenda.pr.gov.br



MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

ESTADO DO PARANÁ SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA N°38240/2024

RAZÃO SOCIAL: 28.501.664 GABRIEL ERIC MONTEIRO ELVAS

CNPJ: 28.501.664/0001-53

INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 308053

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

ALVARÁ: 20180207

ENDEREÇO: R SERGIPE, 1589 - ALVORADA - Q 194 L 03 Francisco Beltrão - PR CEP: 85601040

ATIVIDADE: Produção musical, Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente, Aluguel de móveis, utensílios e aparelhos de uso doméstico e pessoal; instrumentos musicais, Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente, Atividades de sonorização e de iluminação, Ensino de música, Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente, Comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios, Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas

Certificamos que não existem pendências em nome do contribuinte supramencionado relativas aos tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Município de Francisco Beltrão cobrar quaisquer dívidas provenientes de tributos que venham a ser apurados ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período abrangido por esta certidão.

DATA DATA D E D E EMISSÃO: VALIDADE: 28/10/2024 26/04/2025 VERIFICAÇÃO

FINALIDADE:

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO: 4HHJ9UFFH9ZJXM8R498

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na Internet, no endereço www.franciscobeltrao.pr.gov.br

Certidão

emitida

gratuitamente

pela

internet

em:

28/10/2024

15:01:08

Qualquer rasura invalidará este documento.



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição:

28.501.664/0001-53

Razão

GABRIEL ERIC MONTEIRO ELVAS

Social: Endereço:

R SERGIPE 1589 CASA / ALVORADA / FRANCISCO BELTRAO / PR / 85601-

040

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:20/10/2024 a 18/11/2024

Certificação Número: 2024102004145038620483

Informação obtida em 28/10/2024 10:06:21

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: 28.501.664 GABRIEL ERIC MONTEIRO ELVAS (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 28.501.664/0001-53 Certidão nº: 74739432/2024

Expedição: 28/10/2024, às 10:13:44

Validade: 26/04/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data

de sua expedição.

Certifica-se que 28.501.664 GABRIEL ERIC MONTEIRO ELVAS (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o n° 28.501.664/0001-53, NÃO CONSTA como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.° 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Tribunais do Trabalho.

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

3 1072



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2546775927

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO



CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

1	10	11	12	2		10	- 11	-
ACC ada		Territori	fille	0 10	-		Shires	
٨ ويون		31/01/2033		21 (1111				ĬĬ.
A1 55-0				BE -6	T),			Š
1 -		31/01/2033	1187	Ct MINE	1 00	I.I. di	321-10	
61		U.S. SHE		CIR.	28			í
		I said	Min.	DE BE				à
ct see		Electric	125.16	D16	Щ		S SOLEN	5
e 12 deservisções A								
A FLOCAL					DEPA	ATAMENTO 650	O DIGISHAMEN ESTADUAL DE 1 834R1912 922793515	_
•			RAN		DEM	ATAMENTO 650	ESTADUAL DE 1 83481912	_

2 r 1, hume e (stereume / Nacie and Summer / Spotler y Aprillón - Foinera Habilta/ba/Fest Diver Lizene / Pomera Lizene de Contace - 1, Data e Lacal en accimenta / New Ard Invaria Bath DOMBNEY'N Festing Lique de Summero - 46, Data e la Friscola Festing Bath DOMBNEY'N Festing Accimento - 46, Data e Manistra - 1, Data e Lique Armanda (Pomera Dombney'N Festing Bath Dombney'N Festing Bath - 46, Carl - Bath Dombney'N Festing Bath Dombney'N Festing Bath - 46, Carl - Bath Dombney'N Festing Bath - 1, Data - 1,

I<BRA030642994<520<<<<<<<< 7712164M3301317BRA<<<<<<<8 GABRIEL<<ERIC<MONTEIRO<ELVAS<<

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO/SENATRAN

GRUPO FOLCLÓRICO DE DANÇAS ALEMÃS FEST UND TANZ

107:1

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 51.936.119/0001-01 MATRIZ		INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO 24/07/202	
NOME EMPRESARIAL GRUPO FOLCLORIC	O DE DANCAS ALEMAS FEST UNI	D TANZ	
TÍTULO DO ESTABELECIME GRUPO FOLCLORICO	NTO (NOME DE FANTASIA) O DE DANCAS ALEMAS FEST UNI	D TANZ	PORTE
	ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL es de organizações associativas li	gadas à cultura e à arte (Dispensada *)	
90.01-9-02 - Produção 90.01-9-03 - Produção	de espetáculos de dança	mplementares não especificadas anteriormente	
código e descrição da 1 399-9 - Associação P			
OGRADOURO R RIO DE JANEIRO		NÚMERO COMPLEMENTO ********	
SEP 85.760-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO CAPANEMA	UF PR
ENDEREÇO ELETRÔNICO GRUPO.FEST.UND.TA	ANZ@GMAIL.COM	TELEFONE (46) 9909-4897	
ENTE FEDERATIVO RESPON	NSÁVEL (EFR)		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇA 24/07/2023	ÃO CADASTRAL
MOTIVO DE SITUAÇÃO CAD	ASTRAL		

(*) A dispensa de alvarás e licenças é direito do empreendedor que atende aos requisitos constantes na Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, ou da legislação própria encaminhada ao CGSIM pelos entes federativos, não tendo a Receita Federal qualquer responsabilidade quanto às atividades dispensadas.

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 04/11/2024 às 16:21:06 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS MUNICÍPIO E COMARCA DE CAPANEMA • ESTADO DO PARANÁ

Nair Iria Greber

Avenida Independência, nº 505, sobre loja 202 • Centro • CEP: 85.760-000 • Capanema • Paraná • Fone (46) 3552-1485

LIVRO A-028 CERTIDÃO REGISTRO INTEGRAL Nº 1.764 FOLHA 298

Folha 003 de 008

Estatuto Social do Grupo Folclórico de Danças Alemãs FEST UND TANZ de Capanema - Paraná

Estatuto

Capítulo I Da Denominação, Sede e Finalidade

Art. 1º - A entidade denominar-se-á "Grupo Folclórico de Danças Alemas FEST UND TANZ", será formada por pessoas físicas e englobará todas as categorias de grupos de danças.

Art. 2° - O Grupo de Danças Folclóricas Alemãs Fest und Tanz é uma entidade civil de natureza folclórica, cultural e artística, sem fins lucrativos, com sede e foro à Rua Rio de Janeiro, nº 1199, centro, CEP: 85.760-000, na cidade de Capanema, Paraná.

Art. 3º - São finalidades da entidade:

- a) Praticar, ensinar e difundir a cultura alemă;
- Realizar, promover ou patrocinar debates, conferências, seminários, cursos, congressos, serviços de diversão, sorteios, jogos e auxiliares, organização de feiras, exposições, oficinas, espetáculos artísticos, teatrais, musicais e esportivos;
- c) Auxiliar na promoção do "Kerbfest", festa típica alemã realizada no município de Capanema/PR.
- d) Organizar e desenvolver eventos, como festas típicas de diferentes etnias, a ser contemplada no calendário de eventos do municipio e outras promoções que a associação desejar promover por resolução da diretoria.
- d) Estimular e desenvolver atividades de entretenimento, de caráter recreativo, desportivo, social ou cultural, observadas a legislação pátria e o regimento interno.

Paragrafo único: As atividades desenvolvidas pala entidade visará a congregação de todas as pessoas que dela quiserem participar, sem distinção de raça, credo, nacionalidade, gênero ou idade.

- Art. 4º A entidade, dentro de suas finalidades poderá firmar convênios ou acordos com órgãos e entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, observadas a legislação pátria e o regimento interno.
- Art. 5º A Entidade possui personalidade jurídica distinta da personalidade dos sócios, os quais não são solidários, nem subsidiariamente responsáveis pelas obrigações assumidas pela presente associação que é regida pelo presente Estatuto, sendo sua duração por prazo indeterminado.

Capítulo II

Da Admissão/Exclusão dos Sócios e suas Obrigações

Art. 6º - São sócios do G.F.D.A. FEST UND TANZ aqueles que já o forem até a celebração deste estatuto e demais pessoas que queiram preservar a cultura alemã e que obtenham aprovação de todos os demais sócios votantes e presentes em assembleia realizada para admissão de novos membros.

As near

LIVRO A-028 CERTIDÃO REGISTRO INTEGRAL Nº 1.764 FOLHA 298/V 1076

Verso da Folha 003 de 008

EM BRANCO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
SERVICO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS MUNICÍPIO E COMARCA DE CAPANEMA • ESTADO DO PARANÁ

Nair Iria Greber

Avenida Independência, nº 505, sobre loja 202 ● Centro ● CEP: 85.760-000 ● Capanema ● Paraná ● Fone (46) 3552-1485

LIVRO A-028 CERTIDÃO REGISTRO INTEGRAL Nº 1.764 FOLHA 299

Folha 004 de 008

Art. 7° - O sócio que se sentir impossibilitado de permanecer no grupo, deverá comunicar a diretoria, ficando desobrigado dos compromissos junto ao G.F.D.A. FEST UND TANZ.

Art. 8º - Serão excluídos dos quadros societários do G.F.D.A. FEST UND TANZ os sócios que tiverem atitudes que possam denegrir a imagem do G.F.D.A. FEST UND TANZ, ou que sejam contrárias as suas diretrizes.

Capítulo III Da Administração

- Art. 9º A Assembleia é o órgão máximo de decisão da entidade e poderão ser Ordinárias ou Extraordinárias:
- Art. 10 As Assembleias Gerais Ordinárias são convocadas anualmente até o dia 10/03, para apreciação das matérias de rotina, inclusive prestação de contas das realizações e deliberações anteriores;

Parágrafo Único - Na Assembleia Geral Ordinária do último ano de cada gestão, será procedida a eleição da nova Diretoria, que tomará posse imediatamente;

- Art. 11 As Assembleias Extraordinárias serão convocadas pelo presidente com aprovação da diretoria ou por dois terços dos membros da entidade, e será divulgada com prazo mínimo de sete dias de antecedência através de edital de convocação afixado na sede da entidade ou local de reuniões.
- Art. 12 A Assembleia tomará suas decisões por maioria absoluta dos presentes e se instalará com quórum mínimo de dois terços dos membros da entidade em primeira convocação ou, em segunda convocação, trinta minutos após, com metade dos membros, ou em última convocação, quinze minutos após, com qualquer número de membros.
- Art. 13 Compõem a Assembleia com direito à voz e voto, todos os componentes da entidade regularmente inscritos, de acordo com as disposições do Regimento Interno, com idade mínima de 16 anos.
- Art. 14 Nas Assembleias Gerais Extraordinárias só poderão ser discutidos os assuntos referidos na ordem do dia.
- Art. 15 Serão nulas as Assembleias Gerais Ordinárias ou Extraordinárias que se instalarem ou decidirem descumprindo as disposições constantes do presente Estatuto.
- Art. 16 Existirá na Entidade, um livro de presença, às Assembleias, bem como um livro de atas das Assembleias, destinado a receber e escriturar, respectivamente, as assinaturas dos membros presentes e a narração dos fatos ocorridos na mesma.
- Art. 17 É de competência da Assembleia a aprovação do Regimento Interno da entidade, que estipulará regras gerais de funcionamento e administração.
- Art. 18 O Regimento Interno da entidade deverá ser ratificado na primeira Assembleia anual, ordinária ou extraordinária.

Al near

g = 07

Verso da Folha 004 de 008

EM BRANCO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
MUNICÍPIO E COMARCA DE CAPANEMA • ESTADO DO PARANÁ

Nair Iria Greber

Avenida Independência, nº 505, sobre loja 202 • Centro • CEP: 85.760-000 • Capanema • Paraná • Fone (46) 3552-1485

LIVRO A-028 CERTIDÃO REGISTRO INTEGRAL Nº 1.764 FOLHA 300

Folha 005 de 008

Art. 19 - Os membros da entidade e a diretoria não respondem nem mesmo de forma subsidiária ou solidária, pelas obrigações contraídas pela entidade.

Capítulo IV Das eleições

Art. 20 – Os componentes da entidade, com direito a voz e voto, que desejarem concorrer às eleições deverão formar uma chapa composta de Presidente e Vice-Presidente, ambos com plena capacidade civil, maiores de dezoito anos ou emancipados, nos termos da legislação civil, e três membros que integrarão o conselho fiscal, inscrevendo a chapa em assembleia, com antecedência mínima de quinze dias das eleições.

Art. 21 – Assegura-se ao Presidente e ao Vice-Presidente da última Gestão, a prerrogativa de integrar o conselho Fiscal da chapa eleita, que ficará composto de cinco membros.

Parágrafo único: Caso o Presidente e o Vice-presidente da gestão anterior optarem por não participar do Conselho Fiscal, cabe à chapa eleita escolher mais dois componentes para integrar a mesmo.

Capítulo V Da Diretoria

Art. 22 - A entidade será administrada por uma diretoria, cujo mandato tem a duração mínima de 02 (dois) anos, é composta pelo Presidente, Vice-Presidente e Conselho Fiscal, que escolherão entre os componentes da entidade, um primeiro tesoureiro, um segundo tesoureiro, um primeiro secretário, um segundo secretário e coordenadores dos departamentos.

Parágrafo Primeiro: O coordenador do departamento será escolhido pela diretoria, entre os dois nomes indicados pelo departamento que terminou seu mandato. Os indicados devem ter mais de 18 anos, ser ex-integrante e ter participado do Grupo por mais de dois anos.

Parágrafo Segundo: Os cargos de diretoria serão compostos pelos sócios pelo prazo de dois anos e não terão direito a remuneração, podendo ser reeleitos.

Parágrafo Terceiro: As decisões da Diretoria serão sempre tomadas por maioria de votos dos membros presentes em reunião, cabendo ao presidente o voto de qualidade.

Parágrafo Quarto: O membro da diretoria que decidir se afastar definitivamente do cargo, deverá fazer seu pedido de demissão por escrito, cabendo à Assembleia Geral Extraordinária, preencher o cargo.

Parágrafo Quinto: O membro da diretoria que faltar a 03 (três) reuniões consecutivas ou 5 (cinco) alternadas, sem motivo justificado. Vago o cargo, caberá à Assembleia Geral Extraordinária, preenchê-lo.

Parágrafo Sexto: Perderá o mandato, o membro da diretoria que faltar a 3 (três) reuniões consecutivas ou 5 (cinco) alternadas, sem motivo justificado. Vago o cargo, caberá à Assembleia Geral Extraordinária, preenchê-lo.

Arpap

LIVRO A-028 CERTIDÃO REGISTRO INTEGRAL Nº 1.764 FOLHA 300/V 1080

Verso da Folha 005 de 008

EM BRANCO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
MUNICÍPIO E COMARCA DE CAPANEMA • ESTADO DO PARANÁ

Nair Iria Greber

Avenida Independência, nº 505, sobre loja 202 ● Centro ● CEP: 85.760-000 ● Capanema ● Paraná ● Fone (46) 3552-1485

LIVRO A-028 CERTIDÃO REGISTRO INTEGRAL Nº 1.764 FOLHA 301

Folha 006 de 008

Parágrafo Sétimo: Qualquer membro da diretoria poderá ser destituído de seu cargo, pela assembleia, quando não atender convenientemente seus compromissos com a associação e com seu cargo. Vago o cargo, caberá à Assembleia Geral Extraordinária, preenchê-lo.

- Art. 23 O vice-presidente substitui o presidente em seus afastamentos temporários ou afastamento definitivo e auxilia em suas funções.
- Art. 24 No caso de afastamento definitivo o presidente e do vice-presidente, será imediatamente convocada assembleia extraordinária para escolha de nova diretoria.
- Art. 25 Ao primeiro secretário compete secretariar as decisões da assembleia geral, as reuniões de diretoria e garantir o fiel cumprimento dos princípios e objetivos nos programas e serviços.
- Art. 26 Ao Segundo Secretário compete auxiliar e substituir o Primeiro Secretário quando do afastamento temporário ou definitivo do mesmo.
- Art. 27 Ao Primeiro Tesoureiro compete ter sob sua responsabilidade os valores e bens da entidade, bem como:
- a) Receber e efetuar pagamentos;
- Apresentar balancete anual ou quando solicitado das atividades pecuniárias e movimentos bancários da entidade;
- Movimentar, juntamente com o presidente, as contas bancárias da entidade, podendo para o mesmo fim substabelecer.
 - Art. 28 Ao Segundo Tesoureiro compete auxiliar e substituir o Primeiro Tesoureiro quando do afastamento temporário ou definitivo do mesmo.
 - Art. 29 Ao Conselho Fiscal compete organizar e definir as atividades da entidade, junto com os demais membros da diretoria.
 - Art. 30 Cabe ao Presidente, ao Vice-presidente e ao Conselho Fiscal, constituir departamentos, como de imprensa, patrimônio, e outros que se fizerem necessários, para auxiliar na administração da entidade, regulando-os no Regimento Interno.
 - Art. 31 O Conselho fiscal supervisionará as atividades pecuniária e fiscalizará os balancetes apresentados pela tesouraria.
 - Art. 32 Deverá ser elaborado pela Tesouraria um balanço geral anual do exercício financeiro da entidade, sendo que o mesmo deverá ser aprovado em reunião de diretoria ao final de cada ano, após parecer favorável do Conselho Fiscal.
 - Art. 33 A entidade não remunera os membros da sua diretoria.
 - An. 34 A diretoria não poderá transmitir ou remunerar direitos, alienar ou hipotecar bens do G.F.D.A. FEST UND TANZ, sem prévia e expressa autorização da Assembleia Geral.

A read

LIVRO A-028 CERTIDÃO REGISTRO INTEGRAL Nº 1.764 FOLHA 301/V 1082

EM BRANCO

B 108:1

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS MUNICÍPIO E COMARCA DE CAPANEMA • ESTADO DO PARANÁ

Nair Iria Greber

Avenida Independência, nº 505, sobre loja 202 ◆ Centro ◆ CEP: 85.760-000 ◆ Capanema ◆ Paraná ◆ Fone (46) 3552-1485

LIVRO A-028 CERTIDÃO REGISTRO INTEGRAL Nº 1.764 FOLHA 302

Folha 007 de 008

Capítulo VI Do Patrimônio

Art. 35 – Os recursos obtidos pelo grupo serão destinados conforme definido pela diretoria e departamentos, em especial, para aquisição de vestimentas alemãs, cursos, transportes para apresentações, equipamentos de mídia players, bom como bens móveis e imóveis que se façam necessários, os quais passarão a integrar o patrimônio da Entidade.

Parágrafo Primeiro - Os haveres em moeda corrente, deverão ser obrigatoriamente depositados na conta bancária da Entidade.

Parágrafo Segundo - Toda doação em dinheiro ou bens, deverá ser aprovada pelo conselho.

Parágrafo Terceiro - Outras fontes de recurso poderão ser buscadas, de acordo com a necessidade da Entidade e a forma de arrecadação das mesmas.

Art. 36 - O patrimônio do G.F.D.A. FEST UND TANZ deverá ser cuidado/zelado por todos os integrantes e ficará sob a responsabilidade do Departamento de Patrimônio.

Capítulo VII Das disposições Gerais

- Art. 37 O presente Estatuto entra em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral.
- Art. 38- Considerar-se-á extinta a entidade quando a mesma ficar sem representação legal por mais de dois anos, quando então o seu patrimônio será destinado a uma ou mais entidades municipais congêneres ou afins, mediante habilitação.
- Art. 39 A assembleia geral é soberana, podendo tomar qualquer medida no interesse da entidade, quando regularmente convocada para um fim específico, tiver a aprovação da maioria absoluta dos componentes com direito a voto.
- Art. 40 Os sócios não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas em nome do G.F.D.A. FEST UND TANZ.
- Art. 41 Os diretores não são pessoalmente responsáveis pelas obrigações contraídas em nome do G.F.D.A. FEST UND TANZ em virtude de ato regular de gestão.
- Art. 42 Não é admitido o voto por procuração.
- Art. 43 O presente estatuto poderá ser reformulado no todo ou em parte, por pelo menos dois terços dos integrantes da assembleia, passando a vigorar a alteração no ano seguinte.

for near

LIVRO A-028 CERTIDÃO REGISTRO INTEGRAL Nº 1.764 FOLHA 302/V

Verso da Folha 007 de 008

EM BRANCO

ß 108'

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS MUNICÍPIO E COMARCA DE CAPANEMA • ESTADO DO PARANÁ

Nair Iria Greber

Avenida Independência, nº 505, sobre loja 202 • Centro • CEP: 85.760-000 • Capanema • Paraná • Fone (46) 3552-1485

LIVRO A-028 CERTIDÃO REGISTRO INTEGRAL Nº 1.764 FOLHA 303

Folha 008 de 008

Art. 44 – Os casos omissos serão resolvidos pela diretoria, e de acordo com os fins da Entidade e as Leis em vigor, cabendo recursos destas decisões à assembleia.

Art. 45 - O presente Estatuto entra em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral.

Capanema, 26 de janeiro de 2023.

PRESIDENTE

VICE - PRESIDENTE

RAFAELA FERNANDA ESPINDOLA OAB/PR 49.397



EM BRANCO

NADA MAIS. Esta é a cópia fiel do referido documento, guardado em arquivo digitalizado, do qual extraí a presente certidão. Emolumentos: R\$11,08 (VRC 40,00), Funrejus: R\$7,83, ISSQN:R\$1,57, FUNDEP: R\$1,57, Selo: R\$3,00, Folha Adicional: R\$19,39, Buscas: R\$0,83, : Não incide. Total: R\$45,27

O referido é verdade e dou fé. Capanema-PR, 17 de setembro de 2024.

Nair Iria Greber Amente Delegada



SELO DE FISCALIZAÇÃO SFTD1.zetHn.4HaCd 3juD2.F209q

ATA Nº 2 02/2024

Ao trigésimo primeiro dia do mês de marco de dois mil e vinte e guatro. reuniram-se em assembleia geral extraordinária as dezenoves horas os integrantes do Grupo Folclórico de Danças Alemãs Fest Und Tanz nas dependências da Sede Social do Clube Recreativo Atlético Comercial, situado á rua Tamoios, número 590, Centro, Capanema-PR. Na qualidade de membros e direção os abaixo assinados, conforme lista de presença anexa. Tendo por finalidade única e exclusiva, compor e aprovar uma nova diretoria devido ao afastamento do Senhor Presidente Favler Luciano Trapp Faccio e da Vicetesoureira Andreia Carla Fungheto Faccio. A assembleia geral extraordinária foi instaurada em primeira chamada, dando início aos trabalhos se pediu aos presentes que indicassem uma pessoa para prescindir a assembleia geral, assim foi indicado(a) pelos presentes como Presidente o Senhor Alexsander da Silva, RG: 8348945, CPF: 064624239-35, residente a Rua Ottília Royer, número 1127, Bairro Santa Barbara, Capanema-PR, que assumindo designou a mim Ana Caroline da Silva Pinto, RG: 9350586-7, CPF: 059841729-09, residente a Rua Ottília Royer, número 1127, Bairro Santa Barbara, Capanema-PR, para secretariar os trabalhos e redigir a presente Ata. O Presidente designado da reunião iniciou a mesma dando as boas vindas a todos destacando a importância da nova diretoria, após foi apresentada a composição de uma nova chapa única com o nome dos interessados em fazer parte da diretoria e submetendo-se a votação. Após a chapa ser aprovada por unanimidade e presenciada por todos a administração da associação ficou composta da seguinte forma: Presidente: Alexsander da Silva, RG: 8348945, CPF: 064624239-35, brasileiro, residente a Rua Ottília Royer, número 1127, Bairro Santa Barbara, Capanema-PR, Vice Presidente: Sirlei Teresinha Botin, RG: 8346922-6, CPF: 0359817394-6, brasileira, casada, residente a Avenida Independência, número 70, Centro, Capanema-PR, Tesoureiro: Aldair Antonio Hentz RG: 8229402-3. CPF: 041712449-00, brasileiro, casado, residente a Rua Cerejeiras, número 2098, Santa Cruz, Capanema-PR, Vice Tesoureiro: Cristiano Henrique Menin, RG: 10651790-8, CPF: 078887289-36, brasileiro, casado, residente a Linha Três Angicos, Capanema-PR, Secretária: Ana Caroline da Silva Pinto, RG: 9350586-7, CPF: 059841729-09, brasileira, residente a Rua Ottília Royer, número 1127, Bairro Santa Barbara, Capanema-PR, Vice Secretária: Goreti Aparecida de Melo Hentz RG: 7395292-1, CPF: 028287769-05, brasileira, casada, residente a Rua Cerejeiras, número 2098, Santa Cruz, Capanema-PR. Conselho fiscal, Dheinefer Cristina Melo Menin, RG: 12989161-0, CPF: 086860429-10, brasileira, casada, residente a Linha Três Angicos, Capanema-PR, Leonardo Henrique Davies Sena, RG: 10143582-2, CPF: 062996079-80, brasileiro, solteiro, residente a Rua Araucária, número 2062, Santa Cruz, Capanema-PR, Iliane Valmi Honnef Botin, RG: 7909185-5, CPF: 007971659-83, brasileira, divorciada, residente a Avenida Independência, número 70, Capanema-PR, Adriana Cristina Hens

Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturales Títulos e Documer for e Pasense Jurídicas Nair yes Grebar - Agent Dalegode Combro de Cargama - F.R. - 1552-1485 canociner viciblomail.con. Lunkes, RG: 63652989 CPF: 05544828946, brasileira, casada, residente a Avenida Independência número 219, Capanema-PR, Vander Maximino Lunkes, RG: 73484308, CPF: 02123713988, brasileiro, casado, residente a Avenida Independência número 219, Capanema-PR. Cumprida as formalidades legais, o presidente declarou definitivamente constituída a Associação Civil sem fiins lucrativos denominada Grupo Folclórico de Danças Alemãs Fest Und Tanz, regida pelo estatuto social e sem limite de tempo. Sendo o que havia para o monitanto, encerra-se a presente ata que após lida, e assinada pelos presentes,

AND DESCRIPTION OF THE PARTY OF		
Selo Digital, SFTN11.GJbbsa39Fut	http://funargen.com.br	
Patricia F	rancial Walter - Escrevente	
	5 Gardin (5)	
	B CONTROL OF STATE OF	
	2 3	
	Color on Calinger	W-2000
	The same of the sa	
		SELECTION OF THE SELECT
n 15 of the state Opposition of the	5 ~~ PRINTER 500.00	
	Serviço de Registro Civil, Titulos e Documentos e Pessoas Jundicas Registro Civil de Pessoas Jurídicas	
74 Let	PROTOCOLO Nº 0028963	
	REGISTRAO Nº 0001876	
And alone with	LIVRO A	
32.25	Capanema-PR, 28 de maio de 2024	
3 2 7 2 3		
Chi 36 400 1 100		
2 2 2 3		
No. 10 des		
Macrima Macrima Proba - A	Daniel Eduardo Greber	
ogisto Cvill Poulgertos Vis Prober A e de Carollema	Daniel Eduardo Greber Escrevente-Substituto	
Macrima Macrima Proba A	Daniel Eduardo Greber Escrevente-Substituto Selo SFTD1Net9nRaaXDNxVD5F209q	
ogisto Civil Peculaerios Vis Peculaerios e de Carollama	Daniel Eduardo Greber Escrevente-Substituto Selo SFTD1Net9nRaaXDNxVD5F209q Consulte esse selo em	
ogrisiro Civili Poculaeriva Via Prober A e de Carollema	Daniel Eduardo Greber Escrevente-Substituto Selo SFTD1Net9nRaaXDNxVD5F209q	
ogisto Civil Pecusariva Via Probariva e de Caronama	Daniel Eduardo Greber Escrevente-Substituto Selo SFTD1Net9nRaaXDNxVD5F209q Consulte esse selo em http://selo.funarpen.com.br/consulta	
ogrisiro Civili Poculaeriva Via Prober A e de Carollema	Daniel Eduardo Greber Escrevente-Substituto Selo SFTD1Net9nRaaXDNxVD5F209q Consulte esse selo em http://selo.funarpen.com.br/consulta	
ogrisiro Civili Poculaeriva Via Prober A e de Carollema	Daniel Eduardo Greber Escrevente-Substituto Selo SFTD1Net9nRaaXDNxVD5F209q Consulte esse selo em http://selo.funarpen.com.br/consulta	
ogrisiro Civili Poculaeriva Via Prober A e de Carollema	Daniel Eduardo Greber Escrevente-Substituto Selo SFTD1Net9nRaaXDNxVD5F209q Consulte esse selo em	

77.832.053/0001-01

SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS

Nair Iria Greber

Agente Delogada

Av. Independência 505, sobre loja 202 85760-000 - Capanema - Paraná

Registro Civil de Pessoas Jurídicas

PROTOCOLO Nº 0028963 REGISTRAO Nº 0001876 LIVRO A

Capanema-PR, 28 de maio de 2024



Daniel Eduardo Greber Escrevente-Substituto

Selo SFTD1Net ankaaXDNxVD5F209q Consulte esse selo en http://selo.funarpen.com.br/consulta

> DANIEL EDUARDO GREBER Escrevente-Substituto (Portaria 08/2020)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ESTADO DO PARANÁ C O M A R C A D E CAPANEMA



CARTORIO DO DISTRIBUIDOR E ANEXOS AV. PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA Nº 1212 - CENTRO CAPANEMA/PR - 85760000 TITULAR

DIRCE STEVENS FACCIO

JURAMENTADOS

MURILO KWIATKOWSKI SBARDELOTTO

PATRICIA MICHELA THIESEN

Certidão Negativa

Certifico, a pedido de parte interessada, que revendo os livros e arquivos de distribuição CÍVEL (Cível, Precatória, Precatória Especial, Juizado Especial), Ações: CONCORDATA E FALENCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL sob minha guarda neste cartório, verifiquei NÃO CONSTAR nenhum registro em andamento contra:

GRUPO FOLCLORICO DE DANCAS ALEMAS FEST UND TANZ

CNPJ 51.936.119/0001-01, no período compreendido desde 14/07/1989, até a presente data.

CAPANEMA/PR, 01 de Novembro de 2024, 17:15:36

MURILO KWIATKOWSKI SBARDELOTTO

MURILO KWIATKOWSKI SBARDELOTTO Assinado digitalmente por MURILO KWIATKOWSKI SBARDELOTTO

ND: E=muriloks1903@gmail.com, CN=MURILO KWIATKOWSKI SBARDELOTTO, L=CAPANEMA, S=PR, C= BR Razão: Eu sou o autor deste documento Localização:
Data: 2024.11.04 17:16:03-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.3.0

Custas = R\$ 57,56 Página 0001/0001 Criação da Comarca 29.11.1967



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: GRUPO FOLCLORICO DE DANCAS ALEMAS FEST UND TANZ

CNPJ: 51.936.119/0001-01

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

- constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 -Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
- 2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

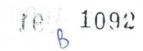
A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços http://rfb.gov.br ou http://www.pgfn.gov.br.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 16:26:38 do dia 04/11/2024 <hora e data de Brasília>. Válida até 03/05/2025.

Código de controle da certidão: **FA22.7D25.CD12.0185** Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Estado do Paraná Secretaria de Estado da Fazenda Receita Estadual do Paraná



Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual Nº 035164314-13

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: 51.936.119/0001-01

Nome: CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 04/03/2025 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet <u>www.fazenda.pr.gov.br</u>



Município de Capanema - P

CERTIDÃO NEGATIVA 5924/2024

IMPORTANTE:

- 1. FICA RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÉBITOS CONSTATADOS POSTERIORMENTE MESMO REFERENTE AO PERÍODO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO.
- 2. A PRESENTE CERTIDÃO TEM VALIDADE ATÉ 05/01/2025, SEM RASURAS E NO ORIGINAL.

FINALIDADE: CONCORRÊNCIA / LICITAÇÃO

RAZÃO SOCIAL: GRUPO FOLCLORICO DE DANCAS ALEMAS FEST UND TANZ CNPJ: 51.936.119/0001-01

ENDEREÇO: R RIO DE JANEIRO, 1199 - CENTRO Capanema - PR CEP: 85760000

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

INSCRIÇÃO ESTADUAL

ALVARA

66991

185

CNAE/ATIVIDADES

9493-6/00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte, 9001-9/02 - Produção musical, 9001-9/03 - Produção de espetáculos de dança, 9001-9/99 - Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificados anteriormente

Capanema, 06 de Novembro de 2024

A PRESENTE CERTIDÃO PODE SER VERIFICADA SUA AUTENTICIDADE NO LINK https://capanemapr.equiplano.com.br:8443/contribuinte/#/stmCertidao/validacaoCertidao CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO: 4HHTS2QEM2X4X43E99

Certidão emitida 06/11/2024 as 09:20:28

Emissor: << Equiplano Público Web >>

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição:

51.936.119/0001-01

Razão Social:

GRUPO FOLCLORICO DE DANCAS ALE

Endereço:

R RIO DE JANEIRO 1199 / CENTRO / CAPANEMA / PR / 85760-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

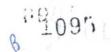
O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:07/11/2024 a 06/12/2024

Certificação Número: 2024110706096326562005

Informação obtida em 07/11/2024 09:05:02

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br





CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: GRUPO FOLCLORICO DE DANCAS ALEMAS FEST UND TANZ (MATRIZ E

FILIAIS)

CNPJ: 51.936.119/0001-01 Certidão nº: 76523545/2024

Expedição: 04/11/2024, às 16:29:42

Validade: 03/05/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data

de sua expedição.

Certifica-se que **GRUPO FOLCLORICO DE DANCAS ALEMAS FEST UND TANZ (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **51.936.119/0001-01, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

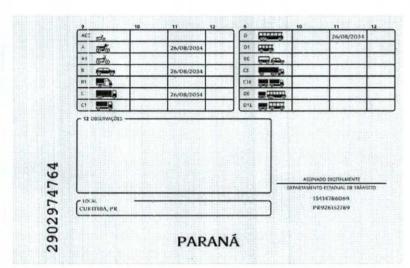
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.







DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

Este arquivo não pode ser utilizado como documento de habilitação.

Verifique autenticidade do QR Code com o app Vio.



NOTA FISCAL ELETRÓNICA DE ENERGIA ELETRICA Copel Distribuição S.Á. R Jose Izidoro Biazetto, 158 - Bloco C - Mossungue CEP: 81200-240 - Curitiba - PR CNPJ 04.368.898/0001-06 INSC. ESTADUAL 9023307399

Responsável pela Iluminação Pública: Municipio 4635521321

B3 Comercial, Servicos, Outras Atividades / Com Var

Tipo de Fornecimento: Trifasico /50A

Leitura anterior 11/09/2024

Leitura atual 11/10/2024 Nº de dias 30

Próxima Leitura 11/11/2024

Nome: ANA CAROLINE DA SILVA PINTO

Endereço: R Tamoios, 1032 - Santo Expedito

CEP: 85760-000

Cidade: Capanema - Estado: PR CPF: ***.*29-09

UNIDADE CONSUMIDORA 73121495

NOTA FISCAL No. 127148336 - SÉRIE 3 / DATA DE EMISSÃO: 10/10/2024

Consulte Chave de Acesso em: https://nf3e.fazenda.pr.gov.br/nf3e/NF3eConsulta?wsdl Chave de Acesso 4124 1004 3688 9800 0106 6600 3127 1483 3610 2549 7995 Protocolo de Autorização: 1412400049984956 - 10/10/2024 às 10:22:47

	design to the second second		
REF: MÊS / ANO	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR	
10/2024	10/11/2024	R\$553,98	

Itens de fatura	Unid.	Quant.	Preço unit (R\$) com tributos	Valor (R\$)	PIS/ COFINS	ICMS	Tarifa unit. (R\$)
ENERGIA ELET CONSUMO	kWh	648	0,379954	246,21	11,39	46,78	0,290190
ENERGIA ELET USO SISTEMA	kWh	648	0,444923	283,31	13,33	54,78	0,339820
ENERGIA INJ. OUC MPT TE 09/2024 GDII-I	kWh	-118	0,379915	-44,83	-2,07	-8,52	0,290190
ENERGIA INJ. OUC MPT TUSD 09/2024 GDII-I	kWh	-118	0,311610	-36,77	-2,10	0,00	0,293876
ENERGIA CONS. B.VERMELHA	kWh	410,4	0,058406	23,97	1,11	4,55	0,044630
ENERGIA CONS. B.VERMELHA P2	kWh	237,6	0,103072	24,49	1,13	4,65	0,078770
ENERGIA INJ. BAND. VERMELHA TE P2	kWh	-43,266667	0,102851	-4,45	-0,21	-0,84	0,078770
ENERGIA INJ. BAND. VERMELHA TE P1	kWh	-74,733333	0,058475	-4,37	-0,21	-0,83	0,044630
CONT ILUMIN PUBLICA MUNICIPIO	UN	-certifie	61,420000	61,42		*	
				1			
1140							
TOTAL				553,98	22,37	100,57	

Tributo	Base de Cálculo (RS)	Alíquota (%)	Valor (RS)
CMS COFINS PIS	529,33 392,00 392,00	19% 4,6877% 1,0210%	100.57 18.38 3.99
4	7 4913		
	HHISTÓRICOLDI		
COL	SUMO FATURADO	0	Nº DIAS FAT
OUT24		648	30
SET24		532	30
AGO24		564	32
JUL24		488	30
JUN24		542	32
MAI24		684	30
ABR24		530	29
MAR24		464	32

Medidor	Grandezas	Postos horários	Leitura Anterior	Leitura Atual	Const Medidor	Consumo kWh
0041700965	CONSUMO kWh	TP	13584	14232	1	648
				Ť.		
			ŀ			
			1			
			1			

REAVISO DE VENCIMENTO

OUT23 Reservado ao Fisco

FEV24 JAN24 DEZ23 NOV23

PERÍODO FISCAL: 10/10/2024

F95E.C39B.6CA2.4455.6D08.5F27.6DD2.187D

UC beneficiária SCEE - Sistema de Compensação de Energia. Geradora: UC 103396764.

Demonstrativo de saldos SCEE desta Unidade Consumidora, Saldo Mês no (TP) Todos os Períodos 0, Saldo Acumulado no (TP) Todos os Períodos 0, Saldo a Expirar Próximo Mês no (TP) Todos os Períodos 0. INCLUSO NA FATURA PIS R\$3,99 E COFINS R\$18,38 CONFORME RES. ANEEL 130/2005.

A qualquer tempo pode ser solicitado o cancelamento de valores não relacionados à prestação do serviço de energia elétrica, como convênios e doações.

Periodos Band. Tarif.: Vermelha P1:12/09-30/09 Vermelha P2:01/10-11/10

UNIDADE CONSUMIDORA	MÊS REFERÊNCIA	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
73121495	10/2024	10/11/2024	R\$553,98

Número da fatura: FAT-01-20247502549799-91

836500000051 539801110005 001010202479 502549799919



DECLARAÇÃO

THE THE PARTY OF T

Eu, Aldair Antonio Hentz, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 041.712.449-00, E no RG nº 8.229.402-3, através desta, autorizo meu filho, Bruno Alexandre Hentz, inscrito no CPF sob o nº 118.035.009-05, no RG sob o nº 118.035.009-05, a estar participando do projeto Apresentação de dança na Feira do Livro, pelo grupo de danças Folclórica Alemã Fest Und Tanz, inscrito no CNPJ sob o nº 51.936.119/0001-01, sob o endereço Rua Tamoios Nº 1032.

Assinatura do(a) responsável

Selo Digital: SFTN1OGQsbCffoevujZ7F211q
Consulte essé selo em http://www.narpen.com.br
Recontraco por SEMELHANÇA a assinatura indicada de
ALDAIR ANTONIO HENTZ. Dou fé. Capanema-PR. 06 de

ovembro de 2024.

Patricia Francieli Weiller - Escrevente

Eu, Aldair Antonio Hentz, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 041.712.449-00, E no RG nº 8.229.402-3, através desta, autorizo meu filho, Bruno Alexandre Hentz, inscrito no CPF sob o nº 118.035.009-05, no RG sob o nº 118.035.009-05, a estar participando do projeto Apresentação de dança na Rua, pelo grupo de danças Folclórica Alemã Fest Und Tanz, inscrito no CNPJ sob o nº 51.936.119/0001-01, sob o endereço Rua Tamoios Nº 1032.

Assinatura do(a) responsável

o Secco Giaretta

Selo Digital: SFTN10GQsbCffoevujZ7F211q
Consulte esse selo em http:///unarpen.com.br
Reconhego por SEMELHANÇA a assinatura indicada de
ALDAIR ANTONIO HENTZ Dou fé. Capanema-PR 06 de

Patricia Francieli Weiller - Escrevente

DECLARAÇÃO

Eu, Alexsander da Silva, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 064.624.239-35

E no RG nº 8348945 através desta, autorizo meu filho, RHAISSA AMADA DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 152.590.419-17 e no RG sob o nº 14.617.988-6, a estar participando do projeto Apresentação de dança na Rua, pelo grupo de danças Folclórica Alemã Fest Und Tanz, inscrito no CNPJ sob o nº 51.936.119/0001-01, sob o endereço Rua Tamoios Nº 1032.

Assinatura do(a) responsável

Selo Digital: SFTN10GxsbCffoefubZ7F211q
Consulte esse-selo em http://tunarpen.com.br
Reconhe roopor SEMELHANCA a assinatura indicada de ALEXSANDER DA SILVA. Dou fé. Capanema-PR. 06 de novembro de 2024.

DECLARAÇÃO

Eu, Alexsander da Silva, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 064.624239-35 E no RG nº 8348945 através desta, autorizo meu filho, RHAISSA AMADA DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 152.590.419-17 e no RG sob o nº 14.617.988-6, a estar participando do projeto Apresentação de dança na Feira do Livro, pelo grupo de danças Folclórica Alemã Fest Und Tanz, inscrito no CNPJ sob o nº 51.936.119/0001-01, sob o endereço Rua Tamoios Nº 1032.

Assinatura do(a) responsável

Selo Digital: SFTN1OGxsbCffoefubZ7F211q o Digital: SFIN TOGXSDC INTERPOLATION OF CONSULTE ESSE SEIO EM http://funarpen.com.br conheco por SEMELHANÇA a assinatura indicada de conheco por SEMELHANÇA a assinatura indicada de vecantere da SILVA Dou fé Capanema-PR 06 de Reconheco por DA SILVA. Dou

Patricia Francieli Weiller - Escrevente



Cooperativa: 0738 Conta Corrente: 84446-9

JULIANO ROCHEMBACH

Certificado da Condição de Microempreendedor Individual



Empresário(a)

Nome Civil

JULIANO ROCHEMBACH

CPF

044.111.959-09

CNPJ

29.842.708/0001-71

Data de Abertura

05/03/2018

Nome Empresarial

29.842.708 JULIANO ROCHEMBACH

Capital Social

5.000,00

Situação Cadastral Vigente

ATIVA

Data da Situação Cadastral

05/03/2018

Endereço Comercial

CEP

Logradouro

Número

Complemento

85760-000

RUA CARAZINHO

248

CASA

Munícipio

Bairro SANTA CRUZ

CAPANEMA

UF

PR

Situação Atual

Enquadrado na condição de MEI

Períodos de Enquadramento como MEI

Período

Início

Fim

1º período

05/03/2018

Atividades

Forma de Atuação

Porta a porta, postos móveis ou por ambulantes

Ocupação Principal

Promotor(a) de vendas, independente

Atividade Principal (CNAE)

7319-0/02 - Promoção de vendas

Ocupações Secundárias

Humorista e contador de histórias, independente

Instrutor(a) de arte e cultura em geral, independente

Costureiro(a) de roupas, sob medida, independente

Animador(a) de festas independente

Cantor(a)/músico(a) independente

Promotor(a) de eventos, independente

Atividades Secundárias (CNAE)

9001-9/01 - Produção teatral

8592-9/99 - Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente

1412-6/02 - Confecção, sob medida, de peças do vestuário, exceto roupas íntimas

9329-8/99 - Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente

9001-9/02 - Produção musical

8230-0/01 - Serviços de organização de feiras, congressos,

exposições e festas



Instrutor(a) de artes cênicas, independente Instrutor(a) de música, independente 8592-9/02 - Ensino de artes cênicas, exceto dança 8592-9/03 - Ensino de música

B 1106

Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento

Declaro, sob as penas da lei, que conheço e atendo aos requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município para a dispensa da emissão do Alvará e Licença de Funcionamento, compreendidos os aspectos sanitários, ambientais, tributários, de segurança pública, uso e ocupação do solo, atividades domiciliares e restrições ao uso de espaços públicos; autorizo a realização de inspeção e fiscalização no local de exercício das atividades para fins de verificação da observância dos referidos requisitos; e declaro, sob as penas da lei, ter ciência de que o não atendimento dos requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município poderão acarretar o cancelamento deste Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento.*

* Declaração prestada pelo empreendedor no ato de registro da empresa.

Este Certificado comprova as inscrições, alvará, licenças e a situação de enquadramento do empresário na condição de Microempreendedor Individual. A sua aceitação está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço: https://mei.receita.economia.gov.br/certificado. Certificado emitido com base na Resolução nº 59, de 12 de agosto de 2020, do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – CGSIM.

ATENÇÃO: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

29.842.708/0001-71 MATRIZ	COMPROVANTE D	E INSCRIÇÃO E DE SITU CADASTRAL	JAÇÃO DATA DE ABERTO 05/03/2018	JRA
NOME EMPRESARIAL 29.842.708 JULIANO RO	СНЕМВАСН			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO	(NOME DE FANTASIA)			PORTE ME
código e descrição da ativ 73.19-0-02 - Promoção d	/IDADE ECONÔMICA PRINCIPAL de vendas			
14.12-6-02 - Confecção, 00.01-9-02 - Produção m 00.01-9-01 - Produção te 85.92-9-99 - Ensino de a 85.92-9-02 - Ensino de a	sob medida, de peças do ves nusical eatral rte e cultura não especificado rtes cênicas, exceto dança organização de feiras, congr núsica			
213-5 - Empresário (Indi			PLEMENTO	
R CARAZINHO		248 CAS	A	
CEP	BAIRRO/DISTRITO SANTA CRUZ	MUNICÍPIO CAPANEMA		PR
CEP 85.760-000	SANTA CRUZ			
ENDEREÇO ELETRÔNICO JULIANO.JACK@HOTM. ENTE FEDERATIVO RESPONSÁ	AIL.COM	TELEFONE		
ENDEREÇO ELETRÔNICO JULIANO.JACK@HOTM ENTE FEDERATIVO RESPONSÁ *****	AIL.COM	TELEFONE	DATA DA SITUAÇÃO 0 05/03/2018	PR
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁ ***** SITUAÇÃO CADASTRAL	AIL.COM VEL (EFR)	TELEFONE		PR

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 02/11/2024 às 19:16:08 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição:

29.842.708/0001-71

Razão

29842708 JULIANO ROCHEMBACH

Social: Endereco:

RUA CARAZINHO 248 CASA / SANTA CRUZ / CAPANEMA / PR / 85760-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 05/11/2024 a 04/12/2024

Certificação Número: 2024110509336325566320

Informação obtida em 05/11/2024 15:22:38

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: 29.842.708 JULIANO ROCHEMBACH

CNPJ: 29.842.708/0001-71

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços http://rfb.gov.br ou http://www.pgfn.gov.br.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 15:26:46 do dia 05/11/2024 <hora e data de Brasília>. Válida até 04/05/2025.

Código de controle da certidão: **B41B.4D58.B78F.8962** Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Estado do Paraná Secretaria de Estado da Fazenda Receita Estadual do Paraná

R 11111

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual Nº 035176203-87

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: 29.842.708/0001-71

Nome: 29.842.708 JULIANO ROCHEMBACH

Estabelecimento sem registro no Cadastro de Contribuintes do ICMS/PR

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 05/03/2025 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet www.fazenda.pr.gov.br



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: 29.842.708 JULIANO ROCHEMBACH (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 29.842.708/0001-71 Certidão nº: 76769128/2024

Expedição: 05/11/2024, às 15:23:53

Validade: 04/05/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data

de sua expedição.

Certifica-se que 29.842.708 JULIANO ROCHEMBACH (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o n° 29.842.708/0001-71, NÃO CONSTA como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos

Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



are .		132	111			310011	12
nce ada			0	- C		8 823	
A 556	29/05/2034	- 12	DI	Hill			
A) करें			-0E				
· 💬	29/05/2034		CE	-			
81 E			CHE				
c			DE		P. C.		
(1			DIE		E A		
						DO DIEXIALAGO	
- local Curitiba, pr]-	DEPARTAMENT 25		
					DEPARTAMENT 25	2 ESTABBAL DE 1 13/04/53377	

2817873787

I<BRA033093204<275<<<<<<< 8604127M3405293BRA<<<<<<<8 JULIANO<<ROCHEMBACH<<<<<<

QR-CODE

1112



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO/SENATRAN

1113

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ESTADO DO PARANÁ C O M A R C A D E CAPANEMA

CARTORIO DO DISTRIBUIDOR E ANEXOS AV. PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA Nº 1212 - CENTRO CAPANEMA/PR - 85760000 TITULAR

DIRCE STEVENS FACCIO

JURAMENTADOS

MURILO KWIATKOWSKI SBARDELOTTO

PATRICIA MICHELA THIESEN

Certidão Negativa

Certifico, a pedido de parte interessada, que revendo os livros e arquivos de distribuição CÍVEL (Cível, Precatória, Precatória Especial, Juizado Especial), Ações: CONCORDATA E FALENCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL sob minha guarda neste cartório, verifiquei NÃO CONSTAR nenhum registro em andamento contra:

29.842.708 JULIANO ROCHEMBACH

CNPJ 29.842.708/0001-71, no período compreendido desde 14/07/1989, até a presente data.

CAPANEMA/PR, 01 de Novembro de 2024, 16:12:59

MURILO KWIATKOWSKI SBARDELOTTO

MURILO KWIATKOWSKI SBARDELOTTO

Assinado digitalmente por MURILO KWATKOWSKI SBARDELOTTO

ND: E=muriloks1903@gmail.com, CN=MURILO KWATKOWSKI SBARDELOTTO, L=CAPANEMA, S=PR, C=BR
Razão: Eu sou o autor deste documento Localização:
Data: 2024.11.04 16:13:32-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.3.0

Custas = R\$ 57,56 Página 0001/0001 Criação da Comarca 29.11.1967



Município de Capanema - P

CERTIDÃO NEGATIVA 5769/2024

IMPORTANTE:

- 1. FICA RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÉBITOS CONSTATADOS POSTERIORMENTE MESMO REFERENTE AO PERÍODO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO.
- 2. A PRESENTE CERTIDÃO TEM VALIDADE ATÉ 29/12/2024, SEM RASURAS E NO ORIGINAL.

FINALIDADE: VERIFICAÇÃO

RAZÃO SOCIAL: JULIANO ROCHEMBACH 04411195909 CNPJ: 29.842.708/0001-71

ENDEREÇO: R CARAZINHO, 248 - SANTA CRUZ Capanema - PR CEP: 85760000

INSCRIÇÃO MUNICIPAL INSCRIÇÃO ESTADUAL ALVARA 50

CNAE/ATIVIDADES

7319-0/02 - Promoção de vendas, 1412-6/02 - Confecção, sob medida, de peças do vestuário, exceto roupas íntimas

Capanema, 30 de Outubro de 2024

A PRESENTE CERTIDÃO PODE SER VERIFIÇADA SUA AUTENTICIDADE NO LINK https://capanemapr.equiplano.com.br:8443/contribuinte/#/stmCertidao/validacaoCertidao CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO: 4HHTS2QE3J44X44U7R

Certidão emitida 30/10/2024 as 13:56:49

Emissor: << Equiplano Público Web >>



B 1117

Licitação PM Capanema-PR < licitacao@capanema.pr.gov.br>

Documentos para habilitação - Projeto Música e poesia - Fogo Sônico - Chamamento público Nº 06/2024 - Lei Aldir Blanc

1 mensagem

CulturArte Projetos <culturarte.projetos@gmail.com> 5 de novembro de 2024 às 15:58 Para: pnab.capanema.pr@gmail.com, "licitacao@capanema.pr.gov.br" licitacao@capanema.pr.gov.br>

Boa tarde,

Seguem os documentos para a habilitação do projeto de apresentação de música "Música e poesia - Fogo Sônico", do proponente Juliano Rochembach 04411195909, do edital de chamamento público Nº 06/2024 (Lei Aldir Blanc).

Grato.

9 anexos

- Certificado MEI Jack.pdf
- CND FGTS.pdf
- CND federal.pdf
- CND estadual.pdf
- Cartão CNPJ Jack.pdf 186K
- CND Trabalhista.pdf
- CNH Jack.pdf
- CND falência.pdf
- CND municipal.pdf 83K

11.526.297 SUE DAMARIS ELVAS DANTAS



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 11.526.297/0001-40 MATRIZ	COMPROVANTE	DE INSCRIÇÃO E D CADASTRAL	E SITUAÇÃO	DATA DE ABERTURA 09/02/2010	
NOME EMPRESARIAL 11.526.297 SUE DAMARI	S ELVAS DANTAS				
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO	(NOME DE FANTASIA)			POF ME	
	IDADE ECONÔMICA PRINCIPAL rte e cultura não especificad	o anteriormente			
90.01-9-06 - Atividades d 77.29-2-02 - Aluguel de n 59.12-0-99 - Atividades d anteriormente 47.56-3-00 - Comércio va		ção os de uso doméstico e páfica, de vídeos e de pr trumentos musicais e a	rogramas de telev cessórios		as
OGRADOURO R SERGIPE	vidualy	NÚMERO 1589	COMPLEMENTO SALA		
SEP 35.601-040	BAIRRO/DISTRITO ALVORADA	MUNICÍPIO	O BELTRAO		JF PR
ENDEREÇO ELETRÔNICO SUEDAMARIS@YAHOO.	COM.BR	TELEFONE (46) 9129-2	386		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁ	VEL (EFR)				
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA				ATA DA SITUAÇÃO CADASTRA 0/02/2010	AL .
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADAST	RAL				

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 28/10/2024 às 09:33:59 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



CARTERIA NACIONAL DE HABBLIFACAD / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCION

2 H 1 NECESSE & SECURIORISMONISM SUE DAMARIS EL VAS DANTAS

MARKITACÁG 01/03/2002



3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO 19/09/1982 SAO PAULO/SP

- AN DATA ENBSSIO -19/02/2024

" #B VALIDADE " 19/02/2034

EMISSOR / UF 46 DOC IDENTIDADE / ORG.

27248522 4d CPF

SESP SP

S Nº REGISTRO -02245747238 9 CAT HAB 8

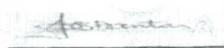
307.709.298-00 NACIONALIDADE -

BRASILEIRO

FILIAÇÃO ...

JAZARIAS MANGABEIRA DANTAS

MARIA CELMA ELVAS DANTAS



7 ASSINATURA DO PORTADOR

9	10	11 12	9	10		12
ACC 🖦			D			
A O		CONTRACTOR OF THE PARTY AND TH	D1 📟	de les		
A1 هخر			BE 🕽 🚗		L. LEEL	- ones
В 📻		19/02/2034	CE SO			
B1 💼	39.10 A C.		C1E			
C			DE MUNICIPALITY			
C1			D1E			

12 OBSERVAÇÕES -

ASSINATURA DO EMISSOR

85667825941 PR924283467

9

CV

HADEDAL. CURITIBA, PR

Certificado da Condição de Microempreendedor Individual



Empresário(a)

Nome Civil

SUE DAMARIS ELVAS DANTAS

CPF

307.709.298-00

CNPJ

11.526.297/0001-40

Data de Abertura

09/02/2010

Nome Empresarial

11.526.297 SUE DAMARIS ELVAS DANTAS

Capital Social

10.000.00

Situação Cadastral Vigente

ATIVA

Data da Situação Cadastral

09/02/2010

Endereço Comercial

Logradouro

RUA SERGIPE

Número 1589

Complemento

85601-040

Munícipio

UF

SALA

Bairro **ALVORADA**

FRANCISCO BELTRAO

PR

Situação Atual

Enquadrado na condição de MEI

Períodos de Enquadramento como MEI

Período

Início

Fim

1º período

09/02/2010

Atividades

Forma de Atuação

Estabelecimento fixo

Ocupação Principal

Instrutor(a) de arte e cultura em geral, independente

Atividade Principal (CNAE)

8592-9/99 - Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente

Ocupações Secundárias

Técnico(a) de sonorização e de iluminação independente

Comerciante independente de instrumentos musicais e acessórios

Editor(a) de vídeo, independente

Promotor(a) de eventos, independente

Locador(a) de instrumentos musicais, independente

Atividades Secundárias (CNAE)

9001-9/06 - Atividades de sonorização e de iluminação

4756-3/00 - Comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios

5912-0/99 - Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente

8230-0/01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas

7729-2/02 - Aluguel de móveis, utensílios e aparelhos de uso doméstico e pessoal; instrumentos musicais

Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de <u>Dispensa de Alvará e Licença de</u> Funcionamento

Declaro, sob as penas da lei, que conheço e atendo aos requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município para a dispensa da emissão do Alvará e Licença de Funcionamento, compreendidos os aspectos sanitários, ambientais, tributários, de segurança pública, uso e ocupação do solo, atividades domiciliares e restrições ao uso de espaços públicos; autorizo a realização de inspeção e fiscalização no local de exercício das atividades para fins de verificação da observância dos referidos requisitos; e declaro, sob as penas da lei, ter ciência de que o não atendimento dos requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município poderão acarretar o cancelamento deste Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento.*

* Declaração prestada pelo empreendedor no ato de registro da empresa.

Este Certificado comprova as inscrições, alvará, licenças e a situação de enquadramento do empresário na condição de Microempreendedor Individual. A sua aceitação está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço: https://mei.receita.economia.gov.br/certificado. Certificado emitido com base na Resolução nº 59, de 12 de agosto de 2020, do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – CGSIM.

ATENÇÃO: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

ESTADO DO PARANÁ SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA N°38630/2024

RAZÃO SOCIAL: 11.526.297 SUE DAMARIS ELVAS DANTAS

CNPJ: 11.526.297/0001-40

INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 307949

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

ALVARÁ: 20180390

ENDEREÇO: RUA SERGIPE, 1589 - Alvorada - SALA Francisco Beltrão - PR CEP: 85601040

ATIVIDADE: Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente, Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente, Atividades de sonorização e de iluminação, Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas, Comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios, Aluguel de móveis, utensílios e aparelhos de uso doméstico e pessoal; instrumentos musicais

Certificamos que não existem pendências em nome do contribuinte supramencionado relativas aos tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Município de Francisco Beltrão cobrar quaisquer dívidas provenientes de tributos que venham a ser apurados ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período abrangido por esta certidão.

DATA DATA D E D E

EMISSÃO: VALIDADE: 3 0 / 1 0 / 2 0 2 4 2 8 / 0 4 / 2 0 2 5 V E R I F I C A C Ã O

FINALIDADE:

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO: 4HHJ9UFFHCZJXMHQ39S

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na Internet, no endereço www.franciscobeltrao.pr.gov.br

Certidão

emitida

gratuitamente

pela

internet

em:

30/10/2024

11:18:05

Qualquer rasura invalidará este documento.



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: 11.526.297 SUE DAMARIS ELVAS DANTAS

CNPJ: 11.526.297/0001-40

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços http://rfb.gov.br ou http://rfb.gov.br ou http://www.pgfn.gov.br.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 09:48:16 do dia 28/10/2024 <hora e data de Brasília>. Válida até 26/04/2025.

Código de controle da certidão: F0CA.698E.FC08.2224 Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: 11.526.297 SUE DAMARIS ELVAS DANTAS (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 11.526.297/0001-40 Certidão n°: 74739968/2024

Expedição: 28/10/2024, às 10:15:48

Validade: 26/04/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data

de sua expedição.

Certifica-se que 11.526.297 SUE DAMARIS ELVAS DANTAS (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o n° 11.526.297/0001-40, NÃO CONSTA como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

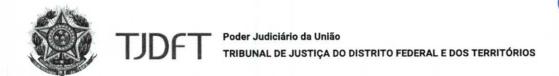
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS) 1ª e 2ª Instâncias

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações de falências e recuperações judiciais disponíveis até 28/10/2024, NADA CONSTA contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

SUE DAMARIS ELVAS DANTAS 30770929800

11.526.297/0001-40

OBSERVAÇÕES:

a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.

b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.

c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 80, § 20 da Resolução 121/CNJ).

d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.

e) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.

f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 28/10/2024 Selo digital de segurança: 2024.CTD.Y2PM.51B0.XUXV.I4JK.YGHY *** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 11.526.297/0001-40

Razão Social:

SUE DAMARIS ELVAS DANTAS

Endereço:

R SERGIPE 1589 / ALVORADA / FRANCISCO BELTRAO / PR / 85601-040

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:15/10/2024 a 13/11/2024

Certificação Número: 2024101504065027298066

Informação obtida em 28/10/2024 10:10:45

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br



Estado do Paraná Secretaria de Estado da Fazenda Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual Nº 035080695-24

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: 11.526.297/0001-40 Nome: 11.526.297 SUE DAMARIS ELVAS DANTAS

Estabelecimento sem registro no Cadastro de Contribuintes do ICMS/PR

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 25/02/2025 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet www.fazenda.pr.gov.br





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ Secretaria do Ofício Distribuidor e Anexos de FRANCISCO BELTRÃO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO - FINS GERAIS - CÍVEIS - NEGATIVA:

Certifico que revendo os livros, sistemas e arquivos de distribuição CÍVEL (Cível, Precatória, Precatória Especial, Juizado Especial Cível, Pequenas Causas, Ações Possessórias, Tutela, Curatelas), FAZENDA PÚBLICA (Fazenda Pública, Juizado Especial da Fazenda Pública) desta Secretaria, verifiquei NÃO CONSTAR nenhum registro em andamento contra:

SUE DAMARIS ELVAS DANTAS

CNPJ: 11.526.297/0001-40

Local da Sede: Francisco Beltrão - PR

Orientações:

Esta certidão NÃO APONTA ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome pesquisado figura como Autor(a). São apontados os feitos em tramitação cadastrados no Sistema Informatizado referente à comarca de FRANCISCO BELTRÃO Não existe qualquer conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais.

Considera-se NEGATIVA a certidão que aponta somente homônimos não qualificados, nos termos do art. 8º, §2º da Resolução CNJ 121/2010.

A presente certidão menciona somente o registro de distribuição, para dados complementares do procedimento, deve-se dirigir até a Secretaria para onde foi distribuído e solicitar uma CERTIDÃO DE OBJETO E PÉ.

A Busca de MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL e EMPRESÁRIO INDIVIDUAL abrange também a pessoa física.

FRANCISCO BELTRÃO, 30 de outubro de 2024



Alessandra Marta Fischborn Abreu
Distribuidor

Documento assinado digitalmente, conforme MP n.º 2.200-2/2001, Lei n.º 11.419/2006 e Resolução n.º 09/2008, do TJPR/OE





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ Secretaria do Ofício Distribuidor e Anexos de FRANCISCO BELTRÃO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO - FINS GERAIS - CÍVEIS - FALÊNCIA - NEGATIVA

Certifico que revendo os livros, sistemas e arquivos de distribuição CÍVEIS, especificamente: FALÊNCIA, CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL desta Secretaria, verifiquei NÃO CONSTAR nenhum registro em andamento contra:

SUE DAMARIS ELVAS DANTAS 30770929800

CNPJ: 11.526.297/0001-40

Local da Sede: Francisco Beltrão - PR

Orientações:

Esta certidão NÃO APONTA ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome pesquisado figura como Autor(a). São apontados os feitos em tramitação cadastrados no Sistema Informatizado referente à comarca de FRANCISCO BELTRÃO Não existe qualquer conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais.

Considera-se NEGATIVA a certidão que aponta somente homônimos não qualificados, nos termos do art. 8º, §2º da Resolução CNJ 121/2010.

A presente certidão menciona somente o registro de distribuição, para dados complementares do procedimento, deve-se dirigir até a Secretaria para onde foi distribuído e solicitar uma CERTIDÃO DE OBJETO E PÉ.

A Busca de MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL e EMPRESÁRIO INDIVIDUAL abrange também a pessoa física.

FRANCISCO BELTRÃO, 4 de novembro de 2024



Alessandra Marta Fischborn Abreu
Distribuidor

Documento assinado digitalmente, conforme MP n.º 2.200-2/2001, Lei n.º 11.419/2006 e Resolução n.º 09/2008, do TJPR/OE

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, Sue Damaris Elvas Dantas, portador(a) do RG 272485226 inscrito(a) no CPF30770929800, declaro para os devidos fins, junto à Secretaria de Cultura, que sou residente e domiciliado: RUA SERGIPE, 1589 CENTRO / FRANCISCO BELTRÃO – PR conforme consta no meu Certificado da Condição de Microempreendedor Individual.

Declaro ainda, para todos os fins de direito perante as leis vigentes, que a informação aqui prestada é de minha inteira responsabilidade e que tenho ciência das implicações incidentes¹.

Assinatura

Sue Dâmaris Elvas Dantas

27.475.438 ISADORA SCHEMMER JTORMES DA ROSA



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

MATRIZ	COMPROVAN	NTE DE INSCRIÇÃO E D CADASTRAL	F SILLIAL ALL	ATA DE ABERTURA 5/04/2017
NOME EMPRESARIAL 27.475.438 ISADORA	SCHEMMER TORMES DA	AROSA		
TİTULO DO ESTABELECIME	ENTO (NOME DE FANTASIA)			PORTE ME
	ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPA de artes cênicas, exceto da			
90.01-9-02 - Produçã 90.01-9-01 - Produçã 85.93-7-00 - Ensino o 85.92-9-99 - Ensino o 82.30-0-01 - Serviços 74.20-0-04 - Filmagel 58.11-5-00 - Edição o 93.29-8-99 - Outras a 85.99-6-99 - Outras a 59.12-0-99 - Atividada anteriormente 59.12-0-01 - Serviços	o teatral de idiomas de arte e cultura não espec de organização de feiras, n de festas e eventos de livros tividades de recreação e l tividades de ensino não e es de pós-produção cinem	•	ormente	io não especificadas
96.02-5-02 - Atividado	de palcos, coberturas e ou es de estética e outros ser NATUREZA JURÍDICA	utras estruturas de uso tempo rviços de cuidados com a bel		mes
96.02-5-02 - Atividado CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA 213-5 - Empresário (I	de palcos, coberturas e ou es de estética e outros ser NATUREZA JURÍDICA	rviços de cuidados com a bel		mes
96.02-5-02 - Atividado CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA 213-5 - Empresário (I LOGRADOURO R GUAIRACAS	de palcos, coberturas e ou es de estética e outros ser NATUREZA JURÍDICA	rviços de cuidados com a bel	COMPLEMENTO	mes UF PR
96.02-5-02 - Atividado código e descrição da 213-5 - Empresário (I LOGRADOURO R GUAIRACAS CEP 85.760-000 ENDEREÇO ELETRÔNICO	de palcos, coberturas e ou es de estética e outros ser NATUREZA JURÍDICA ndividual) BAIRRO/DISTRITO CENTRO	NÚMERO 282	COMPLEMENTO	UF
96.02-5-02 - Atividado CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA 213-5 - Empresário (I LOGRADOURO R GUAIRACAS CEP 85.760-000 ENDEREÇO ELETRÔNICO ISA_DAROSA@HOTI	de palcos, coberturas e ou es de estética e outros ser NATUREZA JURÍDICA ndividual) BAIRRO/DISTRITO CENTRO MAIL.COM	NÚMERO 282 MUNICÍPIO CAPANEMA	COMPLEMENTO	UF
96.02-5-02 - Atividado CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA 213-5 - Empresário (I LOGRADOURO R GUAIRACAS CEP 85.760-000 ENDEREÇO ELETRÔNICO ISA_DAROSA@HOTI ENTE FEDERATIVO RESPO ******	de palcos, coberturas e ou es de estética e outros ser NATUREZA JURÍDICA ndividual) BAIRRO/DISTRITO CENTRO MAIL.COM	NÚMERO 282 MUNICÍPIO CAPANEMA	COMPLEMENTO ********* DATA D	UF
96.02-5-02 - Atividado CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA 213-5 - Empresário (I LOGRADOURO	de palcos, coberturas e ou es de estética e outros ser NATUREZA JURÍDICA ndividual) BAIRRO/DISTRITO CENTRO MAIL.COM NSÁVEL (EFR)	NÚMERO 282 MUNICÍPIO CAPANEMA	COMPLEMENTO ********* DATA D	UF PR

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 30/10/2024 às 00:50:44 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Certificado da Condição de Microempreendedor Individual



Empresário(a)

Nome Civil

ISADORA SCHEMMER TORMES DA ROSA

CPF

070.309.489-04

CNPJ

27.475.438/0001-82

Data de Abertura

05/04/2017

Nome Empresarial

27.475.438 ISADORA SCHEMMER TORMES DA ROSA

Capital Social

1,00

Situação Cadastral Vigente

ATIVA

Data da Situação Cadastral

05/04/2017

Endereço Comercial

CEP

Logradouro

Número

85760-000

RUA GUAIRACAS

282

Bairro

Munícipio

UF

CENTRO

CAPANEMA

PR

Situação Atual

Enquadrado na condição de MEI

Períodos de Enquadramento como MEI

Período

Início

Fim

1º período

05/04/2017

Atividades

Forma de Atuação

Estabelecimento fixo, Em local fixo fora da loja, Internet, Porta a porta, postos móveis ou por ambulantes

Ocupação Principal

Instrutor(a) de artes cênicas, independente

Atividade Principal (CNAE)

8592-9/02 - Ensino de artes cênicas, exceto dança

Ocupações Secundárias

Cantor(a)/músico(a) independente

Mágico(a) independente

Instrutor(a) de arte e cultura em geral,

independente

Promotor(a) de eventos, independente

Instrutor(a) de idiomas, independente Humorista e contador de histórias.

independente

Atividades Secundárias (CNAE)

9001-9/02 - Produção musical

9329-8/99 - Outras atividades de recreação e lazer não

especificadas anteriormente

8592-9/99 - Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente

8230-0/01 - Serviços de organização de feiras, congressos,

exposições e festas

8593-7/00 - Ensino de idiomas

9001-9/01 - Produção teatral

Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento

Declaro, sob as penas da lei, que conheço e atendo aos requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município para a dispensa da emissão do Alvará e Licença de Funcionamento, compreendidos os aspectos sanitários, ambientais, tributários, de segurança pública, uso e ocupação do solo, atividades domiciliares e restrições ao uso de espaços públicos; autorizo a realização de inspeção e fiscalização no local de exercício das atividades para fins de verificação da observância dos referidos requisitos; e declaro, sob as penas da lei, ter ciência de que o não atendimento dos requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município poderão acarretar o cancelamento deste Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento.*

* Declaração prestada pelo empreendedor no ato de registro da empresa.

Este Certificado comprova as inscrições, alvará, licenças e a situação de enquadramento do empresário na condição de Microempreendedor Individual. A sua aceitação está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço: https://mei.receita.economia.gov.br/certificado. Certificado emitido com base na Resolução nº 59, de 12 de agosto de 2020, do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – CGSIM.

ATENÇÃO: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

1134



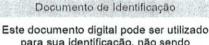


QR Code

Verifique a autenticidade do documento lendo o QR code com o aplicativo Vio.



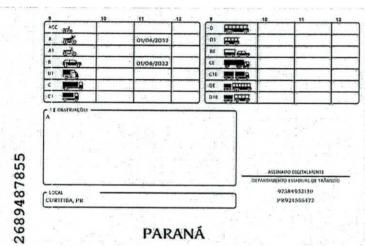
IDBRA070309489207030948904<<<4
9505195F3401192BRA<<<<<<<4
SCHEMM<TORMES<DA<ROSA<<ISADORA



para sua identificação, não sendo necessária a apresentação de documento complementar, conforme Decreto nº 10.977, de 23 de fevereiro de 2022.









DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

Este arquivo não pode ser utilizado como documento de habilitação.

Verifique autenticidade do QR Code com o app Vio.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE CAPANEMA

CARTORIO DO DISTRIBUIDOR E ANEXOS AV. PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA Nº 1212 - CENTRO CAPANEMA/PR - 85760000

TITULAR DIRCE STEVENS FACCIO JURAMENTADOS MURILO KWIATKOWSKI SBARDELOTTO PATRICIA MICHELA THIESEN

Certidão Negativa

Certifico, a pedido de parte interessada, que revendo os livros e arquivos de distribuição CÍVEL (Cível, Precatória, Precatória Especial, Juizado Especial), Ações: CONCORDATA E FALENCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL sob minha guarda neste cartório, verifiquei NÃO CONSTAR nenhum registro em andamento contra:

27.475.438 ISADORA SCHEMMER TORMES DA ROSA

CNPJ 27.475.438/0001-82, no período compreendido desde 14/07/1989, até a presente data.

CAPANEMA/PR, 17 de Setembro de 2024, 16:23:55

MURILO KWIATKOWSKI SBARDELOTTO

MURILO KWIATKOWSKI S=PR, C+BR
Razão: Eu sou o autor deste documento SBARDELOTTO

Assinado digitalmente por MURILO KWIATKOWSKI SBARDELOTTO ND: E#muriloks1903@gmail.com, CN#MURILO KWIATKOWSKI SBARDELOTTO, L#CAPANEMA, Data: 2024.09.18 16:24:34-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 12.0.1

Custas = R\$ 57,56 Página 0001/0001 Criação da Comarca 29.11.1967



CERTIDÃO NEGATIVA 5758/2024

IMPORTANTE:

- 1. FICA RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÉBITOS CONSTATADOS POSTERIORMENTE MESMO REFERENTE AO PERÍODO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO.
- 2. A PRESENTE CERTIDÃO TEM VALIDADE ATÉ 29/12/2024, SEM RASURAS E NO ORIGINAL.

FINALIDADE: VERIFICAÇÃO

RAZÃO SOCIAL: ISADORA SCHEMMER TORMES DA ROSA 07030948904 CNPJ; 27.475.438/0001-82

ENDEREÇO: R GUAIRACAS, 282 - CENTRO Capanema - PR CEP: 85760000

INSCRIÇÃO MUNICIPAL INSCRIÇÃO ESTADUAL ALVARA
44903 65

CNAE/ATIVIDADES

8592-9/02 - Ensino de artes cênicas, exceto dança, 5912-0/01 - Serviços de dublagem, 7739-0/03 - Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes, 8593-7/00 - Ensino de idiomas, 8599-6/05 - Cursos preparatórios para concursos, 8599-6/99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente, 9001-9/06 - Atividades de sonorização e de iluminação, 9329-8/99 - Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente, 9602-5/02 - Atividades de estética e outros serviços de cuidados com a beleza, 5811-5/00 - Edição de livros, 5912-0/99 - Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente, 8230-0/01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas, 8592-9/99 - Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente, 9001-9/01 - Produção teatral

Capanema, 30 de Outubro de 2024

A PRESENTE CERTIDÃO PODE SER VERIFICADA SUA AUTENTICIDADE NO LINK https://capanemapr.equiplano.com.br:8443/contribuinte/#/stmCertidao/validacaoCertidao CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO: 4HHTS2QE3J44X4CRBT



Estado do Paraná Secretaria de Estado da Fazenda Receita Estadual do Paraná

1138

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual Nº 035107869-30

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: 27.475.438/0001-82

Nome: 27.475.438 ISADORA SCHEMMER TORMES DA ROSA

Estabelecimento sem registro no Cadastro de Contribuintes do ICMS/PR

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 27/02/2025 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet www.fazenda.pr.gov.br Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição:

27.475.438/0001-82

Razão

ISADORA SCHEMMER TORMES DA ROSA

Social: Endereço:

RUA GUAIRACAS 282 / CENTRO / CAPANEMA / PR / 85760-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:26/10/2024 a 24/11/2024

Certificação Número: 2024102603214938094292

Informação obtida em 30/10/2024 01:03:33

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: 27.475.438 ISADORA SCHEMMER TORMES DA ROSA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 27.475.438/0001-82 Certidão nº: 75147198/2024

Expedição: 30/10/2024, às 01:04:26

Validade: 28/04/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data

de sua expedição.

Certifica-se que 27.475.438 ISADORA SCHEMMER TORMES DA ROSA (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o n° 27.475.438/0001-82, NÃO CONSTA como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: 27.475.438 ISADORA SCHEMMER TORMES DA ROSA

CNPJ: 27.475.438/0001-82

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços http://rfb.gov.br ou http://www.pgfn.gov.br.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 16:39:37 do dia 01/11/2024 <hora e data de Brasília>. Válida até 30/04/2025.

Código de controle da certidão: 2765.E239.D2D0.3D4B Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Sistema de Conta Corrente

REL. DE EXTRATO PERIÓDICO

1142

BANCO C6 S.A.

ABERTO

DR: 31/10/2024

DP: 31/10/2024 16:18:10

Pág. 1

Data Inicial: 01/10/2024 Data Final: 31/10/2024

Agência: 0001 Conta: 000035098083-7 Situação: LIBERADA

CONTA CORRENTE:

Categoria de Conta: GARANTIDA

27.475.438/0001-82

Gerente: GERENTE GERAL

27.475.438 ISADORA SCHEMMER TORMES DA ROSA

RUA GUAIRACAS

282

CAPANEMA

AGÊNCIA: 0001

85760-000

PR

000035098083-7

SITUAÇÃO: LIBERADA

27.475.438 ISADORA SCHEMMER TORMES DA ROSA

DATA DESCRIÇÃO DOC VALOR D/C	VALOR
29/10/2024 SALDO DISPONIVEL INICIAL	0,00
29/10/2024 SALDO VINCULADO INICIAL	0,00
29/10/2024 SALDO BLOQUEADO INICIAL	0,00
29/10/2024 SALDO AUXILIO EMERGENCIAL INICIAL	0,00
31/10/2024 SALDO DISPONIVEL FINAL	0,00
31/10/2024 SALDO VINCULADO FINAL	0,00
31/10/2024 SALDO BLOQUEADO FINAL	0,00
31/10/2024 LIMITE TOTAL	0,00
31/10/2024 LIMITE UTILIZADO	0,00
31/10/2024 TOTAL DISPONÍVEL PARA SAQUE (DISPONÍVEL + LIMITE + APLICACAO)	0,00

31/10/2024 - 08.0000 %



ATA DE ABERTURA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE HABILITAÇÃO PARA AVALIAÇÃO DOCUMENT AL DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO № 06/2024 — LEI ALDIR BLANC — ETAPA HABILITAÇÃO.

Objeto: seleção de projetos apresentados por Pessoas Jurídicas, interessadas em celebrar termo d e fomento, tendo por objeto a seleção de projetos culturais para receberem apoio financeiro da Le i N.º 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura), com o objetivo de incentiva r as diversas formas de manifestações culturais do Município de Capanema, Estado do Paraná.

Aos seis e sete dias do mês de novembro de dois mil e vinte e quatro, às 14 horas, a Comissão de H abilitação, designada pela Portaria nº 8.731, de 06 de agosto de 2024, deu início ao processo de an álise dos documentos, conforme previstos no Edital, publicado e veiculada por meio do Diário Ofici al do Município de Capanema. O processo de análise contou com a participação dos membros Sr (a). Iva Marlei Rondon, Sr(a). Daize Raquel Pereira e Sr(a). Darlene Nelci dos Santos Barticelli.

Após a "Análise de Habilitação" dos documentos apresentados para este Edital de Chamamento, e sta Comissão proferiu o seguinte julgamento:

- 1) Documentos do proponente MAICON CAUAN WAGNER. CNPJ 34.071.504/0001-14. Título: Come moração dos 72 anos de Capanema com Show de Música e Dança dos Artistas Locais. Categoria Ações Culturais Gerais. Decisão habilitado;
- 2) Documentos do proponente ISADORA SCHEMMER TORMES DA ROSA. CNPJ 27.475.438/0001-82 Título: Espetáculo Baú de histórias Teatro no Campo. Categoria Apresentação de Teatro. Decisão habilitado.
- 3) Documentos do proponente ISADORA SCHEMMER TORMES DA ROSA. CNPJ 27.475.438/0001-82 Título: Espetáculo Baú de histórias. Categoria Apresentação de Teatro. Decisão habilitado.
- 4) Documentos do proponente GRUPO FOLCLÓRICO DE DANÇAS ALEMÃS FEST UND TANZ. CNPJ 51. 936.119/0001-01. Título: Cultura alemã nas escolas do campo. Categoria Apresentação de Dança. Decisão habilitado.
- 5) Documentos do proponente SUE DÂMARIS ELVAS DANTAS. CNPJ 11.526.297/0001-40. Título: Da nça cigana e dança do ventre: encontro de culturas e movimentos. Categoria Apresentação de Dan ça. Decisão habilitado.
- 6) Documentos do proponente JULIANO ROCHEMBACH. CNPJ 29.842.708/0001-71. Título: Som na praça: fogo sônico. Categoria Apresentação de Música. Decisão habilitado.
- 7) Documentos do proponente SUE DÂMARIS ELVAS DANTAS. CNPJ 11.526.297/0001-40. Título: Ca ntos da comunidade: música para todos. Categoria Apresentação de Música. Decisão habilitado.
- 8) Documentos do proponente DAIANE MARINA MARDER ME. CNPJ 12.007.817/0001-70. Título: Hi stórias que o vento conta. Categoria Contação de Histórias. Decisão habilitado.
- 9) Documentos do proponente DAIANE MARINA MARDER ME. CNPJ 12.007.817/0001-70. Título: C ontos pequeninos. Categoria Contação de Histórias. Decisão habilitado.

MINISTÉRIO DA CULTURA





- 10) Documentos do proponente DAIANE MARINA MARDER ME. CNPJ 12.007.817/0001-70. Título: Biblioteca mágica. Categoria Contação de Histórias. Decisão habilitado.
- 11) Documentos do proponente GABRIEL ERIC MONTEIRO ELVAS. CNPJ 28.501.664/0001-53. Título Ganhando a Vida como Artista: Capacitação para Artistas de Capanema. Categoria Capacitações. D ecisão habilitado.
- 12) Documentos do proponente ISADORA SCHEMMER TORMES DA ROSA. CNPJ 27.475.438/0001-8 2. Título: Curso de Capacitação em Elaboração de Projetos Culturais. Categoria Capacitações. Decis ão habilitado.

Nada mais havendo a registrar, lavro a presente ata, depois de lida e aprovada, sendo assinada pel a Comissão de Habilitação. O resultado preliminar será divulgado no Diário Oficial do Município, fic ando aberto o prazo recursal de três dias úteis, conforme estabelecido no Edital. Nada mais a cons tar a ata será assinada posteriormente pela Comissão de Habilitação.

Capanema/PR, 07 de novembro de 2024.

Documento assinado digitalmente

IVA MARLEI RANDON
Data: 07/11/2024 14:16:37-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.bi

Sr(a). Iva Marlei Rondon

Documento assinado digitalmente

DAIZE RAQUEL PEREIRA

Data: 07/11/2024 15:31:10-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br

Sr(a). Daize Raquel Pereira_

Documento assinado digitalmente

DARLENE NELCI DOS SANTOS BERTICELLI Data: 07/11/2024 16:39:51-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br

Sr(a). Darlene Nelci dos Santos Barticelli





RESULTADO PRELIMINAR DA CHAMADA PÚBLICA № 06/2024 - LEI ALDIR BLANC ETAPA DE HABILITAÇÃO

A Comissão de Habilitação, designada pela Portaria nº 8.731, de 06 de agosto de 2024, deu início ao processo de análise dos documentos, conforme previstos no Edital, publicado e veiculado por meio do Diário Oficial do Município de Capanema. O processo de habilitação foi realizado no dia 06 e 07 de novembro de 2024, e contou com a participação dos membros Sr(a). Iva Marlei Rondon, Sr(a). Daize Raquel Pereira e Sr(a). Darlene Nelci dos Santos Barticelli.

Art. 1º Após a "Análise de Habilitação" dos documentos apresentados para este Edital de Chamamento, segue abaixo o resultado preliminar da Chamada Pública nº 06/2024:

Categoria:	CATEGORIA AÇÕES CULTURAIS GERAIS		
Vaga/Valor:	Uma vaga de até R\$42	2.874,43	
Razão Social	CNPJ	Nome do Projeto	Resultado
Maicon Cauan Wagner	34.071.504/0001- 14	Comemoração dos 72 anos de Capanema com Show de Música e Dança dos Artistas Locais	Habilitado

Categoria:	CATEGORIA APRESENTAÇÃO DE TEATRO			
Vaga/Valor:	Duas vagas de até R\$5.000,00 cada		Duas vagas de até R\$5.000,00 cada	
Razão Social	CNPJ	Nome do Projeto	Resultado	
Isadora Schemmer Tormes da Rosa	27.475.438/0001- 82	Espetáculo Baú de histórias - Teatro no Campo	Habilitado	
Isadora Schemmer Tormes da Rosa	27.475.438/0001- 82	Espetáculo Baú de histórias	Habilitado	

Categoria:	CATEGORIA APRESENTAÇÃO DE DANÇA Duas vagas de até R\$5.000,00 cada		
Vaga/Valor:			
Razão Social	CNPJ	Nome do Projeto	Resultado
Grupo Folclórico de Danças Alemãs Fest Und Tanz	51.936.119/0001- 01	Cultura alemã nas escolas do campo	Habilitado
Sue Dâmaris Elvas Dantas	11.526.297/0001- 40	Dança cigana e dança do ventre: encontro de culturas e movimentos	Habilitado

Categoria:	CATEGORIA APRESENTAÇÃO DE MÚSICA		
Vaga/Valor:	Duas vagas de até R\$5.000,00 cada		
Razão Social	CNPJ	Nome do Projeto	Resultado
Juliano Rochembach	29.842.708/0001- 71	Som na praça: fogo sônico	Habilitado
Sue Dâmaris Elvas Dantas	11.526.297/0001- 40	Cantos da comunidade: música para todos	Habilitado

Categoria:	CATEGORIA CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS		
Vaga/Valor:	Cinco vagas de até R\$2.50	0,00 cada	
Razão Social	CNPJ	Nome do Projeto	Resultado
Daiane Marina Marder ME	12.007.817/0001- 70	Histórias que o vento conta	Habilitado

BRASIL



Daiane Marina Marder ME	12.007.817/0001- 70	Contos pequeninos	Habilitado
Daiane Marina Marder ME	12.007.817/0001- 70	Biblioteca mágica	Habilitado

Categoria:	CATEGORIA CAPACITAÇÕES		
Vaga/Valor:	Uma vaga de até R\$10	0.000,00	
Razão Social	CNPJ	Nome do Projeto	Resultado
Gabriel Eric Monteiro Elvas	28.501.664/0001- 53	Ganhando a Vida como Artista: Capacitação para Artistas de Capanema	Habilitado
Isadora Schemmer Tormes da Rosa	27.475.438/0001- 82	Curso de Capacitação em Elaboração de Projetos Culturais	Habilitado

Art. 2º Em face do presente resultado cabe recurso no prazo de 03 (três) dias úteis, os quais deverão ser enviados por meio eletrônico via o email pnab.capanema.pr@gmail.com, conforme o art. 16, inciso III, do Decreto n. 11.453/2023, a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.

Capanema/PR, 07 de novembro de 2024.

AMERICO BELLE:240 95206 59587915 Razão; Eu sou o autor deste docume Localização: Data: 2024.11.07 15:28:55-03'00' Foxit PDF Reader Versão: 2024.3.0

Américo Bellé **PREFEITO**



8 1147



RESULTADO PRELIMINAR DA CHAMADA PÚBLICA № 06/2024 - LEI ALDIR BLANC ETAPA DE HABILITAÇÃO

A Comissão de Habilitação, designada pela Portaria nº 8.731, de 06 de agosto de 2024, deu início ao processo de análise dos documentos, conforme previstos no Edital, publicado e veiculado por meio do Diário Oficial do Município de Capanema. O processo de habilitação foi realizado no dia 06 e 07 de novembro de 2024, e contou com a participação dos membros Sr(a). Iva Marlei Rondon, Sr(a). Daize Raquel Pereira e Sr(a). Darlene Nelci dos Santos Barticelli.

Art. 1º Após a "Análise de Habilitação" dos documentos apresentados para este Edital de Chamamento, segue abaixo o resultado preliminar da Chamada Pública nº 06/2024:

Categoria:	CATEGORIA AÇÕES CULTURAIS GERAIS				
Vaga/Valor:	Uma vaga de até R\$42.874,43			Valor: Uma vaga de até R\$42.874,43	
Razão Social	CNPJ	Nome do Projeto	Resultado		
Maicon Cauan Wagner	34.071.504/0001- 14	Comemoração dos 72 anos de Capanema com Show de Música e Dança dos Artistas Locais	Habilitado		

Categoria:	CATEGORIA APRESENTAÇÃO DE TEATRO Duas vagas de até R\$5.000,00 cada		
Vaga/Valor:			
Razão Social	CNPJ	Nome do Projeto	Resultado
Isadora Schemmer Tormes da Rosa	27.475.438/0001- 82	Espetáculo Baú de histórias - Teatro no Campo	Habilitado
Isadora Schemmer Tormes da Rosa	27.475.438/0001- 82	Espetáculo Baú de histórias	Habilitado

Categoria:	CATEGORIA APRESENT			
Vaga/Valor:	Duas vagas de até R\$5.000,00 cada			
Razão Social	CNPJ	Nome do Projeto	Resultado	
Grupo Folclórico de Danças Alemãs Fest Und Tanz	51.936.119/0001- 01	Cultura alemã nas escolas do campo	Habilitado	
Sue Dâmaris Elvas Dantas	11.526.297/0001- 40	Dança cigana e dança do ventre: encontro de culturas e movimentos	Habilitado	

Categoria:	CATEGORIA APRESENTAÇÃO DE MÚSICA			
Vaga/Valor:	Duas vagas de até R\$5.000,00 cada		lor: Duas vagas de até R\$5.000	
Razão Social	CNPJ	Nome do Projeto	Resultado	
Juliano Rochembach	29.842.708/0001- 71	Som na praça: fogo sônico	Habilitado	
Sue Dâmaris Elvas Dantas	11.526.297/0001- 40	Cantos da comunidade: música para todos	Habilitado	

Categoria:	CATEGORIA CONTAÇÃO DI	E HISTÓRIAS		
Vaga/Valor:	Cinco vagas de até R\$2.50	0,00 cada		
Razão Social	CNPJ	CNPJ Nome do Projeto		
Daiane Marina Marder ME	12.007.817/0001- 70	Histórias que o vento conta	Habilitado	

MINISTÉRIO DA CULTURA



1143



Daiane Marina Marder ME	12.007.817/0001- 70	Contos pequeninos	Habilitado
Daiane Marina Marder ME	12.007.817/0001- 70	Biblioteca mágica	Habilitado

Categoria:	CATEGORIA CAPACITAÇÕES		
Vaga/Valor: Uma vaga de até R\$10.000,00			
Razão Social	CNPJ	Nome do Projeto	Resultado
Gabriel Eric Monteiro Elvas	28.501.664/0001- 53	Ganhando a Vida como Artista: Capacitação para Artistas de Capanema	Habilitado
Isadora Schemmer Tormes da Rosa	27.475.438/0001- 82	Curso de Capacitação em Elaboração de Projetos Culturais	Habilitado

Art. 2º Em face do presente resultado cabe recurso no prazo de 03 (três) dias úteis, os quais deverão ser enviados por meio eletrônico via o email pnab.capanema.pr@gmail.com, conforme o art. 16, inciso III, do Decreto n. 11.453/2023, a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.

Capanema/PR, 07 de novembro de 2024.

AMERICO BELLE 240 SENHA DI GELLE 240 SENHA DI GELLE 240 SENHA DI GELLE 240 SENHA DI GELLE 240 SELLE 240 SE

59587915 Razăir: Eu sou o sulfor dealar documul constacător: Dista: 2024.11.07 15:26:55-03'00' Fout PDF Reader Versăo: 2024.3.0

Américo Bellé

PREFEITO

MINISTÉRIO DA CULTURA



DECISÃO ADMINISTRATIVA

ASSUNTO: Processo de Contratação

OBJETO: SELEÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS PARA RECEBEREM APOIO FINANCEIRO NAS CATEGORIAS:AÇÕES CULTURAIS GERAIS, APRESENTAÇÃO DE TEATRO, APRESENTAÇÃO DE DANÇA, APRESENTAÇÃO DE MÚSICA, CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS E CAPACIDATAÇÃO (LEI ALDIR BLANC)

PROCESSO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 22/2024

Considerando o Parecer Jurídico nº 215/2024, emitido pela Procuradoria-Geral do Município de Capanema/PR, e demais pareceres e documentos incluídos no processo, cujos fundamentos fazem parte desta decisão, **AUTORIZO** o prosseguimento do processo de contratação, nos termos da legislação aplicável.

Encaminhe-se ao Departamento de Contratações Púbicas para as providências necessárias.

Município de Capanema, Estado do Paraná: Cidade da Rodovia Ecológica - Estrada Parque Caminho do Colono, ao dia 13 de novembro de 2024.

Américo Bellé Prefeito Municipal



EXTRATO DE AUTUAÇÃO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 22/2024

Objeto da Contratação: SELEÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS PARA RECEBEREM APOIO FINANCEIRO NAS CATEGORIAS:AÇÕES CULTURAIS GERAIS, APRESENTAÇÃO DE TEATRO, APRESENTAÇÃO DE DANÇA, APRESENTAÇÃO DE MÚSICA, CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS E CAPACIDATAÇÃO (LEI ALDIR BLANC)

Item	Código do produto/s erviço	Nome do produto/serviço	Quant idade	\$50000 SEC. 14450	Preço máximo	Preço máximo total
1	69471	AÇÕES CULTURAIS GERAIS COMEMORAÇAO DOS 72 ANOS DE CAPANEMA COM DE MÚSICA E DANÇA DOS ARTISTAS LOCAIS		UN	42.874,43	42.874,43
2	69472	APRESENTAÇAO DE TEATRO ESPETÁCULO BAÚ DE HISTÓRIAS- TEATRO NO CAMPO		UN	5.000,00	5.000,00
3	69473	APRESENTAÇÃO DE TEATRO ESPETÁCULO BAÚ DE HISTÓRIAS		UN	5.000,00	5.000,00
4	69474	APRESENTAÇÃO DE DANÇA CULTURA ALEMÃ NAS ESCOLAS DO CAMPO		UN	5.000,00	5.000,00
5	69475	APRESENTAÇÃO DE DANÇA CULTURA ALEMÃ NAS ESCOLAS		UN	5.000,00	5.000,00
6	69476	APRESENTAÇÃO DE MÚSICA SOM NA PRAÇA: FOGO SÔNICO	100	UN	5.000,00	5.000,00
7	69477	APRESENTAÇÃO DE MÚSICA CONTOS DA COMUNIDADE: MÚSICA PARA TODOS		UN	5.000,00	5.000,00
8	69478	CONTAÇAO DE HISTÓRIAS HISTÓRIAS QUE O VENTO CONTA		UN	2.500,00	2.500,00



9	69479	CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS1,	00	UN	2.500,00	2.500,00
10	69480	CAPACITAÇÕES GANHANDO A1,0 VIDA COMO ARTISTA CAPCITAÇÃO PARA ARTISTAS DE CAPANEMA	00	UN	10.000,00	10.000,00

Valor total da Contratação R\$ 87.874,43 (Oitenta e sete mil, oitocentos e setenta e quatro reais e quarenta e três centavos)

INEXIGIBILIDADE

Art. 98. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: IV - objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento;

Contratante:

MUNICÍPIO DE CAPANEMA/PR.

CNPJ: 75.972.760/0001-60.

Contratados:

NOME DO CREDOR: 27.475.438 ISADORA SCHEMMER TORMES DA ROSA

CNPJ: 27.475.438/0001-82

ENDEREÇO: R GUAIRACAS, 282 - CEP: 85760000 - BAIRRO: CENTRO, cidade de

Capanema/PR

TELEFONE: 46)98405-7416

E-MAIL: isa_darosa@hotmail.com

NOME DO CREDOR: 28.501.664 GABRIEL ERIC MONTEIRO ELVAS

CNPJ: 28.501.664/0001-53

ENDEREÇO R SERGIPE, 1589 - CEP: 85601040 - BAIRRO: ALVORADA, cidade de

Francisco Beltrão/PR

TELEFONE: 46 991247372

E-MAIL: elvasmusicworld@gmail.com

NOME DO CREDOR: 29.842.708 JULIANO ROCHEMBACH

CNPJ: 29.842.708/0001-71

R CARAZINHO, 248 - CEP: 85760000 - BAIRRO: SANTA CRUZ, cidade de

Capanema/PR

TELEFONE: 46 999789457

E-MAIL: juliano.jack@hotmail.com

NOME DO CREDOR: DAIANE MARINA MARDER



CNPJ: 12.007.817/0001-70

ENDEREÇO: R ZEFERINO FINATTO, 310 - CEP: 85601889 - BAIRRO: SAO

CRISTÓVAO, cidade de Francisco Beltrão/PR

TELEFONE: 46 999214713

E-MAIL: dai.marder@hotmail.com

NOME DO CREDOR: 11.526.297 SUE DAMARIS ELVAS DANTAS

CNPJ: 11.526.297/0001-40

ENDEREÇO R SERGIPE, 1589 - CEP: 85601040 - BAIRRO: ALVORADA, cidade de

Francisco Beltrão/PR

TELEFONE: 46 991292386

E-MAIL: suedamaris@yahoo.com.br

NOME DO CREDOR: GRUPO FOLCLORICO DE DANCAS ALEMAS FEST UND

TANZ

CNPJ: 51.936.119/0001-01

ENDEREÇO: R RIO DE JANEIRO, 1199 - CEP: 85760000 - BAIRRO: CENTRO, cidade

de Capanema/PR

TELEFONE: 46 999094897

E-MAIL: precisalojacompleta@gmail.com

NOME DO CREDOR: MAICON CAUAN WAGNER 07919602939

CNPJ: 34.071.504/0001-14

ENDEREÇO: R PADRE CIRILO, 1312 SALA 04 - CEP: 85760000 - BAIRRO: CENTRO,

cidade de Capanema/PR TELEFONE: 46999217640

E-MAIL: maiconwagner96@gmail.com

EXTRATO DE TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO: 304/2024. EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO: Nº 06/2024. CONCEDENTE: Prefeitura do Município de Capanema. PROPONENTE: Maicon Cauan Wagner. OBJETO: Comemoração dos 72 anos de Capanema com Show de Música e Dança dos Artistas Locais (Categoria AÇÕES CULTURAIS GERAIS), a ser realizado nas condições constantes no Plano de Trabalho, anexo ao Termo de Execução Cultural. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.399/2022 e decretos regulamentadores. VIGÊNCIA: até 20 de dezembro de 2024. VALOR TOTAL: R\$42.874,43. DATA DE ASSINATURA: 13/11/2024.



EXTRATO DE TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO: 299/2024. EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO: № 06/2024. CONCEDENTE: Prefeitura do Município de Capanema. PROPONENTE: Isadora Schemmer Tormes da Rosa. OBJETO: ESPETÁCULO BAÚ DE HISTÓRIAS- TEATRO DE CAMPO e ESPETÁCULO BAÚ DE HISTORIAS (CATEGORIA APRESENTAÇÃO DE TEATRO), a ser realizado nas condições constantes no Plano de Trabalho, anexo ao Termo de Execução Cultural. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.399/2022 e decretos regulamentadores. VIGÊNCIA: até 20 de dezembro de 2024. VALOR TOTAL: R\$10.000,00. DATA DE ASSINATURA: 13/11/2024.

EXTRATO DE TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO: 303/2024. EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO: № 06/2024. CONCEDENTE: Prefeitura do Município de Capanema. PROPONENTE: Grupo Folclórico de Danças Alemãs Fest Und Tanz. OBJETO: CULTURA ALEMÃ NAS ESCOLAS DO CAMPO e CULTURA ALEMÃ NAS ESCOLAS (CATEGORIA APRESENTAÇÃO DE DANÇA), a ser realizado nas condições constantes no Plano de Trabalho, anexo ao Termo de Execução Cultural. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.399/2022 e decretos regulamentadores. VIGÊNCIA: até 20 de dezembro de 2024. VALOR TOTAL: R\$10.000,00, DATA DE ASSINATURA: 13/11/2024.

EXTRATO DE TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO: 298/2024. EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO: № 06/2024. CONCEDENTE: Prefeitura do Município de Capanema. PROPONENTE: Sue Dâmaris Elvas Dantas. OBJETO: CONTOS DA COMUNIDADE: MUSICA PARA TODOS (CATEGORIA APRESENTAÇÃO DE MÚSICA), contemplado no conforme processo administrativo nº 06/2024.

), a ser realizado nas condições constantes no Plano de Trabalho, anexo ao Termo de Execução Cultural. **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei nº 14.399/2022 e decretos regulamentadores. **VIGÊNCIA:** até 20 de dezembro de 2024. **VALOR TOTAL:** R\$5.000,00, **DATA DE ASSINATURA:** 13/11/2024.



EXTRATO DE TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO: 301/2024. EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO: № 06/2024. CONCEDENTE: Prefeitura do Município de Capanema. PROPONENTE: Juliano Rochembach. OBJETO: SOM NA PRAÇA: FOGO SÔNICO (CATEGORIA DE MÚSICA), a ser realizado nas condições constantes no Plano de Trabalho, anexo ao Termo de Execução Cultural. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.399/2022 e decretos regulamentadores. VIGÊNCIA: até 20 de dezembro de 2024. VALOR TOTAL: R\$5.000,00, DATA DE ASSINATURA: 13/11/2024.

EXTRATO DE TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO: 302/2024. EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO: № 06/2024. CONCEDENTE: Prefeitura do Município de Capanema. PROPONENTE: Daiane Marina Marder ME. OBJETO: HISTÓRIAS QUE O VENTO CONTA e BIBLIOTÉCA MÁGIA (CATEGORIA CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS), a ser realizado nas condições constantes no Plano de Trabalho, anexo ao Termo de Execução Cultural. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.399/2022 e decretos regulamentadores. VIGÊNCIA: até 20 de dezembro de 2024. VALOR TOTAL: R\$5.000,00, DATA DE ASSINATURA: 13/11/2024.

EXTRATO DE TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO: 300/2024. EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO: № 06/2024. CONCEDENTE: Prefeitura do Município de Capanema. PROPONENTE: Gabriel Eric Monteiro Elvas. OBJETO: GANHANDO A VIDA COMO ARTISTA: CAPACITAÇÃO PARA ARTISTAS DE CAPANEMA (CATEGORIA CAPACITAÇÕES, a ser realizado nas condições constantes no Plano de Trabalho, anexo ao Termo de Execução Cultural. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.399/2022 e decretos regulamentadores. VIGÊNCIA: até 20 de dezembro de 2024. VALOR TOTAL: R\$10.000,00, DATA DE ASSINATURA: 13/11/2024.



EXTRATO DE AUTUAÇÃO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 22/2024

Objeto da Contratação: SELEÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS PARA RECEBEREM APOIO FINANCEIRO NAS CATEGORIAS:AÇÕES CULTURAIS GERAIS, APRESENTAÇÃO DE TEATRO, APRESENTAÇÃO DE DANÇA, APRESENTAÇÃO DE MÚSICA, CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS E CAPACIDATAÇÃO (LEI ALDIR BLANC)

Categoria:	CATEGORIA AÇÕES CULTURAIS GERAIS					
Razão Social	CNPJ	Nome do Projeto	Valor do Projeto	Nota Final	Resultado	
Elisandro Vitor Leão	54.951.121/0001-48	Capanema PR – live/show de aniversário	R\$42.874,43		Desclassificado na 1ª etapa	
Isabela Olsen Pierazo	40.495.997/0001-12	Circuito de Arte e Cultura	R\$42.874,43	67	Classificado em 2º lugar	
Maicon Cauan Wagner	34.071.504/0001-14	Comemoração dos 72 anos de Capanema com Show de Música e Dança dos Artistas Locais	R\$42.874.43	70	Classificado em 1º lugar	
Mídia Sudoeste LTDA	40.519.708/0001-78	Capanema em Cena – Transmissão das Nossas Raízes Culturais	R\$42.874,43	-	Desclassificado na 1ª etapa	
Nadieli Agostini Elvas	53.977.163/0001-95	Parada Multicultural de Natal - Magia e Tradição pelas Ruas de Capanema	R\$42.874,43		Desclassificado na 1ª etapa	
Thais C Favero Assessoria e Consultoria	52.967.169/0001-19	Curso de Desenhista	R\$42.874,43		Desclassificado na 1ª etapa	

Categoria:	CATEGORIA APRESENTAÇÃO DE TEATRO	



Vaga/Valor:	Duas vagas de até R\$5.000,00 cada					
Razão Social	CNPJ	Nome do Projeto		Nota Final	Resultado	
Isadora Schemmer Tormes da Rosa	27.475.438/0001-82	Espetáculo Baú de histórias - Teatro no Campo		80	Classificado em 1º lugar	
Isadora Schemmer Tormes da Rosa	27.475.438/0001-82	Espetáculo Baú de histórias	R\$5.000,00	76	Classificado em 2º lugar	
Nadieli Agostini Elvas	53.977.163/0001-95	Capanema em Cena: Teatro para Todos	R\$5.000,00	_	Desclassificado 1ª etapa	

Categoria:	CATEGORIA APRESENTAÇÃO DE DANÇA					
Vaga/Valor:	Duas vagas de até R\$5.000,00 cada					
Razão Social	CNPJ	Nome do Projeto		Nota Final	Resultado	
Grupo Folclórico de Danças Alemãs Fest Und Tanz		Cultura alemã nas escolas do campo	R\$5.000,00	70	Classificado em 1º lugar	
Grupo Folclórico de Danças Alemãs Fest Und Tanz		Cultura alemã nas escolas	R\$5.000,00	66	Classificado em 2º lugar	
Sue Dâmaris Elvas Dantas	11.526.297/0001-40	Dança cigana e dança do ventre: encontro de culturas e movimentos	- was a second	80	Classificado em 1º lugar na vaga para cotas	

Categoria:	CATEGORIA APRESENTAÇÃO DE MÚSICA





Vaga/Valor:	Duas vagas de até R\$5.000,00 cada					
Razão Social	CNPJ	Nome do Projeto	Valor do Projeto	Nota Final	Resultado	
Carmeliane Aparecida Cavasin Gonçalves	37.496.325/0001-17	Música alemã e sua história	R\$5.000,00	51	Classificado em 5º lugar	
Carmeliane Aparecida Cavasin Gonçalves	37.496.325/0001-17	Música gaucha e sua história	R\$5.000,00	51	Classificado em 6º lugar	
Carmeliane Aparecida Cavasin Gonçalves	37.496.325/0001-17	Música regional (Grupo Ideias)	R\$5.000,00	51	Classificado em 4º lugar	
Juliano Rochembach 2018	29.842.708/0001-71	Música e poesia: fogo sônico	R\$5.000,00	70	Classificado em 2º lugar	
Juliano Rochembach	29.842.708/0001-71	Som na praça: fogo sônico	R\$5.000,00	70	Classificado em 1º lugar	
Maicon Cauan Wagner 01/07/2019	34.071.504/0001-14	Então é Natal! Música, alegria e emoção no acendimento das luzes de Natal	R\$5.000.00	70	Classificado em 3º lugar	
Sue Dâmaris Elvas Dantas	11.526.297/0001-40	Cantos da comunidade: música para todos	R\$5.000,00	80	Classificado em 1º lugar na vaga para cotas	

Categoria:	CATEGORIA CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS	
Vaga/Valor:	Cinco vagas de até R\$2.500,00 cada	-

B 1158

Razão Social		CNPJ	Nome do Projeto	Valor do Projeto	Nota Final	Resultado
Daiane I Marder ME	Marina	12.007.817/0001-70	Histórias que o vento conta	R\$2.500,00	75	Classificado em 3º lugar
Daiane I Marder ME	Marina	12.007.817/0001-70	Contos pequeninos	R\$2.500,00	75	Classificado em 1º lugar
Daiane I Marder ME	Marina	12.007.817/0001-70	Biblioteca mágica	R\$2.500,00	75	Classificado em 2º lugar
Nadieli A Elvas	gostini	53.977.163/0001-95	Histórias para todos	R\$2.500,00		Desclassificado na 1 st etapa

Categoria:	CATEGORIA CAPACITAÇÕES						
Vaga/Valor:	Uma vaga de até R\$10.000,00						
Razão Social	CNPJ	Nome do Projeto		Nota Final	Resultado		
Gabriel Eric Monteiro Elvas	28.501.664/0001-53	Ganhando a Vida como Artista: Capacitação para Artistas de Capanema		75	Classificado em 1º lugar		
Isabela Olsen Pierazo	40.495.997/0001-12	Curso para elaboração de Projetos Culturais	R\$10.000,00	65	Classificado em 3º lugar		
Isadora Schemmer Tormes da Rosa	27.475.438/0001-82	Curso de Capacitação em Elaboração de Projetos Culturais		70	Classificado em 2º lugar		
Ivan Carlos da Silva	54.867.876/0001-69	Ginga Capanema	R\$10.000,00	_	Desclassificado na 1ª etapa		

Thais C Assessoria Consultoria	Favero e 52.967.169/0001-19	Literatura, Liberdade e Projeto de Vida	R\$10.000,00	Desclassificado na 1ª etapa

Valor total da Contratação R\$ 87.874,43 (Oitenta e sete mil, oitocentos e setenta e quatro reais e quarenta e três centavos)

INEXIGIBILIDADE

Art. 98. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: IV - objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento;

Contratante:

MUNICÍPIO DE CAPANEMA/PR.

CNPJ: 75.972.760/0001-60.

Contratados:

NOME DO CREDOR: 27.475.438 ISADORA SCHEMMER TORMES DA ROSA

CNPJ: 27.475.438/0001-82

ENDEREÇO: R GUAIRACAS, 282 - CEP: 85760000 - BAIRRO: CENTRO, cidade de Capanema/PR

TELEFONE: 46)98405-7416 E-MAIL: isa darosa@hotmail.com

NOME DO CREDOR: 28.501.664 GABRIEL ERIC MONTEIRO ELVAS

CNPJ: 28.501.664/0001-53

ENDEREÇO R SERGIPE, 1589 - CEP: 85601040 - BAIRRO: ALVORADA, cidade de Francisco

Beltrão/PR

TELEFONE: 46 991247372

E-MAIL: elvasmusicworld@gmail.com

NOME DO CREDOR: 29.842.708 JULIANO ROCHEMBACH

CNPJ: 29.842.708/0001-71

R CARAZINHO, 248 - CEP: 85760000 - BAIRRO: SANTA CRUZ, cidade de Capanema/PR

TELEFONE: 46 999789457

E-MAIL: juliano.jack@hotmail.com

NOME DO CREDOR: DAIANE MARINA MARDER

CNPJ: 12.007.817/0001-70

ENDEREÇO: R ZEFERINO FINATTO, 310 - CEP: 85601889 - BAIRRO: SAO CRISTÓVAO, cidade

de Francisco Beltrão/PR TELEFONE: 46 999214713

E-MAIL: dai.marder@hotmail.com



NOME DO CREDOR: 11.526.297 SUE DAMARIS ELVAS DANTAS

CNPJ: 11.526.297/0001-40

ENDEREÇO R SERGIPE, 1589 - CEP: 85601040 - BAIRRO: ALVORADA, cidade de Francisco

Beltrão/PR

TELEFONE: 46 991292386

E-MAIL: suedamaris@yahoo.com.br

NOME DO CREDOR: GRUPO FOLCLORICO DE DANCAS ALEMAS FEST UND TANZ

CNPJ: 51.936.119/0001-01

ENDEREÇO: R RIO DE JANEIRO, 1199 - CEP: 85760000 - BAIRRO: CENTRO, cidade de

Capanema/PR

TELEFONE: 46 999094897

E-MAIL: precisalojacompleta@gmail.com

NOME DO CREDOR: MAICON CAUAN WAGNER 07919602939

CNPJ: 34.071.504/0001-14

ENDEREÇO: R PADRE CIRILO, 1312 SALA 04 - CEP: 85760000 - BAIRRO: CENTRO, cidade de

Capanema/PR

TELEFONE: 46999217640

E-MAIL: maiconwagner96@gmail.com

EXTRATO DE TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO: 304/2024. EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO: Nº 06/2024. CONCEDENTE: Município de Capanema. PROPONENTE: Maicon Cauan Wagner. OBJETO: Comemoração dos 72 anos de Capanema com Show de Música e Dança dos Artistas Locais (Categoria AÇÕES CULTURAIS GERAIS), a ser realizado nas condições constantes no Plano de Trabalho, anexo ao Termo de Execução Cultural. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.399/2022 e decretos regulamentadores. VIGÊNCIA: até 20 de dezembro de 2024. VALOR TOTAL: R\$42.874,43. DATA DE ASSINATURA: 13/11/2024.

EXTRATO DE TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO: 299/2024. EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO: Nº 06/2024. CONCEDENTE: Município de Capanema. PROPONENTE: Isadora Schemmer Tormes da Rosa. OBJETO: ESPETÁCULO BAÚ DE HISTÓRIAS- TEATRO DE CAMPO e ESPETÁCULO BAÚ DE HISTORIAS (CATEGORIA APRESENTAÇÃO DE TEATRO), a ser realizado nas condições constantes no Plano de Trabalho, anexo ao Termo de Execução Cultural. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.399/2022 e decretos regulamentadores. VIGÊNCIA: até 20 de dezembro de 2024. VALOR TOTAL: R\$10.000,00. DATA DE ASSINATURA: 13/11/2024.

EXTRATO DE TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO: 303/2024. EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO: Nº 06/2024. CONCEDENTE: Município de Capanema. PROPONENTE: Grupo Folclórico de Danças Alemãs Fest Und Tanz. OBJETO: CULTURA ALEMÃ NAS ESCOLAS DO CAMPO e CULTURA ALEMÃ NAS ESCOLAS (CATEGORIA APRESENTAÇÃO DE DANÇA), a ser realizado nas condições constantes no Plano de Trabalho, anexo ao Termo de Execução Cultural. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.399/2022 e decretos regulamentadores. VIGÊNCIA: até 20 de dezembro de 2024. VALOR TOTAL: R\$10.000,00, DATA DE ASSINATURA: 13/11/2024.

EXTRATO DE TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO: 298/2024. EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO: Nº 06/2024. CONCEDENTE: Município de Capanema. PROPONENTE: Sue Dâmaris Elvas Dantas. OBJETO: CONTOS DA COMUNIDADE : MUSICA PARA TODOS (CATEGORIA APRESENTAÇÃO DE MÚSICA), contemplado no conforme processo administrativo nº 06/2024.

), a ser realizado nas condições constantes no Plano de Trabalho, anexo ao Termo de Execução Cultural. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.399/2022 e decretos regulamentadores. VIGÊNCIA: até 20 de dezembro de 2024. VALOR TOTAL: R\$5.000,00, DATA DE ASSINATURA: 13/11/2024.

EXTRATO DE TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO: 301/2024. EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO: Nº 06/2024. CONCEDENTE: Município de Capanema. PROPONENTE: Juliano Rochembach. OBJETO: SOM NA PRAÇA: FOGO SÔNICO (CATEGORIA DE MÚSICA), a ser realizado nas condições constantes no Plano de Trabalho, anexo ao Termo de Execução Cultural. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.399/2022 e decretos regulamentadores. VIGÊNCIA: até 20 de dezembro de 2024. VALOR TOTAL: R\$5.000,00, DATA DE ASSINATURA: 13/11/2024.

EXTRATO DE TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO: 302/2024. EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO: Nº 06/2024. CONCEDENTE: Município de Capanema. PROPONENTE: Daiane Marina Marder ME. OBJETO: HISTÓRIAS QUE O VENTO CONTA e BIBLIOTÉCA MÁGIA (CATEGORIA CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS), a ser realizado nas condições constantes no Plano de Trabalho, anexo ao Termo de Execução



Cultural. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.399/2022 e decretos regulamentadores. VIGÊNCIA: até 20 de dezembro de 2024. VALOR TOTAL: R\$5.000,00, DATA DE ASSINATURA: 13/11/2024.

EXTRATO DE TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO: 300/2024. EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO: Nº 06/2024. CONCEDENTE: Município de Capanema. PROPONENTE: Gabriel Eric Monteiro Elvas. OBJETO: GANHANDO A VIDA COMO ARTISTA: CAPACITAÇÃO PARA ARTISTAS DE CAPANEMA (CATEGORIA CAPACITAÇÕES, a ser realizado nas condições constantes no Plano de Trabalho, anexo ao Termo de Execução Cultural. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.399/2022 e decretos regulamentadores. VIGÊNCIA: até 20 de dezembro de 2024. VALOR TOTAL: R\$10.000,00, DATA DE ASSINATURA: 13/11/2024.





CONTRATO DA LEI ALDIR BLAC PARA ASSINATURA- CAPANEMA

1 mensagem

Licitacao Capanema Parana < licitacao.capanema@gmail.com> Para: suedamaris@yahoo.com.br 13 de novembro de 2024 às 08:48

BOM DIA FAVOR ASSINAR DIGITALMENTE E NOS DEVOLVER

ROSELIA KRIGER BECKER PAGANI PREGOEIRA/AGENTE DE CONTRATAÇÃO/ CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS roselia.licitacao@capanema.pr.gov.br (46)984013549



CONTRATO 298- SUE DAMARIS.pdf 194K





CONTRATO DA LEI ALDIR BLANC PARA ASSINATURA-CAPANEMA

1 mensagem

Licitacao Capanema Parana < licitacao.capanema@gmail.com> Para: elvasmusicworld@gmail.com

13 de novembro de 2024 às 08:50

BOM DIA FAVOR ASSINAR DIGITALMENTE E NOS DEVOLVER

ROSELIA KRIGER BECKER PAGANI PREGOEIRA/AGENTE DE CONTRATAÇÃO/ CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS roselia.licitacao@capanema.pr.gov.br (46)984013549



194K **CONTRATO 300- GABRIEL.pdf**





CONTRATO DA LEI ALDIR BLANC PARA ASSINATURA- CAPANEMA

1 mensagem

Licitacao Capanema Parana < licitacao.capanema@gmail.com> Para: juliano.jack@hotmail.com 13 de novembro de 2024 às 08:51

BOM DIA FAVOR ASSINAR DIGITALMENTE E NOS DEVOVER

ROSELIA KRIGER BECKER PAGANI PREGOEIRA/AGENTE DE CONTRATAÇÃO/ CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS roselia.licitacao@capanema.pr.gov.br (46)984013549



CONTRATO 301- JULIANO.pdf 227K



CONTRATO DA LEI ALDIR BLANC PARA ASSINATURA- CAPANEMA

1 mensagem

Licitacao Capanema Parana < licitacao.capanema@gmail.com> Para: dai.marder@hotmail.com

13 de novembro de 2024 às 08:52

BOM DIA FAVOR ASSINAR DIGITALMENTE E NOS DEVOLVER

ROSELIA KRIGER BECKER PAGANI PREGOEIRA/AGENTE DE CONTRATAÇÃO/ CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS roselia.licitacao@capanema.pr.gov.br (46)984013549



194K CONTRATO 302- DAIANE.pdf



Licitação PM Capanema-PR < licitacao@capanema.pr.gov.br>

CONTRATOS DA LEI PAULO GUSTAVO E ALDIR BLANC PARA ASSINATURA

1 mensagem

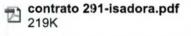
Licitação PM Capanema-PR < licitacao@capanema.pr.gov.br>
Para: isa_darosa@hotmail.com

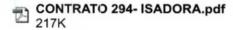
13 de novembro de 2024 às 08:33

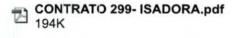
FAVOR ASSINAR DIGITALMENTE E NOS DEVOLVER

ROSELIA KRIGER BECKER PAGANI PREGOEIRA/AGENTE DE CONTRATAÇÃO/ CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS roselia.licitacao@capanema.pr.gov.br (46)984013549

3 anexos









Licitação PM Capanema-PR < licitacao@capanema.pr.gov.br>

CONTRATOS DA LEI ALDIR BLANC E PAULO GUSTAVO PARA ASSINATURA

1 mensagem

Licitação PM Capanema-PR < licitacao@capanema.pr.gov.br> Para: precisalojacompleta@gmail.com

13 de novembro de 2024 às 08:42

FAVOR ASSINAR DIGITALMENTE E NOS DEVOLVER

ROSELIA KRIGER BECKER PAGANI PREGOEIRA/AGENTE DE CONTRATAÇÃO/ CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS roselia.licitacao@capanema.pr.gov.br (46)984013549

2 anexos



contrato 295- GRUPO FOLCLÓRICO.pdf 213K



CONTRATO 303 GRUPO FOLCLÓRICO.pdf 229K



Licitacao Capanema Parana < licitacao.capanema@gmail.com>

CONTRATOS DA LEI PAULO GUSTAVO E ALDIR BLANC PARA ASSINATURA

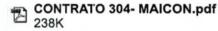
1 mensagem

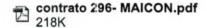
Licitacao Capanema Parana < licitacao.capanema@gmail.com> Para: maiconwagner96@gmail.com 13 de novembro de 2024 às 08:45

BOM DIA FAVOR ASSINAR DIGITALMENTE E NOS DEVOLVER

ROSELIA KRIGER BECKER PAGANI PREGOEIRA/AGENTE DE CONTRATAÇÃO/ CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS roselia.licitacac@capanema.pr.gov.br (46)984013549

2 anexos









Ato que autoriza a Contratação Direta nº 22/2024

Última atualização 13/11/2024

Local: Capanema/PR Órgão: MUNICIPIO DE CAPANEMA

Unidade compradora: 131 - Atividades do Departamento de Cultura

Modalidade da contratação: Inexigibilidade Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 74, I

Contratos/Empenhos

Tipo: Ato que autoriza a Contratação Direta Modo de disputa: Não se aplica Registro de preço: Não

Data de divulgação no PNCP: 13/11/2024 Situação: Divulgada no PNCP

Id contratação PNCP: 75972760000160-1-000161/2024 Fonte: Equiplano Sistemas LTDA / Equiplano Sistemas

Objeto:

SELECAO DE PROJETOS CULTURAIS PARA RECEBEREM APOIO FINANCEIRO NAS CATEGORIAS ACOES CULTURAIS GERAIS APRESENTACAO DE TEATRO APRESENTACAO DE DANCA APRESENTACAO DE MUSICA CONTACAO DE HISTORIAS E CAPACITACOESDE ACORDO COM A LEI 14.3992022 ALDIR BLANC

Informação complementar:

Inexistente

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

Arquivos

R\$ 87.874.43

Itens

110115	711941103 00	ntratos/Emperinos	Thistorico		
Número	Descrição (Quantidade 3	Valor unitário estimado	Valor total estimado o	Detalhar
1	ACOES CULTURAIS GERAIS	1	R\$ 42.874.43	R\$ 42.874.43	0
2	APRESENTACAO DE TEATRO	1	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	0
3	APRESENTAÇÃO DE TEATRO	1	R\$ 5.000.00	R\$ 5,000,00	0
4	APRESENTACAO DE DANCA	1	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	0
5	APRESENTACAO DE DANCA	1	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	•
pir: 1-5 d	de 10 itens			Página	< >

Histórico





Criaclo pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigiclos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

E gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e corretude das informações e dos arquivos relativos as contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

Market https://portaldeservicos.economia.gov.br

2 0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS

Elização

Barrio Nortemal do estralista Nortea

Texto destinado a exibição de informações relacionadas à licença de uso.



Contrato nº 6647/2024

_172

Última atualização 13/11/2024

Local: Capanema/PR Órgão: MUNICIPIO DE CAPANEMA

Unidade executora: 131 - Atividades do Departamento de Cultura

Tipo: Contrato (termo inicial) Receita ou Despesa: Despesa Processo: 304 Categoria do processo: Serviços

Data de divulgação no PNCP: 13/11/2024 Data de assinatura: 13/11/2024 Vigência: de 13/11/2024 a 20/12/2024

Id contrato PNCP: 75972760000160-2-000083/2024 Fonte: Equiplano Sistemas LTDA / Equiplano Sistemas

Id contratação PNCP: 75972760000160-1-000161/2024

Objeto:

SELECAO DE PROJETOS CULTURAIS PARA RECEBEREM APOIO FINANCEIRO NAS CATEGORIAS:ACOES CULTURAIS GERAIS, APRESENTACAO DE TEATRO, APRESENTACAO DE DANCA, APRESENTACAO DE MUSICA, CONTACAO DE HISTORIAS E CAPACIDATACAO (LEI ALDIR BLANC)

VALOR CONTRATADO

R\$ 42.874.43

FORNECEDOR:

Tipo: Pessoa jurídica CNPJ/CPF: 34.071.504/0001-14 Consultar sanções e penalidades do fornecedor

Nome/Razão social: MAICON CAUAN WAGNER 07919602939

Histórico

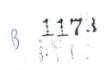
Evento 0	Data/Hora do Evento 🤉	Balxar ()
Inclusão - Contrato	13/11/2024 - 09:23:20	
dbir: 1-1 de 1 itens		Página < >



< Voltar

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Publicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

E gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.



O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e corretude das informações e dos arquivos relativos as contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

https://portaldeservicos.economia.gov.br

J 0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS

LEGACIP

Record of streets and Fall and confirmation register 2007 and

Texto destinado a exibição de informações relacionadas à licença de uso.





Contrato nº 6646/2024

Última atualização 13/11/2024

Local: Capanema/PR Órgão: MUNICIPIO DE CAPANEMA

Unidade executora: 131 - Atividades do Departamento de Cultura

Tipo: Contrato (termo inicial) Receita ou Despesa: Despesa Processo: 303 Categoria do processo: Serviços

Id contrato PNCP: 75972760000160-2-000082/2024 Fonte: Equiplano Sistemas LTDA / Equiplano Sistemas

Id contratação PNCP: 75972760000160-1-000161/2024

Objeto:

SELECAO DE PROJETOS CULTURAIS PARA RECEBEREM APOIO FINANCEIRO NAS CATEGORIAS:ACOES CULTURAIS GERAIS. APRESENTACAO DE TEATRO, APRESENTACAO DE DANCA, APRESENTACAO DE MUSICA, CONTACAO DE HISTORIAS E CAPACIDATACAO (LEI ALDIR BLANC)

VALOR CONTRATADO

R\$ 10.000.00

FORNECEDOR:

Tipo: Pessoa jurídica CNPJ/CPF: 51.936.119/0001-01 Consultar sanções e penalidades do fornecedor

Nome/Razão social: GRUPO FOLCLORICO DE DANCAS ALEMAS FEST UND TANZ

Histórico

Evento 🗧	Data/Hora do Evento g	Baixa	ro	
Inclusão - Contrato	13/11/2024 - 09:21:45			
Exibir: 1-1 de 1 itens		Página	< >	



< Voltar

Críado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Publicas (PNCP) é o sitio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações é contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comité Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

6 117.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedígnidade e corretude das informações e dos arquivos relativos as contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

Inttps://portaldeservicos.economia.gov.br

J 0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS

Enceptation of the control of the co

Texto destinado a exibição de informações retacionadas a licença de uso.





a

Contrato nº 6645/2024

Última atualização 13/11/2024

Local: Capanema/PR Órgão: MUNICIPIO DE CAPANEMA

Unidade executora: 131 - Atividades do Departamento de Cultura

Tipo: Comodato Receita ou Despesa: Despesa Processo: 302 Categoria do processo: Serviços

Data de divulgação no PNCP: 13/11/2024 Data de assinatura: 13/11/2024 Vigência: de 13/11/2024 a 20/12/2024

Id contrato PNCP: 75972760000160-2-000081/2024 Fonte: Equiplano Sistemas LTDA / Equiplano Sistemas

Id contratação PNCP: 75972760000160-1-000161/2024

Objeto:

SELECAO DE PROJETOS CULTURAIS PARA RECEBEREM APOIO FINANCEIRO NAS CATEGORIAS:ACOES CULTURAIS GERAIS. APRESENTACAO DE TEATRO, APRESENTACAO DE DANCA, APRESENTACAO DE MUSICA, CONTACAO DE HISTORIAS E CAPACIDATACAO (LEI ALDIR BLANC)

VALOR CONTRATADO

R\$ 5.000,00

FORNECEDOR:

Tipo: Pessoa jurídica CNPJ/CPF: 12.007.817/0001-70 Consultar sanções e penalidades do fornecedor

Nome/Razão social: DAIANE MARINA MARDER

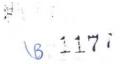
Histórico

Evento ;	Data/Hora do Evento 🤉	Baixar
Inclusão - Contrato	13/11/2024 - 09:20:59	
dibir: 1-1 de 1 itens		Página < >



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Publicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10,764, de 9 de agosto de 2021.



O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê

A adequação, fidedignidade e corretude das informações e dos arquivos relativos as contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

Inttps://portaldeservicos.economia.gov.br

0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS

Encyp Secret-or Wheelt most due sudministratives Professo

Texto destinado a exibição de informações relacionadas à licença de uso.



Contrato nº 6644/2024

Última atualização 13/11/2024

Local: Capanema/PR Órgão: MUNICIPIO DE CAPANEMA

Unidade executora: 131 - Atividades do Departamento de Cultura

Tipo: Contrato (termo inicial) Receita ou Despesa: Despesa Processo: 301 Categoria do processo: Serviços

Data de divulgação no PNCP: 13/11/2024 Data de assinatura: 13/11/2024 Vigência: de 13/11/2024 a 20/12/2024

Id contrato PNCP: 75972760000160-2-000080/2024 Fonte: Equiplano Sistemas LTDA / Equiplano Sistemas

Id contratação PNCP: 75972760000160-1-000161/2024

Objeto:

SELECAO DE PROJETOS CULTURAIS PARA RECEBEREM APOIO FINANCEIRO NAS CATEGORIAS:ACOES CULTURAIS GERAIS. APRESENTACAO DE TEATRO, APRESENTACAO DE DANCA, APRESENTACAO DE MUSICA, CONTACAO DE HISTORIAS E CAPACIDATACAO (LEI ALDIR BLANC)

VALOR CONTRATADO

R\$ 5,000.00

FORNECEDOR:

Tipo: Pessoa jurídica CNPJ/CPF: 29.842.708/0001-71 Consultar sanções e penalidades do fornecedor

Nome/Razão social: 29.842.708 JULIANO ROCHEMBACH

Histórico

Evento o	Data/Hora do Evento ç	Baixar 🕽
Inclusão - Contrato	13/11/2024 - 09:20:15	
Exibir: 1-1 de 1 itens		Página < >

< Voltar



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Publicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

117

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e corretude das informações e dos arquivos relativos as contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

https://portaldeservicos.economia.gov.br

J 0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS

Enap

Texto destinado a exibição de informações relacionadas a **licença de uso.**



Contrato nº 6643/2024

Última atualização 13/11/2024

Local: Capanema/PR Órgão: MUNICIPIO DE CAPANEMA

Unidade executora: 131 - Atividades do Departamento de Cultura

Tipo: Contrato (termo inicial) Receita ou Despesa: Despesa Processo: 300 Categoria do processo: Serviços

Data de divulgação no PNCP: 13/11/2024 Data de assinatura: 13/11/2024 Vigência: de 13/11/2024 a 20/12/2024

Id contrato PNCP: 75972760000160-2-000079/2024 Fonte: Equiplano Sistemas LTDA / Equiplano Sistemas

Id contratação PNCP: 75972760000160-1-000161/2024

Objeto:

SELECAO DE PROJETOS CULTURAIS PARA RECEBEREM APOIO FINANCEIRO NAS CATEGORIAS:ACOES CULTURAIS GERAIS, APRESENTACAO DE TEATRO, APRESENTACAO DE DANCA, APRESENTACAO DE MUSICA, CONTACAO DE HISTORIAS E CAPACIDATACAO (LEI ALDIR BLANC)

VALOR CONTRATADO

R\$ 10,000 00

FORNECEDOR:

Tipo: Pessoa jurídica CNPJ/CPF: 28.501.664/0001-53 Consultar sanções e penalidades do fornecedor

Nome/Razão social: 28.501.664 GABRIEL ERIC MONTEIRO ELVAS

Histórico

Evento ş	Data/Hora do Evento 🗧	Baixar ;
Inclusão - Contrato	13/11/2024 - 09:19:50	
ibir: 1-1 de 1 itens		Página 〈 〉



< Voltar

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Publicas (PNCP) é o sitio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comité Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.



O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concopção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e corretude das informações e dos arquivos relativos as contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

https://portaldeservicos.economia.gov.br

0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS

Emocrip

Emocrip

Emocrip Whele our dia

Salmentus may lin Pointies

Texto destinado a exibição de informações retacionadas à **lícença de uso**.



9 1182

Contrato nº 6642/2024

Última atualização 13/11/2024

Local: Capanema/PR Órgão: MUNICIPIO DE CAPANEMA

Unidade executora: 131 - Atividades do Departamento de Cultura

Tipo: Contrato (termo inicial) Receita ou Despesa: Despesa Processo: 299 Categoria do processo: Serviços

Data de divulgação no PNCP: 13/11/2024 Data de assinatura: 13/11/2024 Vigência: de 13/11/2024 a 20/12/2024

Id contrato PNCP: 75972760000160-2-000078/2024 Fonte: Equiplano Sistemas LTDA / Equiplano Sistemas

Id contratação PNCP: 75972760000160-1-000161/2024

Objeto:

SELECAO DE PROJETOS CULTURAIS PARA RECEBEREM APOIO FINANCEIRO NAS CATEGORIAS:ACOES CULTURAIS GERAIS. APRESENTACAO DE TEATRO, APRESENTACAO DE DANCA, APRESENTACAO DE MUSICA, CONTACAO DE HISTORIAS E CAPACIDATACAO (LEI ALDIR BLANC)

VALOR CONTRATADO

R\$ 10.000.00

FORNECEDOR:

Tipo: Pessoa jurídica CNPJ/CPF: 27.475.438/0001-82 Consultar sanções e penalidades do fornecedor

Nome/Razão social: 27.475.438 ISADORA SCHEMMER TORMES DA ROSA

Histórico

Even	ito ;	Data/Hora do Evento 🤉	Baixar o
Inclu	isão - Contrato	13/11/2024 - 09:19:17	
Exibir:	1-1 de 1 itens		Página < >





Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Publicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rode Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

6 1183

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de constitução de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido , comitê.

A adequação, fidedignidade e corretude das informações e dos arquivos relativos as contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

Inttps://portaldeservicos.economia.gov.br

2 0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS

Epitip tem a sten out da administration factive

Texto destinado a exibição de informações relacionadas à licença de uso.





Contrato nº 6641/2024

Última atualização 13/11/2024

Local: Capanema/PR Órgão: MUNICIPIO DE CAPANEMA

Unidade executora: 131 - Atividades do Departamento de Cultura

Tipo: Contrato (termo inicial) Receita ou Despesa: Despesa Processo: 298 Categoria do processo: Serviços

Data de divulgação no PNCP: 13/11/2024 Data de assinatura: 13/11/2024 Vigência: de 13/11/2024 a 20/12/2024

Id contrato PNCP: 75972760000160-2-000077/2024 Fonte: Equiplano Sistemas LTDA / Equiplano Sistemas

Id contratação PNCP: 75972760000160-1-000161/2024

Objeto:

SELECAO DE PROJETOS CULTURAIS PARA RECEBEREM APOIO FINANCEIRO NAS CATEGORIAS:ACOES CULTURAIS GERAIS, APRESENTACAO DE TEATRO, APRESENTACAO DE DANCA, APRESENTACAO DE MUSICA, CONTACAO DE HISTORIAS E CAPACIDATACAO (LEI ALDIR BLANC)

VALOR CONTRATADO

R\$ 5.000.00

FORNECEDOR:

Tipo: Pessoa jurídica CNPJ/CPF: 11.526.297/0001-40 Consultar sanções e penalidades do fornecedor

Nome/Razão social: 11.526.297 SUE DAMARIS ELVAS DANTAS

Histórico

Evento 0	Data/Hora do Evento 🤉	Baixar ;
Inclusão - Contrato	13/11/2024 - 09:18:46	
pir. 1-1 de 1 itens		Página <>



< Voltar

Criaclo pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comité Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.



O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê

A adequação, fidedignidade e corretude das informações e dos arquivos relativos as contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

https://portaldeservicos.economia.gov.br

J 0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS

Encept

second these and do
when the walks to be

Texto destinado a exibição de informações rotacionadas à licença de uso.

8 1180

CONSULTORIA. OBJETO: Tributo aos clássicos nacionais + autorais (CATEGORIA Apresentação de Música por Banda/Grupo) e Música de Rua (CATEGORIA Apresentação de Música por tanto solo ou Dupla) a ser realizado nas condições constantes no Plano de Trabalho, anexo ao Termo de Execução Cultural. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 195/2022 e decretos regulamentadores. VIGÊNCIA: até 20 de dezembro de 2024. VALOR TOTAL: R\$ 13.485,71. DATA DE ASSINATURA: 14/11/2024.

EXTRATO DE TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO: 294/2024. EDITAL DE CHAM-AMENTO PÚBLICO: Nº 05/2024. CONCEDENTE: Município de Capanema. PROPONENTE: ISADORA SCHEMMER TORMES DA ROSA. OBJETO: Circo-Teatro, Contando Histórias 2ª parte e Escrita Criativa (CATEGORIA Capacitação), a ser realizado nas condições constantes no Plano de Trabalho, anexo ao Termo de Execução Cultural. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 195/2022 e decretos regulamentadores. VIGÊNCIA: até 20 de dezembro de 2024. VALOR TOTAL: R\$8.485.71. DATA DE ASSINATURA: 14/11/2024.

EXTRATO DE AUTUAÇÃO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 22/2024

Objeto da Contratação: SELEÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS PARA RECEBEREM APOIO FINANCEIRO NAS CATEGORIAS: AÇÕES CULTURAIS GERAIS, APRESENTAÇÃO DE TEATRO, APRESENTAÇÃO DE MÚSICA, CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS E CAPACIDATAÇÃO (LEI ALDIR BLANC).

Categoria:	CATEGORIA AÇÕE	S CULTURAIS GERAIS			
Razão Social	CNPJ	Nome do Projeto	Valor do Projeto	NF	Resultado
Elisandro Vitor Leão	54.951.121/0001-48	Capanema PŘ – live/show de aniversário	R\$42.874,43	-	Desclassificado na 1º etapa
Isabela Olsen Pierazo	40.495.997/0001-12	Circuito de Arte e Cultura	R\$42.874,43	67	Classificado em 2º lugar
Maicon Catum Wagner	34.071.504/0001-14	Comemoração dos 72 anos de Capanema com Show de Música e Dança dos Artistas Locais		70	Classificado em 1º lugar
Mídia Sudoeste LTDA	40,519.708/0001-78	Capanema em Cena - Transmissão das Nossas Raizes Culturais	R\$42.874,43	-	Desclassificado na 1º etapa
Nadieli Agostini Elvas	53,977.163/0001-95	Parada Multicultural de Na- tal - Magia e Tradição pelas Ruas de Capanema	R\$42.874,43	-	Desclassificado na 1º etapa
Thais C Favero Assessoria e Con- sultoria		Curso de Desenlusta	R\$42.874,43	-	Desclassificado na 1º etapa

Categoria:	CATEGORIA APRESENTAÇÃO DE TEATRO					
Vaga/Valor:	Duas vagas de até RS	5,000,00 cada				
Razão Social	CNPJ	Nome do Projeto	Valor do Projeto	NF	Resultado	
Isadora Schemmer Tormes da Rosa	27.475.438/0001-82	Espetáculo Baú de histórias - Teatro no Campo	R\$5.000,00	80	Classificado em 1º lugar	
Isadora Schemmer Tormes da Rosa	27.475.438/0001-82	Espetáculo Baú de histórias	R\$5.000,00	76	Classificado em 2º lugar	
Nadieli Agostini Elvas	53.977.163/0001-95	Capanema em Cena: Teatro para Todos	R\$5.000,00	-	Desclassificado na 1º etapa	

Categoria:	GATEGORIA APRE	SENTAÇÃO DE DANCA			
Vaga/Valor:	Duas vagas de até RS	5.000,00 cada			
Razão Social	CNPJ	Nome do Projeto	Valor do Projeto	NF	Resultado
Grupo Folclórico de Danças Alemãs Fest Und Tanz	51.936.119/0001-01	Cultura alemá nas escolas do campo	R\$5.000,00	70	Classificado em 1º lugar
Grupo Folclórico de Dunças Alemãs Fest Und Tanz		Cultura alemã nas escolas	R\$5.000,00	66	Classificado em 2º lugar
Sue Dámaris Elvas Dantas	11.526.297/0001-40	Dança cigana e dança do ventre: encontro de culturas e movimentos	R\$5.000,00	80	Classificado em 1º lugar na Vaga para cutas

Categoria:	CATEGORIA APRE	SENTAÇÃO DE MÚSICA			
Vaga/Valor:	Duas vagas de até RS	5.000,00 cada			
Razão Social	CNPJ	Nome do Projeto	Valor do Projeto	NF	Resultado
Carmeliane Aparecida Cavasin Gonçalves	37.496.325/0001-17	Música alemã e sua história	R\$5.000,00	51	Classificado em 5º lugar
Carmeliane Aparecida Cavasin Gonçalves	37.496.325/0001-17	Música gaucha e sua história	R\$5.000,00	51	Classificado em 6º lugar
Carmeliane Aparecida Cavasan Gunçalves	37.496.325/0001-17	Música regional (Grupo Ideias)	R\$5,000,00	51	Classificado em 4º lugar

Juliano Rochembach	29.842.708/0001-71	Música e poesia: fogo sónico	R\$5.000,00	70	Classificado em 2º lugar
Juliano Rochembach	29.842.708/0001-71	Som na praça: fogo sômico	R\$5.000,00	70	Classificado em 1º lugar
Maicon Cauan Wagner	34.071.504/0001-14	Então é Natal! Música, alegría e emoção no acen- dimento das luzes de Natal	R\$5,000,00	70	Classificado em 3º lugar
Sue Dāmaris Elvas Dantas	11.526.297/0001-40	Cantos da comunidade: música para todos	R\$5.000,00	80	Classificado em 1º lugar na vaga para cotas

Categoria:	CATEGORIA CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS							
Vaga/Vulor: Razão Social	Cinco vagas de até R\$2,500,00 cada							
	CNPJ	Nome do Projeto	Valor do Projeto	NF	Resultado			
Daiane Marina Marder ME	12.007.817/0001-70	Histórias que o vento conta	R\$2.500,00	75	Classificado em 3º lugar			
Daiane Marina Marder ME	12.007.817/0001-70	Contos pequeninos	R\$2.500,00	75	Classificado em la lugar			
Daiane Marina Marder ME	12.007.817/0001-70	Biblioteca mágica	R\$2.500,00	75	Classificado em 2º lugar			
Nadieli Agostim Elvas	53.977.163/0001-95	Histórias para todos	R\$2.500,00	-	Desclassificado na 1º etapa			

Categoria:	CATEGORIA CAPACITAÇÕES						
Vaga/Valor: Ruzão Social	Uma vaga de até R\$10,000,00						
	CNPJ	Nome do Projeto	Valor do Projeto	NF	Resultado		
Gabriel Eric Mon- teiro Elvas	28.501.664/0001-53	Ganhando a Vida como Artista: Capacitação para Artistas de Capanema	R\$10.000,00	75	Classificado em 1º lugar		
Isabela Olsen Pierazo	40.495.997/0001-12	Curso para elaboração de Projetos Culturais	R\$10.000,00	65	Classificado em 3º lugar		
Isadora Schemmer Tormes da Rosa	27.475.438/0001-82	Curso de Capacítação em Elaboração de Projetos Culturais	R\$10.000,00	70	Classificado em 2º lugar		
Ivan Carlos da Silva	54.867.876/0001-69	Ginga Capanema	R\$10,000,00	-	Desclassificad na 1º etaps		
Thais C Favero Assessoria e Consultoria	52.967.169/0001-19	Literatura, Liberdade e Projeto de Vida	R\$10.000,00	-	Desclassificad na 1º etapa		

Valor total da Contratação: R\$ 87.874,43 (Oitenta e sete mil, oitocentos e setenta e quatro reais e quarenta e três centavos)

INEXIGIBILIDADE

Art. 98. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

 IV - objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento;

Contratante: MUNICÍPIO DE CAPANEMA/PR.

CNPJ: 75.972.760/0001-60.

Contratados:

NOME DO CREDOR: 27.475.438 ISADORA SCHEMMER TORMES DA ROSA

CNPJ: 27.475.438/0001-82

ENDEREÇO: R GUAIRACAS, 282 - CEP: 85760000 - BAIRRO: CEN-

TRO, cidade de Capanema/PR TELEFONE: 46)98405-7416

E-MAIL: isa_darosa@hotmail.com

NOME DO CREDOR: 28.501.664 GABRIEL ERIC MONTEIRO EL-VAS

CNPJ: 28.501.664/0001-53

ENDEREÇO: R SERGIPE, 1589 - CEP: 85601040 - BAIRRO: ALVORA-

DA, cidade de Francisco Beltrão/PR

TELEFONE: 46 991247372

E-MAIL: elvasmusicworld@gmail.com

NOME DO CREDOR: 29.842,708 JULIANO ROCHEMBACH

CNPJ: 29.842.708/0001-71

R CARAZINHO, 248 - CEP: 85760000 - BAIRRO: SANTA CRUZ, ci-

dade de Capanema/PR

TELEFONE: 46 999789457

E-MAIL: juliano.jack@hotmail.com

NOME DO CREDOR: DAIANE MARINA MARDER

CNPJ: 12.007.817/0001-70

8 1187

ENDEREÇO: R ZEFERINO FINATTO, 310 - CEP: 85601889 - BAIR-RO: SAO CRISTÓVAO, cidade de Francisco Beltrão/PR

TELEFONE: 46 999214713

E-MAIL: dai.marder@hotmail.com

NOME DO CREDOR: 11.526.297 SUE DAMARIS ELVAS DANTAS

CNPJ: 11.526.297/0001-40

ENDEREÇO: R SERGIPE, 1589 - CEP: 85601040 - BAIRRO: ALVORA-

DA, cidade de Francisco Beltrão/PR

TELEFONE: 46 991292386

E-MAIL: suedamaris@yahoo.com.br

NOME DO CREDOR: GRUPO FOLCLORICO DE DANCAS ALE-MAS FEST UND TANZ

CNPJ: 51.936.119/0001-01

ENDEREÇO: R RIO DE JANEIRO, 1199 - CEP: 85760000 - BAIRRO:

CENTRO, cidade de Capanema/PR

TELEFONE: 46 999094897

E-MAIL: precisalojacompleta@gmail.com

NOME DO CREDOR: MAICON CAUAN WAGNER 07919602939

CNPJ: 34.071.504/0001-14

ENDEREÇO: R PADRE CIRILO, 1312 SALA 04 - CEP: 85760000

BAIRRO: CENTRO, cidade de Capanema/PR

TELEFONE: 46999217640

E-MAIL: maiconwagner96@gmail.com

EXTRATO DE TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO: 304/2024. EDITAL DE CHAM-AMENTO PÚBLICO: Nº 06/2024. CONCEDENTE: Município de Capanema. PROPONENTE: Maicon Cauan Wagner. OBJETO: Comemoração dos 72 anos de Capanema com Show de Música e Dança dos Artistas Locais (Categoria AÇÕES CULTURAIS GERAIS), a ser realizado nas condições constantes no Plano de Trabalho, anexo ao Termo de Execução Cultural. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.399/2022 e decretos regulamentadores. VIGÊNCIA: até 20 de dezembro de 2024. VALOR TOTAL: R\$42.874,43. DATA DE ASSINATURA: 13/11/2024.

EXTRATO DE TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO: 299/2024. EDITAL DE CHAM-AMENTO PÚBLICO: Nº 06/2024. CONCEDENTE: Município de Capanema. PROPONENTE: Isadora Schemmer Tormes da Rosa. OBJETO: ESPETÁCULO BAÚ DE HISTÓRIAS- TEATRO DE CAMPO e ESPETÁCULO BAÚ DE HISTORIAS (CATEGORIA APRESENTAÇÃO DE TEATRO), a ser realizado nas condições constantes no Plano de Trabalho, anexo ao Termo de Execução Cultural. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.399/2022 e decretos regulamentadores. VIGÊNCIA: até 20 de dezembro de 2024. VALOR TOTAL: R\$15.000,00. DATA DE ASSINATURA: 13/11/2024.

EXTRATO DE TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO: 303/2024. EDITAL DE CHAM-AMENTO PÚBLICO: Nº 06/2024. CONCEDENTE: Município de Capanema. PROPONENTE: Grupo Folclórico de Danças Alemãs Fest Und Tanz. OBJETO: CULTURA ALEMĂ NAS ESCOLAS DO CAM-PO e CULTURA ALEMĂ NAS ESCOLAS (CATEGORIA APRESEN-TAÇÃO DE DANÇA), a ser realizado nas condições constantes no Plano de Trabalho, anexo ao Termo de Execução Cultural. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.399/2022 e decretos regulamentadores. VIGÊNCIA: até 20 de dezembro de 2024. VALOR TOTAL: R\$10.000,00, DATA DE ASSINATURA: 13/11/2024.

EXTRATO DE TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO: 298/2024. EDITAL DE CHAM-AMENTO PÚBLICO: Nº 06/2024. CONCEDENTE: Município de Capanema. PROPONENTE: Sue Dâmaris Elvas Dantas. OBJETO: CONTOS DA COMUNIDADE: MUSICA PARA TODOS (CATEGO-RIA APRESENTAÇÃO DE MÚSICA), a ser realizado nas condições constantes no Plano de Trabalho, anexo ao Termo de Execução Cultural. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.399/2022 e decretos regulamentadores. VIGÊNCIA: até 20 de dezembro de 2024. VALOR TOTAL: R\$10.000.00, DATA DE ASSINATURA: 13/11/2024.

EXTRATO DE TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO: 301/2024. EDITAL DE CHAM-AMENTO PÚBLICO: Nº 06/2024. CONCEDENTE: Município de Capanema. PROPONENTE: Juliano Rochembach. OBJETO: SOM NA PRAÇA: FOGO SÔNICO (CATEGORIA DE MÚSICA), a ser realizado nas condições constantes no Plano de Trabalho, anexo ao Termo de Execução Cultural. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.399/2022 e decretos regulamentadores. VIGÊNCIA: até 20 de dezembro de 2024. VALOR TOTAL: R\$5.000,00, DATA DE ASSINATURA: 13/11/2024.

EXTRATO DE TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO: 302/2024. EDITAL DE CHAM-AMENTO PÚBLICO: Nº 06/2024. CONCEDENTE: Município de Capanema. PROPONENTE: Daiane Marina Marder ME. OBJETO: HISTÓRIAS QUE O VENTO CONTA e BIBLIOTÉCA MÁGIA e CON-TOS PEQUENINOS (CATEGORIA CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS), a ser realizado nas condições constantes no Plano de Trabalho, anexo ao Termo de Execução Cultural. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.399/2022 e decretos regulamentadores. VIGÊNCIA: até 20 de dezembro de 2024. VALOR TOTAL: R\$7.500,00, DATA DE ASSINA-TURA: 13/11/2024.

EXTRATO DE TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO: 300/2024. EDITAL DE CHAM-AMENTO PÚBLICO: Nº 06/2024. CONCEDENTE: Município de Capanema. PROPONENTE: Gabriel Eric Monteiro Elvas. OBJETO: GANHANDO A VIDA COMO ARTISTA: CAPACITAÇÃO PARA AR-TISTAS DE CAPANEMA (CATEGORIA CAPACITAÇÕES, a ser realizado nas condições constantes no Plano de Trabalho, anexo ao Termo de Execução Cultural. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.399/2022 e decretos regulamentadores. VIGÊNCIA: até 20 de dezembro de 2024. VALOR TOTAL: R\$10.000,00, DATA DE ASSINATURA: 13/11/2024.

DECRETOS

DECRETO Nº 7.605, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2024.

Designa membros para a Comissão de levantamento patrimonial e da situação financeira do Município de que trata o art. 20 e seguintes da Lei Orgânica do Município de Capanema.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso das atribuíções legais que lhe confere o artigo 123, inciso X e os artigos 20 a 22 da Lei Orgânica do Município de Capanema,

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto designa os membros da Comissão de levantamento patrimonial e da situação financeira do Município, com o objetivo de garantir a continuidade administrativa e a transparência na gestão dos



TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 300/2024

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 300/2024 TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº 06/2024 – , NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DA LEI Nº 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DO DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES

1.1 O Município de Capanema, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Américo Bellé, e o AGENTE CULTURAL 28.501.664 GABRIEL ERIC MONTEIRO ELVAS, inscrito no CNPJ nº 28.501.664/0001-53, sediado na R SERGIPE, 1589 - CEP: 85601040 - BAIRRO: ALVORADA, cidade de Francisco Beltrão/PR neste ato representado por seu representante legal o(a) Senhor(a) GABRIEL ERIC MONTEIRO ELVAS, CPF nº 264.451.568-86 residente e domiciliado à R SERVIPE, 1589 - CEP: 85601040 - BAIRRO: ALVORADA, telefone 46 991247372 e endereço eletrônico: elvasmusicworld@gmail.com, resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO

2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), da LEI Nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), do DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) e do DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

3. OBJETO

3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural GANHANDO A VIDA COMO ARTISTA: CAPACITAÇÃO PARA ARTISTAS DE CAPANEMA (CATEGORIA CAPACITAÇÕES), contemplado no conforme processo administrativo nº 06/2024.

4. RECURSOS FINANCEIROS

- 4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R\$ R\$10.000,00 (Dez mil reais).
- 4.2. Serão transferidos à conta do AGENTE CULTURAL, no Banco Nu Pagamentos S.A. Instituição de Pagamentos 260, Agência 001, Conta Corrente nº 54271721-2, para recebimento e movimentação.

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES

- 6.1 São obrigações do/da Município de Capanema:
- I) transferir os recursos ao(a) AGENTE CULTURAL;





- II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
- III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
- IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
- V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
- VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.
- 6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:
- I) executar a ação cultural aprovada;
- II) aplicar os recursos concedidos na realização da ação cultural;
- III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
- IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
- V) prestar informações ao Município de Capanema por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de 10 dias corridos contados do término da vigência do termo de execução cultural;
- VI) atender a qualquer solicitação regular feita pelo Município de Capanema a contar do recebimento da notificação;
- VII) divulgar nos meios de comunicação a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições;
- VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural; IX) guardar a documentação referente à prestação de informações e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
- X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
- XI) encaminhar os documentos do novo dirigente, bem como nova ata de eleição ou termo de posse, em caso de falecimento ou substituição de dirigente da entidade cultural, caso seja agente cultural pessoa jurídica.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da apresentação de Relatório de Objeto da Execução Cultural, no prazo de até 120 dias a contar do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural.
- 7.1.1 O Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá:
- I comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;
- II conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
- III ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.





- 7.2 O agente público responsável pela análise do Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá elaborar parecer técnico em que concluirá:
- I pelo cumprimento integral do objeto ou pela suficiência do cumprimento parcial devidamente justificada e providenciará imediato encaminhamento do processo à autoridade julgadora;
- II pela necessidade de o agente cultural apresentar documentação complementar relativa ao cumprimento do objeto;
- III pela necessidade de o agente cultural apresentar Relatório Financeiro da Execução Cultural, caso considere os elementos contidos no Relatório de Objeto da Execução Cultural e na documentação complementar insuficientes para demonstrar o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado.
- 7.3 Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
- I solicitar documentação complementar;
- II aprovar sem ressalvas a prestação de contas, quando estiver convencida do cumprimento integral do objeto;
- III aprovar com ressalvas a prestação de contas, quando for comprovada a realização da ação cultural, mas verificada inadequação na execução do objeto ou na execução financeira, sem má-fé;
- IV rejeitar a prestação de contas, total ou parcialmente, e determinar uma das seguintes medidas:
- a) devolução de recursos em valor proporcional à inexecução de objeto verificada;
- b) pagamento de multa, nos termos do regulamento;
- c) suspensão da possibilidade de celebrar novo instrumento do regime próprio de fomento à cultura pelo prazo de 180 (cento e oitenta) a 540 (quinhentos e quarenta) dias.
- 7.4 O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:
- I quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos nos itens anteriores; ou
- II quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.
- 7.4.1 O prazo para apresentação do Relatório Financeiro da Execução Cultural será de 120 dias contados do recebimento da notificação.
- 7.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
- I devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;
- II apresentação de plano de ações compensatórias; ou
- III devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
- 7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
- 7.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
- 7.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL





- 8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
- 8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
- I prorrogação de vigência realizada de oficio pela administração pública quando der causa ao atraso na liberação de recursos; e
- II alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
- 8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
- 8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% do valor total poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
- 8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
- 8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS

- 9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.
- 9.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

- 10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
- I extinto por decurso de prazo;
- II extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
- III denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
- IV rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
- a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
- b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
- c) violação da legislação aplicável;
- d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
- e) má administração de recursos públicos;
- f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
- g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
- h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
- 10.2 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.



10.3 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.

10.4 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS

11.1 O Município realizará o monitoramento das ações, por meio de envio de relatórios.

12. VIGÊNCIA

12.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de até o dia **20 de dezembro de 2024**, podendo ser prorrogado por 60 dias.

13. PUBLICAÇÃO

13.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no Diário Oficial do Município.

14. FORO

14.1 Fica eleito o Foro de **Capanema** para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

Capanema, Cidade da Rodovia Ecológica – Estrada Parque Caminho do Colono, ao(s) 13 dia(s) do mês de novembro de 2024.

AMERICO AMERICO BELLE 24059587915
ND: CHBR. 0-94CP-Brazili, CUISecretaria da Receita federal do
BELLE: 24 OLEACO VALID REP 845 OLEAR
05958791
AMERICO BELLE: 24059587915
Razio E usciu o autor destri
documento
Localização:
Data: 2024.11.13 07:53:03-03:007
Enuis DEFE Razader Verigão: 2024.30

AMÉRICO BELLÉ PREFEITO MUNICIPAL GABRIEL ERIC MONTEIRO ELVAS
Data: 13/11/2024 09:44:08-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

GABRIEL ERIC MONTEIRO ELVAS RESPONSÁVEL LEGAL 28.501.664 GABRIEL ERIC MONTEIRO ELVAS EMPRESA CONTRATADA





TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 301/2024

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 301/2024 TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº 06/2024 – , NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DA LEI Nº 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DO DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES

1.1 O Município de Capanema, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Américo Bellé, e o AGENTE CULTURAL 29.842.708 JULIANO ROCHEMBACH, inscrito no CNPJ nº 29.842.708/0001-71, sediado na R CARAZINHO, 248 - CEP: 85760000 - BAIRRO: SANTA CRUZ, cidade de Capanema/PR neste ato representado por seu representante legal o(a) Senhor(a) JULIANO ROCHEMBACH, CPF nº 044.111.959-09 residente e domiciliado à RUA CARAZINHO, 248 - CEP: 85760000 - BAIRRO: SANTA CRUZ, telefone 46 999789457 e endereço eletrônico: juliano.jack@hotmail.com, resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO

2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), da LEI Nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), do DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) e do DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

3. OBJETO

3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural SOM NA PRAÇA: FOGO SÔNICO (CATEGORIA DE MÚSICA), contemplado no conforme processo administrativo nº 06/2024.

4. RECURSOS FINANCEIROS

- 4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R\$ R\$5.000,00 (Cinco mil reais).
- 4.2. Serão transferidos à conta do AGENTE CULTURAL, no Banco PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A. 290, Agência 0001, Conta Corrente nº 78017677-2, para recebimento e movimentação.

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS



5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES

- 6.1 São obrigações do/da Município de Capanema:
- I) transferir os recursos ao(a) AGENTE CULTURAL;
- II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
- III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
- IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
- V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
- VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.
- 6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:
- I) executar a ação cultural aprovada;
- II) aplicar os recursos concedidos na realização da ação cultural;
- III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
- IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
- V) prestar informações ao **Município de Capanema** por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de **10 dias corridos** contados do término da vigência do termo de execução cultural;
- VI) atender a qualquer solicitação regular feita pelo Município de Capanema a contar do recebimento da notificação;
- VII) divulgar nos meios de comunicação a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições;
- VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
- IX) guardar a documentação referente à prestação de informações e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
- X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;



XI) encaminhar os documentos do novo dirigente, bem como nova ata de eleição ou termo de posse, em caso de falecimento ou substituição de dirigente da entidade cultural, caso seja agente cultural pessoa jurídica.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da apresentação de Relatório de Objeto da Execução Cultural, no prazo de até 120 dias a contar do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural.
- 7.1.1 O Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá:
- I comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;
- II conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
- III ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.
- 7.2 O agente público responsável pela análise do Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá elaborar parecer técnico em que concluirá:
- I pelo cumprimento integral do objeto ou pela suficiência do cumprimento parcial devidamente justificada e providenciará imediato encaminhamento do processo à autoridade julgadora;
- II pela necessidade de o agente cultural apresentar documentação complementar relativa ao cumprimento do objeto;
- III pela necessidade de o agente cultural apresentar Relatório Financeiro da Execução Cultural, caso considere os elementos contidos no Relatório de Objeto da Execução Cultural e na documentação complementar insuficientes para demonstrar o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado.
- 7.3 Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
- I solicitar documentação complementar;
- II aprovar sem ressalvas a prestação de contas, quando estiver convencida do cumprimento integral do objeto;
- III aprovar com ressalvas a prestação de contas, quando for comprovada a realização da ação cultural, mas verificada inadequação na execução do objeto ou na execução financeira, sem má-fé;
- IV rejeitar a prestação de contas, total ou parcialmente, e determinar uma das seguintes medidas:
- a) devolução de recursos em valor proporcional à inexecução de objeto verificada;
- b) pagamento de multa, nos termos do regulamento;
- c) suspensão da possibilidade de celebrar novo instrumento do regime próprio de fomento à cultura pelo prazo de 180 (cento e oitenta) a 540 (quinhentos e quarenta) dias.





- 7.4 O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:
- I quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos nos itens anteriores; ou
- II quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.
- 7.4.1 O prazo para apresentação do Relatório Financeiro da Execução Cultural será de 120 dias contados do recebimento da notificação.
- 7.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
- I devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;
- II apresentação de plano de ações compensatórias; ou
- III devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
- 7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
- 7.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
- 7.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

- 8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
- 8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
- I prorrogação de vigência realizada de oficio pela administração pública quando der causa ao atraso na liberação de recursos; e
- II alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
- 8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
- 8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% do valor total poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
- 8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.





8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS

- 9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.
- 9.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

- 10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
- I extinto por decurso de prazo;
- II extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
- III denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
- IV rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
- a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
- b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
- c) violação da legislação aplicável;
- d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
- e) má administração de recursos públicos;
- f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
- g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
- h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
- 10.2 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
- 10.3 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
- 10.4 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.





11. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS

11.1 O Município realizará o monitoramento das ações, por meio de envio de relatórios.

12. VIGÊNCIA

12.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de até o dia **20 de dezembro de 2024**, podendo ser prorrogado por 60 dias.

13. PUBLICAÇÃO

13.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no Diário Oficial do Município.

14. FORO

14.1 Fica eleito o Foro de **Capanema** para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

Capanema, Cidade da Rodovia Ecológica – Estrada Parque Caminho do Colono, ao(s) 13 dia(s) do mês de novembro de 2024.

AMERICO NO CASA NO CAS

Assinado digitalmente por AMERICO BELLE:24059567915 ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU= Secretaria da Receita Federal do Brasil-RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=AC VALID RFB V5, OU=AR SENHA DIGITAL, OU=Presendal, OU= 1952053000115, CN-AMERICO BELLE:24059567915 BELLE:24059567915 BELLE:24059567915 Data:2024;11.13 07.53:31-03907 Data:2024;11.13 07.53:31-03907

AMÉRICO BELLÉ
PREFEITO MUNICIPAL

Documento assinado digitalmente

JULIANO ROCHEMBACH
Data: 13/11/2024 11:00:33-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

JULIANO ROCHEMBACH
RESPONSÁVEL LEGAL
29.842.708 JULIANO ROCHEMBACH
EMPRESA CONTRATADA





TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 304/2024

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 304/2024 TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº 06/2024 – , NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DA LEI Nº 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DO DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES

1.1 O Município de Capanema, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Américo Bellé, e o AGENTE CULTURAL MAICON CAUAN WAGNER 07919602939, inscrito no CNPJ nº 34.071.504/0001-14, sediado na R PADRE CIRILO, 1312 SALA 04 - CEP: 85760000 - BAIRRO: CENTRO, cidade de Capanema/PR neste ato representado por seu representante legal o(a) Senhor(a) MAICON CAUAN WAGNER, CPF nº 079.196.029-39 residente e domiciliado à AV INDEPENDENCIA, 1505 - CEP: 85760000 - BAIRRO: SAO CRISTOVAO, telefone 46999217640 e endereço eletrônico: maiconwagner96@gmail.com, resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO

2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), da LEI Nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), do DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) e do DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

3. OBJETO

3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural COMEMORAÇÃO DOS 72 ANOS DE CAPANEMA COM SHOW DE MÚSICA E DANÇA DOS ARTISTAS LOCAIS(CATEGORIA AÇÕES CULTURAIS GERAIS), contemplado no conforme processo administrativo nº 06/2024.

4. RECURSOS FINANCEIROS

4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R\$ R\$42.874,43 (quarenta e dois mil oitocentos e setenta e quatro reais e quarenta e três centavos).
4.2. Serão transferidos à conta do AGENTE CULTURAL, no Banco SICOOB, Agência 4342, Conta Corrente nº 121.295-8, para recebimento e movimentação.

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES

- 6.1 São obrigações do/da Município de Capanema:
- I) transferir os recursos ao(a) AGENTE CULTURAL;
- II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;

MINISTÉRIO DA CULTURA

- III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
- IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
- V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
- VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.
- 6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:
- I) executar a ação cultural aprovada;
- II) aplicar os recursos concedidos na realização da ação cultural;
- III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
- IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
- V) prestar informações ao **Município de Capanema** por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de **10 dias corridos** contados do término da vigência do termo de execução cultural;
- VI) atender a qualquer solicitação regular feita pelo **Município de Capanema** a contar do recebimento da notificação;
- VII) divulgar nos meios de comunicação a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições;
- VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural; IX) guardar a documentação referente à prestação de informações e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
- X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
- XI) encaminhar os documentos do novo dirigente, bem como nova ata de eleição ou termo de posse, em caso de falecimento ou substituição de dirigente da entidade cultural, caso seja agente cultural pessoa jurídica.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da apresentação de Relatório de Objeto da Execução Cultural, no prazo de até 120 dias a contar do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural.
- 7.1.1 O Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá:
- I comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;
- II conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
- III ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.
- 7.2 O agente público responsável pela análise do Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá elaborar parecer técnico em que concluirá:



- I pelo cumprimento integral do objeto ou pela suficiência do cumprimento parcial devidamente justificada e providenciará imediato encaminhamento do processo à autoridade julgadora;
- II pela necessidade de o agente cultural apresentar documentação complementar relativa ao cumprimento do objeto;
- III pela necessidade de o agente cultural apresentar Relatório Financeiro da Execução Cultural, caso considere os elementos contidos no Relatório de Objeto da Execução Cultural e na documentação complementar insuficientes para demonstrar o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado.
- 7.3 Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
- I solicitar documentação complementar;
- II aprovar sem ressalvas a prestação de contas, quando estiver convencida do cumprimento integral do objeto;
- III aprovar com ressalvas a prestação de contas, quando for comprovada a realização da ação cultural, mas verificada inadequação na execução do objeto ou na execução financeira, sem má-fé;
- IV rejeitar a prestação de contas, total ou parcialmente, e determinar uma das seguintes medidas:
- a) devolução de recursos em valor proporcional à inexecução de objeto verificada;
- b) pagamento de multa, nos termos do regulamento;
- c) suspensão da possibilidade de celebrar novo instrumento do regime próprio de fomento à cultura pelo prazo de 180 (cento e oitenta) a 540 (quinhentos e quarenta) dias.
- 7.4 O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:
- I quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos nos itens anteriores; ou
- II quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.
- 7.4.1 O prazo para apresentação do Relatório Financeiro da Execução Cultural será de 120 dias contados do recebimento da notificação.
- 7.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
- I devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;
- II apresentação de plano de ações compensatórias; ou
- III devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
- 7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
- 7.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
- 7.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

- 8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
- 8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:

MINISTÉRIO DA CULTURA





- I prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa ao atraso na liberação de recursos; e
- II alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
- 8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
- 8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% do valor total poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
- 8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
- 8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS

- 9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.
- 9.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

- 10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
- I extinto por decurso de prazo;
- II extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
- III denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
- IV rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
- a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
- b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
- c) violação da legislação aplicável;
- d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
- e) má administração de recursos públicos;
- f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
- g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
- h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
- 10.2 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
- 10.3 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.





10.4 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS

11.1 O Município realizará o monitoramento das ações, por meio de envio de relatórios.

12. VIGÊNCIA

12.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de até o dia **20 de dezembro de 2024**, podendo ser prorrogado por 60 dias.

13. PUBLICAÇÃO

13.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no Diário Oficial do Município.

14. FORO

14.1 Fica eleito o Foro de **Capanema** para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

Capanema, Cidade da Rodovia Ecológica – Estrada Parque Caminho do Colono, ao(s) 13 dia(s) do mês de novembro de 2024.

Razão: Eu sou o autor deste documento Localização: Data: 2024.11.13 07:56:12-03'00' Foxit PDF Reader Versão: 2024.3.0

AMÉRICO BELLÉ PREFEITO MUNICIPAL Documento assinado digitalmente

MAICON CAUAN WAGNER
Data: 13/11/2024 09:09:45-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

MAICON CAUAN WAGNER RESPONSÁVEL LEGAL MAICON CAUAN WAGNER 07919602939 EMPRESA CONTRATADA





g 1204

Voltar

Informações Gerais Municipio	CARALITA
Папаро	CAPANEMA
Entidade Executora	MUNICÍPIO DE CAPANEMA
Os campos Ano,Nº e Modalidade deve	m ser iguais aos informados (à informar) no SIM-AM
Ano*	2024
Modalidade*	Processo Inexigibilidade V
Nº licitação/dispensa/inexigibilidade*	22
Recursos provenientes de organismos A licitação utiliza estes recursos?	internacionals/multilaterals de crédito
Número edital/processo*	22
Descrição do Objeto*	SELEÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS PARA RECEBEREM APOJO FINANCEIRO NAS CATEGORIAS:AÇÕES CULTURAIS GERAIS, APRESENTAÇÃO DE TEATRO, APRESENTAÇÃO DE DANÇA, APRESENTAÇÃO DE MÚSICA, CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS E CAPACIDATAÇÃO (LEI ALDIR BLANC)
Forma de Avalição	- Selecionar -
Dotação Orçamentária*	0700313392130121311781335043
☐ A entidad	e optou pelo sigilo do valor estimado do objeto da licitação? (artigo 34 da Lei Federal 13.303/2016)
Preço máximo/Referência de preço - R\$*	87.874,43
Data Publicação Termo ratificação	13/11/2024

Confirmer

CPF: 63225824968 (Logout)



TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 299/2024

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 299/2024 TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº 06/2024 – , NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DA LEI Nº 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DO DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES

1.1 O Município de Capanema, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Américo Bellé, e o AGENTE CULTURAL 27.475,438 ISADORA SCHEMMER TORMES DA ROSA, inscrito no CNPJ n° 27.475.438/0001-82, sediado na R GUAIRACAS, 282 - CEP: 85760000 - BAIRRO: CENTRO, cidade de Capanema/PR neste ato representado por seu representante legal o(a) Senhor(a) ISADORA SCHEMMER TORMES DA ROSA, CPF n° 070.309.489-04 residente e domiciliado à RUA GUAIRACAS, 0 - CEP: 85760000 - BAIRRO: SAO CRISTOVAO, telefone (46)98405-7416 e endereço eletrônico: isa darosa@hotmail.com, resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO

2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), da LEI Nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), do DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) e do DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

3. OBJETO

3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural ESPETÁCULO BAÚ DE HISTÓRIAS-TEATRO DE CAMPO e ESPETÁCULO BAÚ DE HISTORIAS (CATEGORIA APRESENTAÇÃO DE TEATRO) E CURSO DE CAPACITAÇÃO EM ELABORAÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS contemplado no conforme processo administrativo nº 06/2024.

4. RECURSOS FINANCEIROS

- 4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R\$ R\$20.000,00 (Vinte mil reais). Acrescidos de juros
- 4.2. Serão transferidos à conta do AGENTE CULTURAL, no Banco C6 SA, Agência 0001, Conta Corrente nº 000035098083-7, para recebimento e movimentação.

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS

MINISTÉRIO DA CULTURA UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES

- 6.1 São obrigações do/da Município de Capanema:
- I) transferir os recursos ao(a) AGENTE CULTURAL;
- II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
- III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
- IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
- V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
- VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.
- 6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:
- I) executar a ação cultural aprovada;
- II) aplicar os recursos concedidos na realização da ação cultural;
- III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
- IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
- V) prestar informações ao Município de Capanema por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de 10 dias corridos contados do término da vigência do termo de execução cultural;
- VI) atender a qualquer solicitação regular feita pelo **Município de Capanema** a contar do recebimento da notificação;
- VII) divulgar nos meios de comunicação a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições;
- VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
- IX) guardar a documentação referente à prestação de informações e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
- X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;







XI) encaminhar os documentos do novo dirigente, bem como nova ata de eleição ou termo de posse, em caso de falecimento ou substituição de dirigente da entidade cultural, caso seja agente cultural pessoa jurídica.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da apresentação de Relatório de Objeto da Execução Cultural, no prazo de até 120 dias a contar do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural.
- 7.1.1 O Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá:
- I comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;
- II conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
- III ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.
- 7.2 O agente público responsável pela análise do Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá elaborar parecer técnico em que concluirá:
- I pelo cumprimento integral do objeto ou pela suficiência do cumprimento parcial devidamente justificada e providenciará imediato encaminhamento do processo à autoridade julgadora;
- II pela necessidade de o agente cultural apresentar documentação complementar relativa ao cumprimento do objeto;
- III pela necessidade de o agente cultural apresentar Relatório Financeiro da Execução Cultural, caso considere os elementos contidos no Relatório de Objeto da Execução Cultural e na documentação complementar insuficientes para demonstrar o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado.
- 7.3 Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
- I solicitar documentação complementar;
- II aprovar sem ressalvas a prestação de contas, quando estiver convencida do cumprimento integral do objeto;
- III aprovar com ressalvas a prestação de contas, quando for comprovada a realização da ação cultural, mas verificada inadequação na execução do objeto ou na execução financeira, sem má-fé;
- IV rejeitar a prestação de contas, total ou parcialmente, e determinar uma das seguintes medidas:
- a) devolução de recursos em valor proporcional à inexecução de objeto verificada;
- b) pagamento de multa, nos termos do regulamento;





- c) suspensão da possibilidade de celebrar novo instrumento do regime próprio de fomento à cultura pelo prazo de 180 (cento e oitenta) a 540 (quinhentos e quarenta) dias.
- 7.4 O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:
- I quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos nos itens anteriores; ou
- II quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.
- 7.4.1 O prazo para apresentação do Relatório Financeiro da Execução Cultural será de 120 dias contados do recebimento da notificação.
- 7.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
- I devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;
- II apresentação de plano de ações compensatórias; ou
- III devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
- 7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
- 7.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
- 7.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

- 8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
- 8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
- I prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa ao atraso na liberação de recursos; e
- II alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
- 8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.





- 10.2 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
- 10.3 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
- 10.4 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS

11.1 O Município realizará o monitoramento das ações, por meio de envio de relatórios.

12. VIGÊNCIA

12.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de até o dia 20 de dezembro de 2024, podendo ser prorrogado por 60 dias.

13. PUBLICAÇÃO

13.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no Diário Oficial do Município.

14. FORO

14.1 Fica eleito o Foro de **Capanema** para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

Capanema, Cidade da Rodovia Écológica – Estrada Parque Caminho do Colono, ao(s) 13 dia(s) do mês de novembro de 2024.

AMERICO BLILE 24 O BELLE 24 O BEL

Assinato digitalimente por AMERICO BELLE: ADDISPOTO 15 ND: C-BR; C-HCP-Brasal; OU-Secretaria da Recella Fedirario da Brasal - RPS, OU-MRP 8 -CPF A1; OU-MC VALID RFG 95, OU-MR SENHA DIGITAL, OU-Presendia, OU-1952/035/000115, CN-AMERICO BELLE: ADDISPOTO 15 Raziól, Qia Nou e auto-Data: 2004, 11; 314-48-48-00007

AMÉRICO BELLÉ

PREFEITO MUNICIPAL

Documento assinado digitalmente

ISADORA SCHEMMER TORMES DA ROSA

Data: 14/11/2024 01:46:21-0300

Verifique em https://validar.itl.gov.br

ISADORA SCHEMMER TORMES DA ROSA

RESPONSÁVEL LEGAL

27.475.438 ISADORA SCHEMMER TORMES DA ROSA

EMPRESA CONTRATADA

MINISTÉRIO DA CULTURA





- 8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% do valor total poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
- 8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
- 8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS

- 9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.
- 9.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

- 10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
- I extinto por decurso de prazo;
- II extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
- III denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
- IV rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
- a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
- b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
- c) violação da legislação aplicável;
- d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
- e) má administração de recursos públicos;
- f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
- g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
- h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.





TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 302/2024

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 302/2024 TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº 06/2024 – , NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DA LEI Nº 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DO DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES

1.1 O Município de Capanema, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Américo Bellé, e o AGENTE CULTURAL DAIANE MARINA MARDER, inscrito no CNPJ nº 12.007.817/0001-70, sediado na R ZEFERINO FINATTO, 310 - CEP: 85601889 - BAIRRO: SAO CRISTÓVAO, cidade de Francisco Beltrão/PR neste ato representado por seu representante legal o(a) Senhor(a) DAIANE MARINA MARDER, CPF nº 039.833.179-01 residente e domiciliado à R ZEFERINO FINATTO, 310 APTO06 - CEP: 85602240 - BAIRRO: SÃO CRISTÓVAO, telefone 46 999214713 e endereço eletrônico: dai.marder@hotmail.com, resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO

2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), da LEI Nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), do DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) e do DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

3. OBJETO

3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural HISTÓRIAS QUE O VENTO CONTA e CONTOS PEQUENINOS e BIBLIOTÉCA MÁGIA (CATEGORIA CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS), contemplado no conforme processo administrativo nº 06/2024.

4. RECURSOS FINANCEIROS

- 4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R\$ R\$7.500,00 (Sete mil e Quinhentos Reais).
- 4.2. Serão transferidos à conta do AGENTE CULTURAL, no COOP CRED DA REGIÃO DO SUDOESTE DO PARANÁ EVOLUA, Conta Corrente nº 50171-9, para recebimento e movimentação.

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES

- 6.1 São obrigações do/da Município de Capanema:
- I) transferir os recursos ao(a) AGENTE CULTURAL;



MINISTÉRIO DA CULTURA



- II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
- III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
- IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
- V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
- VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.
- 6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:
- I) executar a ação cultural aprovada;
- II) aplicar os recursos concedidos na realização da ação cultural;
- III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
- IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
- V) prestar informações ao **Município de Capanema** por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de **10 dias corridos** contados do término da vigência do termo de execução cultural;
- VI) atender a qualquer solicitação regular feita pelo **Município de Capanema** a contar do recebimento da notificação;
- VII) divulgar nos meios de comunicação a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições;
- VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural; IX) guardar a documentação referente à prestação de informações e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
- X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
- XI) encaminhar os documentos do novo dirigente, bem como nova ata de eleição ou termo de posse, em caso de falecimento ou substituição de dirigente da entidade cultural, caso seja agente cultural pessoa jurídica.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da apresentação de Relatório de Objeto da Execução Cultural, no prazo de até 120 dias a contar do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural.
- 7.1.1 O Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá:
- I comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;
- II conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
- III ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.





- 7.2 O agente público responsável pela análise do Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá elaborar parecer técnico em que concluirá:
- I pelo cumprimento integral do objeto ou pela suficiência do cumprimento parcial devidamente justificada e providenciará imediato encaminhamento do processo à autoridade julgadora;
- II pela necessidade de o agente cultural apresentar documentação complementar relativa ao cumprimento do objeto;
- III pela necessidade de o agente cultural apresentar Relatório Financeiro da Execução Cultural, caso considere os elementos contidos no Relatório de Objeto da Execução Cultural e na documentação complementar insuficientes para demonstrar o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado.
- 7.3 Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
- I solicitar documentação complementar;
- II aprovar sem ressalvas a prestação de contas, quando estiver convencida do cumprimento integral do objeto;
- III aprovar com ressalvas a prestação de contas, quando for comprovada a realização da ação cultural, mas verificada inadequação na execução do objeto ou na execução financeira, sem má-fé;
- IV rejeitar a prestação de contas, total ou parcialmente, e determinar uma das seguintes medidas:
- a) devolução de recursos em valor proporcional à inexecução de objeto verificada;
- b) pagamento de multa, nos termos do regulamento;
- c) suspensão da possibilidade de celebrar novo instrumento do regime próprio de fomento à cultura pelo prazo de 180 (cento e oitenta) a 540 (quinhentos e quarenta) dias.
- 7.4 O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:
- I quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos nos itens anteriores; ou
- II quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.
- 7.4.1 O prazo para apresentação do Relatório Financeiro da Execução Cultural será de 120 dias contados do recebimento da notificação.
- 7.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
- I devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;
- II apresentação de plano de ações compensatórias; ou
- III devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
- 7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
- 7.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
- 7.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

MINISTÉRIO DA CULTURA

- 8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
- 8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
- I prorrogação de vigência realizada de oficio pela administração pública quando der causa ao atraso na liberação de recursos; e
- II alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
- 8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
- 8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% do valor total poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
- 8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
- 8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS

- 9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.
- 9.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

- 10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
- I extinto por decurso de prazo;
- II extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
- III denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
- IV rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
- a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
- b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
- c) violação da legislação aplicável;
- d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
- e) má administração de recursos públicos;
- f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
- g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
- h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
- 10.2 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.







10.3 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.

10.4 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS

11.1 O Município realizará o monitoramento das ações, por meio de envio de relatórios.

12. VIGÊNCIA

12.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de até o dia 20 de dezembro de 2024, podendo ser prorrogado por 60 dias.

13. PUBLICAÇÃO

13.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no Diário Oficial do Município.

14. FORO

14.1 Fica eleito o Foro de Capanema para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

Capanema, Cidade da Rodovia Ecológica - Estrada Parque Caminho do Colono, ao(s) 13 dia(s) do mês de novembro de 2024.

AMERICO BELLE:24059 BELLE:24 Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A OU=AC VALID RFB V5, OU=AF SENHA DIGITAL, OU=Presenci 05958791 BELLE:

5

Localização: Data: 2024.11.13 14:05:59-03'00'

AMÉRICO BELLÉ PREFEITO MUNICIPAL Documento assinado digitalmente Data: 13/11/2024 18:02:45-0300

DAIANE MARINA MARDER RESPONSÁVEL LEGAL DAIANE MARINA MARDER EMPRESA CONTRATADA





TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 303/2024

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 303/2024 TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº 06/2024 – , NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DA LEI Nº 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DO DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES

1.1 O Município de Capanema, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Américo Bellé, e o AGENTE CULTURAL GRUPO FOLCLORICO DE DANCAS ALEMAS FEST UND TANZ, inscrito no CNPJ nº 51.936.119/0001-01, sediado na R RIO DE JANEIRO, 1199 - CEP: 85760000 - BAIRRO: CENTRO, cidade de Capanema/PR neste ato representado por seu representante legal o(a) Senhor(a) ALEXSANDER DA SILVA, CPF nº 064.624.239-35 residente e domiciliado à RUA OTTLILIA ROYER, 1127 - CEP: 85760000 - BAIRRO: SÃO JOSE OPERARIO, telefone 46 999094897 e endereço eletrônico: precisalojacompleta@gmail.com, resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO

2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), da LEI Nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), do DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) e do DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

3. OBJETO

3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural CULTURA ALEMÃ NAS ESCOLAS DO CAMPO (CATEGORIA APRESENTAÇÃO DE DANÇA), contemplado no conforme processo administrativo nº 06/2024.

4. RECURSOS FINANCEIROS

- 4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R\$ R\$5.000,00 (Cinco mil reais).
- 4.2. Serão transferidos à conta do AGENTE CULTURAL, no Banco Sicredi, Agência 0738, Conta Corrente nº 84446-9, para recebimento e movimentação.

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES

- 6.1 São obrigações do/da Município de Capanema:
- I) transferir os recursos ao(a) AGENTE CULTURAL;
- II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;

BRAFILL



- III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
- IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
- V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
- VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.
- 6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:
- I) executar a ação cultural aprovada;
- II) aplicar os recursos concedidos na realização da ação cultural;
- III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
- IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
- V) prestar informações ao **Município de Capanema** por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de **10 dias corridos** contados do término da vigência do termo de execução cultural;
- VI) atender a qualquer solicitação regular feita pelo Município de Capanema a contar do recebimento da notificação;
- VII) divulgar nos meios de comunicação a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições;
- VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural; IX) guardar a documentação referente à prestação de informações e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
- X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
- XI) encaminhar os documentos do novo dirigente, bem como nova ata de eleição ou termo de posse, em caso de falecimento ou substituição de dirigente da entidade cultural, caso seja agente cultural pessoa jurídica.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da apresentação de Relatório de Objeto da Execução Cultural, no prazo de até 120 dias a contar do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural.
- 7.1.1 O Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá:
- I comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;
- II conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
- III ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.
- 7.2 O agente público responsável pela análise do Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá elaborar parecer técnico em que concluirá:





- I pelo cumprimento integral do objeto ou pela suficiência do cumprimento parcial devidamente justificada e providenciará imediato encaminhamento do processo à autoridade julgadora;
- II pela necessidade de o agente cultural apresentar documentação complementar relativa ao cumprimento do objeto;
- III pela necessidade de o agente cultural apresentar Relatório Financeiro da Execução Cultural, caso considere os elementos contidos no Relatório de Objeto da Execução Cultural e na documentação complementar insuficientes para demonstrar o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado.
- 7.3 Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
- I solicitar documentação complementar;
- II aprovar sem ressalvas a prestação de contas, quando estiver convencida do cumprimento integral do objeto;
- III aprovar com ressalvas a prestação de contas, quando for comprovada a realização da ação cultural, mas verificada inadequação na execução do objeto ou na execução financeira, sem má-fé;
- IV rejeitar a prestação de contas, total ou parcialmente, e determinar uma das seguintes medidas:
- a) devolução de recursos em valor proporcional à inexecução de objeto verificada;
- b) pagamento de multa, nos termos do regulamento;
- c) suspensão da possibilidade de celebrar novo instrumento do regime próprio de fomento à cultura pelo prazo de 180 (cento e oitenta) a 540 (quinhentos e quarenta) dias.
- 7.4 O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:
- I quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos nos itens anteriores; ou
- II quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.
- 7.4.1 O prazo para apresentação do Relatório Financeiro da Execução Cultural será de 120 dias contados do recebimento da notificação.
- 7.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
- I devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;
- II apresentação de plano de ações compensatórias; ou
- III devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
- 7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
- 7.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
- 7.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

- 8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
- 8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:

BRAFIL

MINISTÉRIO DA CULTURA



- I prorrogação de vigência realizada de oficio pela administração pública quando der causa ao atraso na liberação de recursos; e
- II alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
- 8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
- 8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% do valor total poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
- 8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em beneficio do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
- 8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS

- 9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.
- 9.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

- 10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
- I extinto por decurso de prazo;
- II extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
- III denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
- IV rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
- a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
- b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
- c) violação da legislação aplicável;
- d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
- e) má administração de recursos públicos;
- f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
- g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
- h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
- 10.2 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
- 10.3 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.



1:15:

10.4 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS

11.1 O Município realizará o monitoramento das ações, por meio de envio de relatórios.

12. VIGÊNCIA

12.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de até o dia **20 de dezembro de 2024**, podendo ser prorrogado por 60 dias.

13. PUBLICAÇÃO

13.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no Diário Oficial do Município.

14. FORO

14.1 Fica eleito o Foro de **Capanema** para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

Capanema, Cidade da Rodovia Ecológica – Estrada Parque Caminho do Colono, ao(s) 13 dia(s) do mês de novembro de 2024.

AMERICO BELLE:24 059587915

Assimado digitalmente por AMERICO BELLE-24068-97-15 BELLE-24068-97-15 BELLE-24068-97-15 BELLE-2406-97-16 BELLE-2406-97-16 BELLE-2406-97-16 BELLE-24059-87-15 BELLE-24059-87-15 BRAZISC ES DO autor deste documento

AMÉRICO BELLÉ PREFEITO MUNICIPAL Documento assinado digitalmente

ALEXSANDER DA SILVA
Data: 21/11/2024 22:41:22-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

ALEXSANDER DA SILVA RESPONSÁVEL LEGAL GRUPO FOLCLORICO DE DANCAS ALEMAS FEST UND TANZ EMPRESA CONTRATADA





TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 298/2024

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 298/2024 TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº 06/2024 –, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DA LEI Nº 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DO DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES

1.1 O Município de Capanema, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Américo Bellé, e o AGENTE CULTURAL 11.526.297 SUE DAMARIS ELVAS DANTAS, inscrito no CNPJ nº 11.526.297/0001-40, sediado na R SERGIPE, 1589 - CEP: 85601040 - BAIRRO: ALVORADA, cidade de Francisco Beltrão/PR neste ato representado por seu representante legal o(a) Senhor(a) SUE DAMARIS ELVAS DANTAS, CPF nº 307.709.298-00 residente e domiciliado à R SERGIPE, 1589 - CEP: 85601404 - BAIRRO: ALVORADA, telefone 46 991292386 e endereço eletrônico: suedamaris@yahoo.com.br, resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO

2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), da LEI Nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), do DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) e do DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

3. OBJETO

3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural CANTOS DA COMUNIDADE: MUSICA PARA TODOS (CATEGORIA APRESENTAÇÃO DE MÚSICA), DANÇA CIGANA E DANÇA DO VENTRE: ENCONTRO DE CULTURAS E MOVIMENTOS((CATEGORIA APRESENTAÇÃO DE DANÇA) contemplado no conforme processo administrativo nº 06/2024.

4. RECURSOS FINANCEIROS

- 4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de **R\$ R\$10.000,00 (Dez mil reais)**.
- 4.2. Serão transferidos à conta do AGENTE CULTURAL, no Banco COOP CRED DA REGIÃO DO SUDOESTE DO PARANÁ EVOLUA 085, Agência 0113-9, Conta Corrente nº 31586-9, para recebimento e movimentação.

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES

- 6.1 São obrigações do/da Município de Capanema:
- I) transferir os recursos ao(a) AGENTE CULTURAL;
- II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
- III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
- IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;

GOVERNO FEDERAL



- V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
- VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.
- 6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:
- I) executar a ação cultural aprovada;
- II) aplicar os recursos concedidos na realização da ação cultural;
- III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
- IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
- V) prestar informações ao **Município de Capanema** por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de **10 dias corridos** contados do término da vigência do termo de execução cultural;
- VI) atender a qualquer solicitação regular feita pelo **Município de Capanema** a contar do recebimento da notificação;
- VII) divulgar nos meios de comunicação a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleicões;
- VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
- IX) guardar a documentação referente à prestação de informações e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
- X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
- XI) encaminhar os documentos do novo dirigente, bem como nova ata de eleição ou termo de posse, em caso de falecimento ou substituição de dirigente da entidade cultural, caso seja agente cultural pessoa jurídica.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da apresentação de Relatório de Objeto da Execução Cultural, no prazo de até 120 dias a contar do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural.
- 7.1.1 O Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá:
- I comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;
- II conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
- III ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.
- 7.2 O agente público responsável pela análise do Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá elaborar parecer técnico em que concluirá:
- I pelo cumprimento integral do objeto ou pela suficiência do cumprimento parcial devidamente justificada e providenciará imediato encaminhamento do processo à autoridade julgadora;
- II pela necessidade de o agente cultural apresentar documentação complementar relativa ao cumprimento do objeto;
- III pela necessidade de o agente cultural apresentar Relatório Financeiro da Execução Cultural, caso considere os elementos contidos no Relatório de Objeto da Execução Cultural e na documentação complementar insuficientes para demonstrar o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado.
- 7.3 Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
- I solicitar documentação complementar;
- II aprovar sem ressalvas a prestação de contas, quando estiver convencida do cumprimento integral do objeto;





- III aprovar com ressalvas a prestação de contas, quando for comprovada a realização da ação cultural, mas verificada inadequação na execução do objeto ou na execução financeira, sem má-fé;
- IV rejeitar a prestação de contas, total ou parcialmente, e determinar uma das seguintes medidas:
- a) devolução de recursos em valor proporcional à inexecução de objeto verificada;
- b) pagamento de multa, nos termos do regulamento;
- c) suspensão da possibilidade de celebrar novo instrumento do regime próprio de fomento à cultura pelo prazo de 180 (cento e oitenta) a 540 (quinhentos e quarenta) dias.
- 7.4 O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:
- I quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos nos itens anteriores; ou
- II quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.
- 7.4.1 O prazo para apresentação do Relatório Financeiro da Execução Cultural será de 120 dias contados do recebimento da notificação.
- 7.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
- I devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;
- II apresentação de plano de ações compensatórias; ou
- III devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
- 7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
- 7.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
- 7.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

- 8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
- 8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
- I prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa ao atraso na liberação de recursos; e
- II alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
- 8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
- 8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% do valor total poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
- 8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
- 8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS

- 9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.
- 9.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

GOVERNO FEDERAL
O DA
OURA



- 10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
- I extinto por decurso de prazo;
- II extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
- III denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
- IV rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
- a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
- b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
- c) violação da legislação aplicável;
- d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
- e) má administração de recursos públicos;
- f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
- g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
- h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
- 10.2 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
- 10.3 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
- 10.4 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS

11.1 O Município realizará o monitoramento das ações, por meio de envio de relatórios.

12. VIGÊNCIA

12.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de até o dia 20 de dezembro de 2024, podendo ser prorrogado por 60 dias.

13. PUBLICAÇÃO

13.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no Diário Oficial do Município.

14. FORO

14.1 Fica eleito o Foro de **Capanema** para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

Capanema, Cidade da Rodovia Ecológica – Estrada Parque Caminho do Colono, ao(s) 13 dia(s) do mês de novembro de 2024.

AMERICO

Assirado digitalmente por AMERICO

BELLE 2406987915

ND: G-8R; O-12P-Brasil, OU-Secretaria
de Receita Federal do Brasil - RFB, OU
BELLE: 24

Presentata OU-9820030000115, Chi
AMERICO BELLE 240998703

AMÉRICO BELLE 24099871 13 08:19 45-0000

Fost PDF Reder Veralto 2024 3.0

AMÉRICO BELLÉ

PREFEITO MUNICIPAL

Documento assinado digitalmente

SUE DAMARIS ELVAS DANTAS

Data: 22/11/2024 11:40:15-0300

Verifique em https://validar.lti.gov.bi

SUE DAMARIS ELVAS DANTAS RESPONSÁVEL LEGAL 11.526.297 SUE DAMARIS ELVAS DANTAS EMPRESA CONTRATADA

> MINISTÉRIO DA CULTURA





TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 301/2024

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 301/2024 TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº 06/2024 – , NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DA LEI Nº 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DO DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES

1.1 O Município de Capanema, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Américo Bellé, e o AGENTE CULTURAL 29.842.708 JULIANO ROCHEMBACH, inscrito no CNPJ nº 29.842.708/0001-71, sediado na R CARAZINHO, 248 - CEP: 85760000 - BAIRRO: SANTA CRUZ, cidade de Capanema/PR neste ato representado por seu representante legal o(a) Senhor(a) JULIANO ROCHEMBACH, CPF nº 044.111.959-09 residente e domiciliado à RUA CARAZINHO, 248 - CEP: 85760000 - BAIRRO: SANTA CRUZ, telefone 46 999789457 e endereço eletrônico: juliano.jack@hotmail.com, resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO

2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), da LEI Nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), do DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) e do DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

3. OBJETO

3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural SOM NA PRAÇA: FOGO SÔNICO (CATEGORIA DE MÚSICA), contemplado no conforme processo administrativo nº 06/2024.

4. RECURSOS FINANCEIROS

- 4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R\$ R\$5.000,00 (Cinco mil reais).
- 4.2. Serão transferidos à conta do AGENTE CULTURAL, no Banco PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A. 290, Agência 0001, Conta Corrente nº 78017677-2, para recebimento e movimentação.

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS



5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES

- 6.1 São obrigações do/da Município de Capanema:
- I) transferir os recursos ao(a) AGENTE CULTURAL;
- II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
- III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
- IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
- V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
- VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.
- 6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:
- I) executar a ação cultural aprovada;
- II) aplicar os recursos concedidos na realização da ação cultural;
- III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
- IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
- V) prestar informações ao **Município de Capanema** por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de **10 dias corridos** contados do término da vigência do termo de execução cultural;
- VI) atender a qualquer solicitação regular feita pelo Município de Capanema a contar do recebimento da notificação;
- VII) divulgar nos meios de comunicação a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições;
- VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
- IX) guardar a documentação referente à prestação de informações e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
- X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;





XI) encaminhar os documentos do novo dirigente, bem como nova ata de eleição ou termo de posse, em caso de falecimento ou substituição de dirigente da entidade cultural, caso seja agente cultural pessoa jurídica.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da apresentação de Relatório de Objeto da Execução Cultural, no prazo de até 120 dias a contar do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural.
- 7.1.1 O Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá:
- I comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;
- II conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
- III ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.
- 7.2 O agente público responsável pela análise do Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá elaborar parecer técnico em que concluirá:
- I pelo cumprimento integral do objeto ou pela suficiência do cumprimento parcial devidamente justificada e providenciará imediato encaminhamento do processo à autoridade julgadora;
- II pela necessidade de o agente cultural apresentar documentação complementar relativa ao cumprimento do objeto;
- III pela necessidade de o agente cultural apresentar Relatório Financeiro da Execução Cultural, caso considere os elementos contidos no Relatório de Objeto da Execução Cultural e na documentação complementar insuficientes para demonstrar o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado.
- 7.3 Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
- I solicitar documentação complementar;
- II aprovar sem ressalvas a prestação de contas, quando estiver convencida do cumprimento integral do objeto;
- III aprovar com ressalvas a prestação de contas, quando for comprovada a realização da ação cultural, mas verificada inadequação na execução do objeto ou na execução financeira, sem má-fé;
- IV rejeitar a prestação de contas, total ou parcialmente, e determinar uma das seguintes medidas:
- a) devolução de recursos em valor proporcional à inexecução de objeto verificada;
- b) pagamento de multa, nos termos do regulamento;
- c) suspensão da possibilidade de celebrar novo instrumento do regime próprio de fomento à cultura pelo prazo de 180 (cento e oitenta) a 540 (quinhentos e quarenta) dias.





- 7.4 O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:
- I quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos nos itens anteriores; ou
- II quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.
- 7.4.1 O prazo para apresentação do Relatório Financeiro da Execução Cultural será de 120 dias contados do recebimento da notificação.
- 7.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
- I devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;
- II apresentação de plano de ações compensatórias; ou
- III devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
- 7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
- 7.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
- 7.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

- 8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
- 8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
- I prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa ao atraso na liberação de recursos; e
- II alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
- 8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
- 8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% do valor total poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
- 8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em beneficio do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.





8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS

- 9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.
- 9.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

- 10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
- I extinto por decurso de prazo;
- II extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
- III denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
- IV rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
- a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
- b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
- c) violação da legislação aplicável;
- d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
- e) má administração de recursos públicos;
- f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
- g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
- h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
- 10.2 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
- 10.3 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
- 10.4 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.





11. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS

11.1 O Município realizará o monitoramento das ações, por meio de envio de relatórios.

12. VIGÊNCIA

12.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de até o dia **20 de dezembro de 2024**, podendo ser prorrogado por 60 dias.

13. PUBLICAÇÃO

13.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no Diário Oficial do Município.

14. FORO

14.1 Fica eleito o Foro de **Capanema** para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

Capanema, Cidade da Rodovia Ecológica – Estrada Parque Caminho do Colono, ao(s) 13 dia(s) do mês de novembro de 2024.

AMERICO BELLE:24 059587915

Assinado digitalmente por AMERICO BELLE:24058587915 ND: C#BR, OHICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil-RFB, OU=RFB a-CPF A1, OU=AC VALID RFB V5, OU=R SENHA DIGITAL, OU=Presencial, OU=19520630000115, CN=AMERICO BELLE:24059857915 Razão: Eu sou o autor deste documento Localização.

AMÉRICO BELLÉ
PREFEITO MUNICIPAL

Documento assinado digitalmente

JULIANO ROCHEMBACH
Data: 13/11/2024 11:00:33-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

JULIANO ROCHEMBACH
RESPONSÁVEL LEGAL
29.842.708 JULIANO ROCHEMBACH
EMPRESA CONTRATADA





Município de Capanema - PR 1231

DESPACHO

Com relação ao processo de inexigibilidade 22/2024: SELEÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS PARA RECEBEREM APOIO FINANCEIRO NAS CATEGORIAS:AÇÕES CULTURAIS GERAIS, APRESENTAÇÃO DE TEATRO, APRESENTAÇÃO DE DANÇA, APRESENTAÇÃO DE MÚSICA, CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS E CAPACIDATAÇÃO (LEI ALDIR BLANC). Publique-se no site: https://www.capanema.pr.gov.br o processo licitatório na íntegra.

Capanema, Cidade da Rodovia Ecológica – Estrada Parque Caminho do Colono, ao(s) 26 dia(s) do mês de novembro de 2024.

Rosélia Kriger Becker Pagani
Chefe do Departamento de Contratações Públicas
do Município de Capanema

minuta

1.º Termo Aditivo ao Contrato a Ata de Registro de Precos nº 302/2024, que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE CAPANEMA - PARANÁ e de outro lado a empresa DAIANE MARINA MARDER

Pelo presente instrumento que firma de um lado o MUNICÍPIO DE CAPANEMA/PR, já qualificado nos autos, e de outro lado a empresa DAIANE MARINA MARDER., CNPJ sob o nº 12.007.817/0001-70, também já qualificada nos autos, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas das Leis nº 14.133/2021 e Lei Complementar Municipal nº 14/2022, ajustam o presente termo aditivo ao contrato administrativo nº 302/2024, decorrente do processo de licitação modalidade Inexigibilidade nº 22/2024 para correção de erro Administrativo, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Acrescenta-se a esse Contrato Administrativo(Termo de Execução Cultural nº 302/2024 a Categoria Contação de Histórias- Projeto Contos Pequeninos. Valor do Aditivo R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais).

CLÁUSULA SEGUNDA - As demais cláusulas do contrato originário, não atingidas por este Termo, permanecem inalteradas.

E, por assim estarem ajustados firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Município de Capanema, Cidade da Rodovia Ecológica - Estrada Parque Caminho do Colono, ao(s) 06 dia(s) do mês de dezembro de 2024

AMÉRICO BELLÉ

Prefeito Municipal

DAIANE MARINA MARDER

Representante Legal

DAIANE MARINA MARDER

Contratada





Licitação PM Capanema-PR < licitacao@capanema.pr.gov.br>

ADITIVO PARA ASSINATURA

1 mensagem

Licitação PM Capanema-PR < licitacao@capanema.pr.gov.br> Para: dai.marder@homail.com

6 de dezembro de 2024 às 10:34

BOM DIA DEVIDO A UM ERRO ADMINISTRATIVO EM CONTRATO ORIGINAL DENTRO DO SISTEMA EQUIPLANO NÃO FOI ACRESCIDO A CATERIRIA CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS PROJETO CONTOS PEQUENINOS E PARA QUE VOCÊ POSSA EXECUTAR E RECEBER ESSE PROJETO SERÁ NECESSÁRIO ASSINAR O ADITIVO.

FAVOR ASSINAR DIGITALMENTE E NOS DEVOLVER.

ROSELIA KRIGER BECKER PAGANI PREGOEIRA/AGENTE DE CONTRATAÇÃO/ CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS roselia.licitacao@capanema.pr.gov.br (46)984013549



1° ADITIVO AO CONTRATO 302.pdf

B



Município de Capanema - PR

1.º Termo Aditivo ao Contrato a Ata de Registro de Preços nº 302/2024, que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PARANÁ e de outro lado a empresa DAIANE MARINA MARDER

Pelo presente instrumento que firma de um lado o MUNICÍPIO DE CAPANEMA/PR, já qualificado nos autos, e de outro lado a empresa DAIANE MARINA MARDER., CNPJ sob o nº 12.007.817/0001-70, também já qualificada nos autos, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas das Leis nº 14.133/2021 e Lei Complementar Municipal nº 14/2022, ajustam o presente termo aditivo ao contrato administrativo nº 302/2024, decorrente do processo de licitação modalidade Inexigibilidade nº 22/2024 para correção de erro Administrativo, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – Acrescenta-se a esse Contrato Administrativo(Termo de Execução Cultural nº 302/2024 a Categoria Contação de Histórias- Projeto Contos Pequeninos. Valor do Aditivo R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais).

CLÁUSULA SEGUNDA - As demais cláusulas do contrato originário, não atingidas por este Termo, permanecem inalteradas.

E, por assim estarem ajustados firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Município de Capanema, Cidade da Rodovia Ecológica - Estrada Parque Caminho do Colono, ao(s) 06 dia(s) do mês de dezembro de 2024

AMERICO Assinado digitalmo BELLE:24695987. No. C-9R. O-1CP de Receita Federa Per Sept. 1.0 OU-48 SENIAD. OU-19520830000 BELLE:240695987. O 59587915 Docalização: Docalização: Dota: 2024/12.08

AMÉRICO BELLÉ

Prefeito Municipal

Documento assinado digitalmente

DAIANE MARINA MARDER
Data: 06/12/2024 14:03:21-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.b

DAIANE MARINA MARDER

Representante Legal

DAIANE MARINA MARDER

Contratada

8 1235

EXPEDIENTE

ORGÃO DE DIVULGAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA

AUTORIZADO PELA LEI 1.431/2.005 DE 06/04/2.005. LEI MUNICIPAL Nº 1.648/2018

DIREÇÃO: Jessica Simara Pilger Borges

DIAGRAMAÇÃO/EDIÇÃO: Jhonattan Ricardo Senger

APOIO TÉCNICO: Pedro Augusto Santana

PREFEITURA DE CAPANEMA

Avenida Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080 - CEP:85760-000

Fone: 46 3552-1321

E-mail: diariooficial@capanema.pr.gov.br / adm@capanema.pr.gov.br Capanema - Paraná

Prefeito Municipal: Américo Bellé

Vice-Prefeito Municipal: José Carlos Balzan

Secretário de Administração: Gilmar Gobato

Secretária de Agricultura e Meio Ambiente: Tatiane Sott

Secretário de Logística e Contratações: Felipe Carvalho Romero

Secretário de Educação e Cultura: Alcione Roberto Closs

Secretário de Esporte e Lazer: Diogo André Hossel

Secretária da Família e Evolução Social: Loiri Albanese Moraes

Secretário da Fazenda: Luiz Alberto Letti

Secretário de Infraestrutura e Urbanismo: Eduardo Fernando Balbinotti

Fernandes

Secretário de Saúde: Sandro Carlos Lazarini

Secretário de Viação e Obras: Otávio Fonseca Galiazzi

Diretor-Geral da SECON: Márcio Kleber Passaglia

Chefe de Gabinete Jessica Simara Pilger Borges

Controladora Geral do Município: Jeandra Wilmsen

CÂMARA MUNICIPAL DE CAPANEMA

R. Padre Cirilo, 1270 - CEP: 85760-000

Fone: (46) 3552-1596

E-mail: secretarialegislativa@capanema.pr.leg.br

Capanema - Paraná

Vereador: Sergio Ullrich - Presidente

Vereador: Ercio Marques Schappo - Vice - Presidente

Vereador: Edson Wilmsen - 1º Secretário

Vereador: Delmar C. Balzan - 2º Secretário

Vereador: Cladir Sinesio Klein

Vereador: Dirceu Alchieri

Vereador: Geancarlo Denardin

Vereador: Valdomiro Brizola

Vereadora: Olinda Terezinha Szimanski Pelegrina Lopes

ATOS LICITATÓRIOS

1º Termo Aditivo ao Contrato a Ata de Registro de Preços nº 302/2024, que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE CA-PANEMA - PARANÁ e de outro lado a empresa DAIANE MARINA MARDER.

Pelo presente instrumento que firma de um lado o MUNICÍPIO DE CAPANEMA/PR, já qualificado nos autos, e de outro lado a empresa DAIANE MARINA MARDER., CNPJ sob o nº 12.007.817/0001-70, também já qualificada nos autos, doravante designada CONTRATA-DA, estando as partes sujeitas as normas das Leis nº 14.133/2021 e Lei

Complementar Municipal nº 14/2022, ajustam o presente termo aditivo ao contrato administrativo nº 302/2024, decorrente do processo de licitação modalidade Inexigibilidade nº 22/2024 para correção de erro Administrativo, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Acrescenta-se a esse Contrato Administrativo(Termo de Execução Cultural nº 302/2024 a Categoria Contação de Histórias- Projeto Contos Pequeninos. Valor do Aditivo R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais).

CLÁUSULA SEGUNDA - As demais cláusulas do contrato originário, não atingidas por este Termo, permanecem inalteradas.

E, por assim estarem ajustados firmam o presente em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Município de Capanema, Estado do Paraná: Cidade da Rodovia Ecológica - Estrada Parque Caminho do Colono, ao dia 6 do mês de dezembro de 2024.

AMÉRICO BELLÉ

DAIANE MARINA MARDER Representante Legal
DAIANE MARINA MARDER

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2024

O MUNICÍPIO DE CAPANEMA, Estado do Paraná, torna público que realizará Processo Licitatório, nos termos a seguir:

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO nº 59/2024.

Tipo de Julgamento: Menor preço por item.

Modo de Disputa: Aberto

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEIAS DE COMPRESSÃO DESTINADAS À PESSOAS RESIDENTES NO MUNICÍPIO QUANDO EM TRAT-AMENTO DE SAÚDE, EM ATENDIMENTO À RESOLUÇÃO N.º 03/2018 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPANEMA/ PR, COM ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

R\$ 287.688,90 Duzentos e Oitenta e Sete Mil, Seiscentos e Oitenta e Oito Reais e Noventa Centavos).

Abertura das propostas: 08:30 Horas do dia 06/01/2025.

Local: https://www.comprasgovernamentais.gov.br, demais informações podem ser adquiridas no Departamento de Contratações Públicas, Prefeitura Municipal de Capanema, cito a Av. Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080 - Centro de Capanema/PR e também no site www.capanema.pr.gov.br.

Capanema, 06/12/2024.

Roselia Kriger Becker Pagani

Pregoeira

EXTRATO TERMO DE INDENIZAÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 63/2024

Data da Assinatura: 06/12/2024.

Devedor: Município de Capanema-Pr.

Credor: MARSANGO COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CON-STRUÇÃO.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO VARIA-DOS UTILIZADOS NAS ATIVIDADES ROTINEIRAS DA SECRE-TARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

Valor total: R\$ 19.666.69 (Dezenove Mil, Seiscentos e Sessenta e Seis Reais e Sessenta e Nove Centavos).

Américo Bellé



Município de PR & 1236

DESPACHO

Com relação ao processo de inexigibilidade 22/2024: SELEÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS PARA RECEBEREM APOIO FINANCEIRO NAS CATEGORIAS:AÇÕES CULTURAIS GERAIS, APRESENTAÇÃO DE TEATRO, APRESENTAÇÃO DE DANÇA, APRESENTAÇÃO DE MÚSICA, CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS E CAPACIDATAÇÃO (LEI ALDIR BLANC). Publique-se no site: https://www.capanema.pr.gov.br da página 1232 até o final.

Capanema, Cidade da Rodovia Ecológica - Estrada Parque Caminho do Colono, ao(s) 09 dia(s) do mês de dezembro de 2024.

> sélia Kriger Becker Pagani Chefe do Departamento de Contratações Públicas do Município de Capanema